

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JULIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

ELITON ALMEIDA DA SILVA

**EUSÉBIO DE CESAREIA E A DEFESA DO
PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO CRISTÃO (SÉCULO IV d.C.).**

FRANCA

2015



ELITON ALMEIDA DA SILVA

**EUSÉBIO DE CESAREIA E A DEFESA DO
PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO CRISTÃO (SÉCULO IV d.C.).**

Dissertação apresentada Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em História. Área de Concentração: História e Cultura Política.

Agência Financiadora: CAPES
Orientadora: Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho.

FRANCA

2015

Silva, Eliton Almeida da.

Eusébio de Cesareia e a defesa do patrimônio imobiliário cristão (século IV d.C.) / Eliton Almeida da Silva. – Franca : [s.n.], 2015.
145 f.

Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Margarida Maria de Carvalho.

1. Eusébio de Cesareia, Bispo de Cesareia ca.260-ca.340.
2. Historia eclesiástica - Igreja primitiva - ca. 30-600. 3. Constantino I Imperador de Roma m. 337. I. Título.

CDD – 937

ELITON ALMEIDA DA SILVA

**EUSÉBIO DE CESAREIA E A DEFESA DO PATRIMÔNIO
IMOBILIÁRIO CRISTÃO (SÉCULO IV d.C.).**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em História. Área de Concentração: História e Cultura Política.

Orientadora: Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho

BANCA EXAMINADORA

**Presidente: Suzani Silveira Lemos França
Universidade Estadual Paulista UNESP / Franca
Orientadora**

**1º Examinador: Professor Doutor Renan Frighetto
Universidade Federal do Paraná**

**2º Examinador: Professora Doutora Márcia Pereira da Silva
Universidade Estadual Paulista UNESP / Franca**

Franca, _____ de _____ de 2015.

***À Suzana Stefanini Campos de Almeida e
à Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho.***

AGRADECIMENTOS

Talvez fosse necessário escrever uma nova dissertação, no quesito tamanho, para agradecer a todos os responsáveis por essa conquista que é ao mesmo tempo pessoal e coletiva. A elaboração de uma dissertação de mestrado envolve tantos elementos, tantos esforços conjugados que, espero, não sejam sentidas as ausências. Ao mesmo tempo desejo não ser injusto e deixar de fora nomes imprescindíveis para a conclusão deste trabalho.

Eu não seria justo se não iniciasse demonstrando todo meu agradecimento à orientadora deste trabalho, Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho. Sou muito grato pela perseverança, paciência, conhecimento e cuidado com que acompanhou todo o meu percurso acadêmico, até aqui, em especial na elaboração desta dissertação. Se este trabalho foi possível, acreditem, isto deveu-se mais à força desta professora do que à minha própria. Ainda acrescento que só os conhecedores de seu trabalho podem ter a real dimensão do quão presente, estimulante e cativante é ser orientado pela querida Margô. À você minha eterna gratidão.

Um agradecimento especial à Profa. Dra. Andreia Cristina Lopes Frazão por nos proporcionar o acesso à sua Dissertação de Mestrado, defendida na UFRJ em 1990 e ainda não disponibilizada em formato digital. De igual maneira, sou grato ao Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva, pelo envio da tradução mais recente da *Oração à Assembleia dos Santos* em língua inglesa. O envio de ambos os documentos, intermediado por nossa orientadora, é mais uma demonstração de sua efetiva participação no presente trabalho.

Ao Programa de Pós Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Universidade Estadual Paulista UNESP/Franca, de maneira geral, pela possibilidade de desenvolver esta pesquisa científica, inclusive com a concessão de uma Bolsa de Pesquisa no aplicada durante o segundo ano do mestrado, com financiamento da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Mais especificamente, agradeço à querida Laura, bibliotecária desta unidade da UNESP, muito atenciosa, desde minha graduação, até o presente momento; também à equipe do departamento de pós-graduação em História, em especial à Maísa, que foi grandemente responsável pela finalização de minha trajetória acadêmica e por último, mas não menos importante, à figura do

Professor Doutor Jean Marcel Carvalho França. Não há palavras para demonstrar meus sinceros agradecimentos por toda colaboração na viabilidade da conclusão deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Harold A. Drake, por responder a nossas solicitações de forma tão imediata e com tanta delicadeza. Agradeço muito aos materiais enviados via e-mail, sem os quais haveria uma dificuldade ainda maior em finalizar este trabalho.

Ao Prof. Jean-Michel Carrié, por ter colaborado significativamente na elaboração do projeto que foi o começo de tudo o que foi escrito aqui.

À Profa. Dra. Márcia Pereira da Silva e ao Prof. Dr. Renan Frighetto e por todas as contribuições dadas ao trabalho. Tanto as indiretas, feitas pessoalmente e informalmente, quanto as diretas, apresentadas de maneira formal, quando de nossa qualificação.

Aos colegas e professores que contribuíram para minha formação durante as participações em diversos congressos frequentados nos últimos anos, com menção especial ao Prof. Dr. Carlos Augusto Ribeiro Machado, ao Prof. Dr. Júlio Cesar Magalhães de Oliveira, à Profa. Dra. Érica Cristhyane Morais da Silva, a Profa. Dra. Nathália Monseff Junqueira e à Profa. Dra. Semíramis Corsi Silva.

À todos os colegas membros do Grupo do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano G.LEIR/Franca, pelo encorajamento e o intercâmbio de ideias: às Profas. Dominique Monge de Souza, Natália Frazão José, e de forma especial a Bruna Campos Gonçalves, que mesmo à distância separou parte do tempo de sua estadia na Inglaterra para enviar artigos relativos à nossa pesquisa; Profa. Dra. Helena Amália Papa, que sempre tem uma mão estendida para ajudar um amigo; ao grande pesquisador e amigo, Prof. Daniel de Figueiredo, que vezes sem conta nos recebeu em sua casa e permitiu o uso de sua considerável biblioteca.

Agradeço a todos os meus amigos intelectuais, pesquisadores, professores universitários, músicos reconhecidos, viajantes, pensadores, escritores e companheiros de todas as horas: Aline Coscrato, Aruan Henri, Cleiton Frazon, Danilo Paziani, Eduardo Alves, Fábio Frazon, Gabriel Weder, João Flávio de Almeida, Juliana Damaris, Lucas Galon, Luiz Frazon, Mariana Galon, Pedro Dutra, Precy Ferreira, Sara Cesca, Talita Borges e Tanyse Galon. Sem vocês a vida teria menos graça.

À todos os alunos que não pude atender, aos coordenadores que tiveram paciência e aos diretores que nos apoiaram, em todos os deslizes dos últimos anos.

No âmbito familiar, agradeço aos votos, ao acolhimento e às orações de meus pais, Fátima Ramos e Edson Almeida; de meus sogros, Valdeti Stefanini e Paulo Campos; de meus irmãos Fábio Ramos, Bianca Almeida, Edson Júnior e Brenda Malhure; de minha cunhada Débora. Toda família tem seus problemas; não seria diferente com a minha. Mas ainda assim vocês são minha família. E eu amo a cada um. Vai, aqui, uma menção especial à minhas irmãs, futuras historiadoras, Bianca e Brenda: força que o trabalho é árduo!

Para finalizar preciso agradecer de forma especial a minha eterna namorada: Suzana Stefanini Campos de Almeida. Agradeço profundamente por sua paciência, auxílio, conforto, organização, capacidade, exortação, em cada um dos muitos meses necessários à conclusão desta Dissertação. Esse ano nós completamos 10 anos de muita luta, na mesma direção. Então, que prossigamos no mesmo ritmo pelos próximos 10 anos, e quantos mais forem possíveis.

*A moenda acolhe
a oferenda
das mãos do garapeiro.*

*O engenhoso rito.
A doçura do sacrifício.*

*O sangue meloso escorre;
A alma
Lava de si sua sede*

*As abelhas,
em grande alvoroço,
institucionalizam
os respingos do melado.*

Luiz Frazon, roçando água.

SILVA, Eliton Almeida da. **Eusébio de Cesareia e a defesa do patrimônio imobiliário cristão (século IV d.C.)**. 2015. 145 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2015.

RESUMO

O presente trabalho visa demonstrar a existência de uma defesa ao patrimônio imobiliário cristão promovida por Eusébio de Cesareia (c. 260 d.C. – 339 d.C.), durante o governo do Imperador Constantino I (313 d.C. – 337 d.C.), em especial na Província Palestina. Foi em Cesareia, capital desta província, que Eusébio ocupou a posição de bispo no início do século IV d.C. e desenvolveu toda sua obra literária. Cesareia é considerada cultural e socialmente heterogênea, neste período, possuindo presença marcante de cristãos e não cristãos (como os judeus e samaritanos). Foi exatamente esta heterogeneidade que impedia o predomínio de um grupo étnico-cultural sobre o outro e culminou por colocar em oposição as elites e lideranças desses grupos locais, ou seja, cristãos e não cristãos. Partindo da leitura das obras *História Eclesiástica*, *Louvor a Constantino* e *Vida de Constantino*, todas de Eusébio, e considerando as condições socioculturais da cidade e região de Cesareia, entendemos que Eusébio sentiu necessidade de buscar uma aproximação com o Imperador Constantino, visando garantir o favorecimento do cristianismo e o fortalecimento de sua posição como representante do cristianismo em sua região. Outro aspecto relevante que emerge das tentativas de compreensão do sentido das ações de Eusébio diz respeito a dificuldade de pesquisadores em situar sua posição frente a multiplicidade de cristianismos de seu período. Eusébio seria ortodoxo ou heterodoxo? Nosso entendimento desta questão é de que Eusébio está menos preocupado em defender uma posição teológica fixa, construir uma ortodoxa, do que buscar um equilíbrio entre os diversos cristianismos existentes no período. Para tanto, apoia-se nas ações do Imperador Constantino que parece contar com o bispo cesareno como seu aliado na busca por um consenso no Império Romano. Além das obras do próprio Eusébio, pretendemos confirmar nossa hipótese e objetivos traçados neste trabalho utilizando a *Oração à assembleia dos santos*, discurso do Imperador Constantino, e as leis deste imperador que se relacionam com o patrimônio imobiliário cristão e estejam presentes no *Código Teodosiano*, já que ambas traduzem as ações oficiais do poder imperial e servirão de comparação com as afirmações feitas por Eusébio em relação a este imperador.

Palavras-chave: Antiguidade Tardia. Palestina. Eusébio de Cesareia. Patrimônio imobiliário cristão. Imperador Constantino I.

SILVA, Eliton Almeida da. **Eusebius of Caesarea and the defence of Christian's patrimony (4th century AD)**. 2015. 145 f. Dissertation (History Masters) – Faculty of Social and Human Sciences, São Paulo State University “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2015.

ABSTRACT

This research aims to demonstrate the Eusebius effort of defending the Christian patrimony (c 260 AD - 339 AD) during the rule of the Emperor Constantine I (313 AD - 337 AD), especially in Palestine. It was in Caesarea – capital of this Roman province – where Eusebius ruled as a Bishop in the beginning of the fourth century and penned his literary works. Caesarea is considered culturally and socially heterogeneous, in this period, having strong presence of Christians and non-Christians people (like Jews and Samaritans). It was precisely this heterogeneity that prevented the dominance of any ethnic-cultural group over another, and put its leaders in opposition – Christian and non-Christian groups. After reading *Ecclesiastical History*, *Praise of Constantine* and *Life of Constantine*, all of it penned by Eusebius, and considering the socio-cultural conditions of Caesarea's city and its region, we understand that Eusebius felt the need to seek an approach with the Emperor Constantine, in order for both to ensure Christian religion favouritism and strengthening for its position as representative of Christianity in his region. Another important aspect that emerges from attempts to understand the meanings of Eusebius' action is related to a difficult of locating the position of Eusebius before the multiplicity of Christianities in his historical context. Researchers have used wonder themselves: would be Eusebius orthodox or hetedorox? We understand that a defence of a fixed theological position, building orthodoxy, is less important to Eusebius than seek a balance between the numerous existing models of Christianity of this period. To do so, Eusebius rely on the actions of Constantine that seems consider him as his ally in the search of building consensus inside the Roman Empire. Besides the works of Eusebius himself, we intend to confirm our hypothesis and objectives outlined in this dissertation using the *Prayer to The Assembly of The Saints*, a Constantine's speech, and the laws of this emperor that relate to the Christian patrimony and land inside the Theodosian Code, as both reflect the official actions of imperial power and serve as a comparison to the assessments made by Eusebius regarding this emperor.

Keywords: Late Antiquity. Palestine. Eusebius of Caesarea. Christian patrimony. Emperor Constantine I.

SUMÁRIO

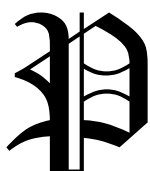
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 EUSÉBIO DE CESAREIA: SUAS OBRAS E FORMAÇÃO INTELLECTUAL	40
1.1 Considerações iniciais	41
1.2 Notas biográficas sobre Eusébio	43
1.3 Produções literárias de Eusébio	53
1.3.1 Sobre a documentação textual eusebiana	57
1.4 Constantino e Eusébio	69
CAPÍTULO 2 CESAREIA MARÍTIMA: SUA POSIÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA E SUA CONDIÇÃO ÉTNICO-CULTURAL	79
2.1 Considerações iniciais	80
2.2 Inserção de Cesareia na parte oriental do Império Romano	83
2.3 Constituição étnico-cultural de Cesareia	86
2.4 Orígenes e Eusébio em Cesareia	91
CAPÍTULO 3 A DEFESA DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO CRISTÃO NAS OBRAS DE EUSÉBIO DE CESAREIA	98
3.1 Considerações preliminares	99
3.2 O patrimônio imobiliário cristão e as obras de Eusébio	107
3.2.1 <i>A História Eclesiástica</i>	109
3.2.2 <i>O Louvor à Constantino</i>	112
3.2.3 <i>A Vida de Constantino</i>	114

CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
BIBLIOGRAFIA	124
ANEXOS	136

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

I



ode-se afirmar, indubitavelmente, que existe um abismo temporal significativo entre os nossos dias e a Antiguidade. No entanto, talvez não seja prudente considerar que as inquietudes, debates e disputas relacionadas àquele momento histórico estejam tão distantes do tempo presente. Um exemplo deste tipo de relação entre passado e presente pode ser identificado nos embates relacionados à cultura e à política na região da Palestina. As disputas que lá ocorrem, no período atual, ao mesmo tempo em que são historicamente datadas, parecem possuir, em seu cerne, motivações que guardam certa relação com o que buscavam os homens inseridos no contexto político-cultural da Palestina do princípio do quarto século. Ou, para dizer o mínimo, esses eventos do presente podem ser usados como uma lente diferenciada que promova uma nova forma de se olhar para os eventos do passado.

Não é difícil perceber, mesmo com um olhar desatento e superficial ao noticiário que circula pela mídia e pelas redes sociais atuais, que é cada vez maior o volume de relatos jornalísticos que envolvem grupos extremistas islâmicos em todo o mundo. Baseados em rígidos parâmetros religiosos, tais grupos ganham força, representatividade e apoio de variadas camadas sociais, de diferentes regiões do mundo oriental e ocidental, muito embora suas práticas sejam consideradas inapropriadas até mesmo por determinados ramos da religião islâmica. Algumas notícias tratam de ações violentas desses grupos e relatam dezenas de decapitações de indivíduos considerados ameaças à suas intenções. Muitos desses decapitados são identificados como cristãos pelo próprio movimento extremista e os vídeos de suas mortes se espalham pela rede mundial de computadores.

Definidos pelo ocidente como fundamentalistas, esses grupos extremistas defendem práticas religiosas singulares. Suas ações vão muito além da simples defesa de uma religiosidade. Uma das principais demandas desses grupos fundamentalistas é a criação de um modelo de estado islâmico, organizado sob a

égide de suas crenças particulares, e que permita a defesa de suas posições políticas. Pensando assim, nossa forma de compreender a noção de fundamentalismo islâmico acompanha as afirmações feitas pelo sociólogo Stuart Hall, a este respeito. Para ele, os fundamentalismos podem ser entendidos como movimentos “que buscam criar estados religiosos nas quais os princípios políticos de organização estejam alinhados com as doutrinas religiosas e com as leis [religiosas]” (HALL, 2006, p. 94).

Quando iniciamos a elaboração deste trabalho, de forma alguma descartamos a possibilidade de termos sido influenciados por uma série de outros movimentos do mundo na atualidade, quer no âmbito econômico, político ou social. No entanto, ao identificarmos, hoje, a busca de grupos religiosos pelo estabelecimento de uma força política, de um Estado propriamente dito, percebemos o quão próximos poderíamos estar de um período cronologicamente tão distante. Buscando compreender as ações de Eusébio de Cesareia em defesa de um patrimônio imobiliário cristão, percebemos intenções que ultrapassaram a barreira da fé, que se situam na fronteira entre o político e o religioso. A argumentação percebida na documentação textual analisada indica íntima relação entre política e cultura, da mesma forma como agem os movimentos fundamentalistas atuais, no Oriente Médio.

Partindo desta realidade atual fomos levados a perceber que as reflexões e debates de intelectuais contemporâneos acerca das confluências entre religião e política encontram respaldos no mundo em que vivemos. Não é por acaso que a historiografia vem promovendo, nas últimas décadas, uma renovação de seus paradigmas teóricos e metodológicos, buscando responder a questões que são formuladas no presente sobre determinado período histórico, seja ele qual for. As transformações percebidas e já bem articuladas pela História Política e a História Cultural são exemplos desta renovação. O historiador inglês, Peter Burke (2008, p. 130), ao refletir sobre essa construção dos novos paradigmas da História Cultural, afirma que esse processo de mudanças:

[...] é impulsionado, em parte, pela necessidade de adaptar velhas ideias a novas circunstâncias, em parte por tensões entre formas tradicionais e novas mensagens, e em parte pelo que foi chamado de “conflito interno da tradição” – o conflito entre a tentativa de encontrar soluções universais para os problemas humanos e as necessidades ou a lógica da situação.

Assim, entendemos que o conflito entre passado e presente pode ser percebido de diferentes formas. No tocante às relações entre religião e política, percebe-se que as mudanças promovidas pelo encontro entre ideias do passado e novas ideias puderam fazer surgir não só uma nova compreensão do que seria Cultura, mas também de uma renovação do conceito de Política, que passa, nesse novo momento, a permear o campo da cultura. O historiador René Rémond (2003a, p. 442), ao argumentar sobre as novas fronteiras do que seria o *político* para os historiadores, defende que tais limites simplesmente não existem, ao menos não de forma fixa e imutável, como se pôde pensar, anteriormente. As mudanças de paradigmas para os historiadores do político fizeram surgir novas interpretações, novas formas de ver e ler o mundo, tanto o atual quanto o mundo tardo antigo, incluídas as primeiras décadas do século IV d.C.¹, que nos interessam aqui.

Compreendemos, com isso, que é preciso marcar a interdependência dos campos disciplinares para que se promova uma efetiva renovação da interpretação de questões religiosas imiscuídas no campo do político. Aline Coutrot (2003, p. 331), nesta linha de pensamento, argumenta que:

As ligações íntimas entre religião e política durante muito tempo foram desprezadas pela história do político, que se interessava sobretudo pelas relações entre as Igrejas e o Estado e pelos períodos de crise [...].

Hoje, as forças religiosas são levadas em consideração como fatos de explicação política em numerosos domínios. Elas fazem parte do tecido do político, relativizando a intransigência das explicações baseadas nos fatores sócio-econômicos.

A presente dissertação, intitulada *Eusébio de Cesareia e a defesa do patrimônio imobiliário cristão (século IV d.C.)*, foi elaborada, fundamentalmente, com base em uma produção textual da figura de Eusébio: a *História Eclesiástica*, o *Louvor à Constantino* e a *Vida de Constantino*. Mesmo tendo feito uma análise menos reflexiva do que descritiva, ainda assim consideramos este trabalho como fruto desta renovação da História Política. Assim pensamos, pois nossa análise de tais documentos foi feita sob a ótica deste ramo da pesquisa histórica ao considerarmos as ações de Eusébio para além de suas funções meramente religiosas.

¹ Deste ponto em diante, para todos os séculos e anos referidos nesta Dissertação, que não apresentarem a era indicada, considerar como “d.C.”.

O Eusébio que buscamos entender neste trabalho, embora não deixe de ser o representante e defensor de um sistema de crenças que se tornará hegemônica nos séculos posteriores – é claro que nem Eusébio, muito menos Constantino, seriam capazes de prever o que seria do Estado romano e do cristianismo no futuro – mas, antes de tudo, é um homem de importância social significativa. A historiadora alemã, Claudia Rapp, com a obra *Holy bishops in late antiquity: the nature of Christian leadership in an age of transition* (2005) (já considerada um clássico sobre o tema do papel dos bispos na Antiguidade Tardia), inicia o segundo capítulo “Pragmatic Authority” descrevendo algumas das possíveis áreas de atuação do bispo no período e sua descrição vem ao encontro da forma como pensamos a figura de Eusébio. Nas palavras de Rapp (2005, p. 23):

O bispo médio de uma grande cidade do Império Romano na Antiguidade Tardia cumpria uma série de diferentes funções: ele era o pregador de sua comunidade; um professor para os catecúmenos; batizava os neófitos; celebrava a eucaristia e outras ações litúrgicas; ele admoestava e, se necessário, repreendia os cristãos que tinham tropeçado. Ele era responsável pelas obras de caridade de sua congregação, do cuidado das virgens consagradas, viúvas e órfãos, dos presos, dos viajantes e dos pobres. Além disso, ele era o encarregado da disciplina e bom desempenho do clero sob sua autoridade, dos sacerdotes, diáconos e, talvez, dos *chorepiskopoi* e – se fossem metropolitanos ou patriarcas – de outros bispos dentro de sua região².

Ao pensarmos desta forma entendemos que as ações dos bispos no século IV d.C. – o que inclui a figura de Eusébio – devem ser analisadas em seus aspectos políticos e religiosos. E foi somente ao olharmos para Palestina do início do século IV d.C. a partir de uma realidade atual impactante foi que enxergamos a possibilidade da atuação do bispo Eusébio ultrapassando os limites de um mero apologista cristão ou mesmo de um ingênuo defensor das ações de um Imperador favorável aos cristãos. Ao final desta Dissertação, esperamos que o leitor possa perceber um dos principais objetivos desta pesquisa, qual seja o de demonstrar que Eusébio, enquanto educador, bispo e intelectual³, atuou tanto no âmbito político

² Todas as traduções de excertos de documentos encontrados nesta Dissertação (tanto da documentação textual quanto da bibliografia consultada) são de nossa tradução, excetuando-se os casos em que o contrário for expresso.

³ Sobre a utilização do conceito de intelectual, usado para se referir a Eusébio, incluímos reflexões mais detalhadas no Capítulo 1.

quanto no religioso sem, necessariamente, dissociar um aspecto do outro, ao tentar defender o patrimônio imobiliário de cristão de sua região.

Tendemos a concordar com as reflexões de historiadores do *político*, que atualmente não compreendem este termo como a mera oposição ao termo *espiritual*, ou mesmo ao religioso. Voltando à Remond, entendemos que alguns aspectos de uma dada sociedade podem ser considerados estritamente políticos em determinado momento e, com o passar o tempo, deixarem essa condição. Sua descrição é mais elucidativa; argumenta Rémond (2003a, p. 443):

[...] questões que há muito tempo se achavam no centro da vida política deixam essa posição. O exemplo mais característico é sem dúvida o da questão religiosa: o status das igrejas na sociedade, as relações entre Roma e a República, a organização dos cultos, a liberdade de crer ou não crer, o direito da Igreja de reger as condutas privadas e os comportamentos coletivos foram para gerações sucessivas, as principais questões postas em jogo pelas lutas políticas e o mais importante princípio de divisão.

Analisando a relação de Constantino com os bispos, o historiador americano Harold A. Drake (1995, p. 2), por exemplo, afirma que “a política é uma dimensão de toda atividade organizada”, o que leva o estudo de seus procedimentos e das habilidades das pessoas que se utilizam da política a fornecer uma nova compreensão da experiência religiosa organizada da mesma forma como faz com qualquer outro domínio da atividade humana. Isso não significa que as investigações voltadas para a defesa ou não da sinceridade da conversão do Imperador Constantino tenha qualquer relação com uma análise política de suas práticas, como pensa Drake. Assim, alinhados com as afirmações de Drake, passamos a considerá-las como eixo central de nossa investigação analisando a atuação do bispo Eusébio como produto de uma ação política vinculada aos aspectos religiosos inerentes à sua condição enquanto bispo da cidade de Cesareia Marítima.

Ainda refletindo sobre as inflexões entre política e religião, Drake (2002, p. xvi) faz um importante alerta aos pesquisadores que buscam entender o mundo do quarto século. Para ele, o maior erro dos historiadores modernos seria “a utilização de ferramentas teológicas para a compreensão de problemas políticos”. Este importante historiador estadunidense não fez qualquer indicação direta a trabalhos que desenvolveram este tipo de interpretação das práticas políticas do período. Não obstante, entendemos que a obra de Paul Veyne *Quando nosso mundo se tornou*

cristão (publicada originalmente em 2007), apresenta certa semelhança com o deslize destacado por Drake. O maior mérito da obra reside em romper com determinado senso comum historiográfico, que apontava a conversão de Constantino como um mero ato de propaganda imperial (VEYNE, 2009a, p. 10), já que defende a legitimidade desta conversão. Contudo, ao mesmo tempo em que realizou tal rompimento, Veyne acabou por hipervalorizar as ações religiosas do Imperador, relacionando-as à sua conversão. Apesar de que, em algum nível, tudo possa ter uma dimensão política, na visão de Drake (2002, p. xvi), não é possível construir uma correta compreensão das ações de Constantino partindo da veracidade ou não de sua conversão ao cristianismo.

Além do mais, ao voltar seus esforços para argumentar em favor da fidedigna conversão de Constantino, Veyne acabou por relegar ao segundo plano as atitudes e intenções dos bispos que compunham a elite da estrutura eclesiástica do período, que passava a se relacionar de forma cada vez mais direta com o poder imperial.

Perceber essa relação tão imbricada entre aspectos religiosos e políticos foi o que nos levou a entender que “o contexto do século IV d.C. deve ser considerado como político-cultural”, assim como afirma a historiadora Margarida Maria de Carvalho (2010, p. 24). Ainda que renomados historiadores da Antiguidade Tardia, como Peter Brown (1992) e Averil Cameron (1991) entendam os temas religiosos como parte de uma História Cultural. Portanto, a renovação tanto da História Cultural quanto da História Política (articuladas nas últimas décadas do século XX), pode ser considerada como um dos elementos que possibilitaram o desenvolvimento do presente trabalho que buscou interpretar as intenções subjacentes aos documentos textuais de nosso objeto de pesquisa, sempre considerando os aspectos culturais e políticos anexos.

Tendo dito isto, caminhamos para outro aspecto relevante da presente Dissertação que deva ser esclarecido: a utilização da expressão *patrimônio imobiliário*, no título e ao longo deste trabalho. Ao optarmos pelo uso do termo *patrimônio*, refletimos sobre o processo de mudança de significado pelo qual passa seu equivalente na língua latina, o *patrimonium*. Segundo Pedro Paulo Funari e Sandra C. A. Pelegrini (2009, p. 10) a expressão latina refere-se a toda e qualquer posse do *pater familias*, na sociedade romana antiga, onde mesmo o termo *familia* já não possuía o mesmo significado que tem para nossa sociedade hoje. Para Funari e Pelegrini (2009, p. 11):

[...] a *familia* compreendia tudo que estava sob domínio do senhor, inclusive a mulher e os filhos, mas também os escravos, os bens móveis e imóveis, até mesmo os animais. Isso tudo era o *patrimonium*, tudo o que podia ser legado por testamento, sem excetuar, portanto, as próprias pessoas.

O conceito de patrimônio, surgido no âmbito privado do direito de propriedade, estava intimamente ligado aos pontos de vista e interesses aristocráticos. Entre os romanos, a maioria da população não era proprietária, não possuía escravos; logo, não era possuidora de *patrimonium*. [...] Não havia o conceito de patrimônio público (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 11).

Quanto ao caráter privado e aristocrático do patrimônio, citado acima, encontramos ainda maiores detalhes em um texto de Paul Veyne sobre as relações sociais durante o Império Romano. Ele afirma que “todos os homens são iguais em humanidade, até os escravos, porém os que possuem um patrimônio são mais iguais que os outros” (VEYNE, 2009b, p. 128). O patrimônio, assim, deveria ser cuidado, mantido, preservado e, sempre que possível, ampliado, já que o ato de esbanjar e dilapidar o patrimônio poderia promover a ruína não só financeira, mas social dos envolvidos. A forma com que o cidadão romano cuidava do que era deixado à ele por herança de seus antepassados era também uma forma de demonstrar poder. Ainda que pouco se saiba sobre a educação financeira na sociedade romana na antiguidade, podemos afirmar que, entre eles, a manutenção, o aumento e a utilização adequada do patrimônio familiar eram bem valorizados (VEYNE, 2009b, p. 128-147).

Muito embora o patrimônio tivesse esse caráter privado, em grande medida o que se tornava de uso público, no mundo romano, havia sido construído sob as expensas de um grande notável. Esses patronos da cidade, por meio da prática do *evergetismo*⁴, ficavam responsáveis pela manutenção, ornamentação e embelezamento dos espaços coletivos. As motivações para essas ações poderiam variar entre a generosidade ostentatória, a obrigação pública e a necessidade de confirmar sua posição como classe dominante (VEYNE, 2009b, p. 104-105). Quanto

⁴ Nos primeiros séculos do período imperial Romano o *evergetismo* consistia na prática de realizar benfeitorias como construções de edifícios, realização de banquetes, calçamento de ruas ou quaisquer outros benefícios às cidades por membros da elite político-econômica local. A partir do segundo século o *evergetismo* cívico começa, mesmo que lentamente, a dar lugar a ética cristã, fortalecida pelas relações estabelecidas entre Constantino e a elite eclesiástica, no século IV d.C.. Seguimos, com isso, uma linha interpretativa intermediária entre as conclusões de Paul Veyne (2009a) e Peter Brown (2002).

às práticas de evergetismo dos notáveis no mundo romano, Raymond Van Dam (2008, p. 345) afirma:

Como patronos privados, eles costumavam usar sua própria riqueza para financiar edifícios, jogos e outras amenidades em suas cidades. Em troca, seus agradecidos cidadãos os saudavam como benfeitores e os honravam com dedicatórias públicas.

Percebemos, portanto, uma relação muito próxima entre a forma como se compreendia o que era patrimônio e a própria utilização deste por parte das elites romanas, que patrocinavam grandes construções e eventos nas cidades do Império. Não é difícil perceber, assim, a associação existente entre poder e patrimônio. E já que essa afinidade é tão marcante podemos inferir que qualquer alteração significativa na compreensão do que seria e como se deveria utilizar o patrimônio culminaria na mudança de sua relação com o poder propriamente dito. E esta mudança ocorreu, de fato, principalmente com o advento da legislação que o Imperador Constantino começa a promulgar já por volta do ano 313 d.C., antes mesmo de sua vitória sobre o Imperador Licínio, que governava a parte oriental do Império Romano, como se pode notar nesta carta imperial destinada ao norte da África, encontrada da obra de Eusébio de Cesareia:

[...] julguei oportuno, que os homens que, com a devida santidade e zelo por esta lei, prestam com solicitude serviço à religião divina, recebam condignas recompensas de suas fadigas. Por isso quero que [...] os usualmente denominados clérigos [...], sem mais e uma vez por todas, fiquem isentos de todo e qualquer *encargo público*⁵ (EUSÉBIO DE CESAREIA, *História Eclesiástica*, X, 7, 1-2, grifo nosso).

Ao dispensar os clérigos dos chamados serviços públicos obrigatórios, a legislação do Imperador Constantino acaba provocando uma gradativa alteração na prática da utilização do patrimônio privado e, por conseguinte, também vai atraindo membros das elites para ocuparem cargos eclesiásticos, já que eles não precisavam

⁵ Quanto aos serviços públicos compulsórios ou *encargos públicos*, como aparece na tradução da obra utilizada neste trabalho, o tradutor e comentarista do *Código Teodosiano* indica a existência de pelo menos cinco tipos distintos: *functio*, *munus*, *munia*, *necessitas* e *officium*. Sobre elas Clyde Pharr afirma: “como parte integrante do sistema de tributação, o governo impôs sobre o povo o fardo de realizar alguns serviços públicos sem remuneração [...]. Alguns desses serviços, como os de vários escritórios municipais, foram chamados de “honras”. Assim, em todos os municípios os cidadãos principais eram nomeados como membros do conselho municipal como decuriões e eram obrigados a servir à sua municipalidade e ao governo central em grande número de obrigações, utilizando sua fortuna pessoal e levando-os, muitas vezes, à ruína” (PHARR, 2001, p. 577).

mais arcar com os custos da manutenção das estruturas citadinas, da alimentação e locomoção do exército, ou de encargos ainda maiores. Mesmo entendidos como “honorarias”, essas obrigações poderiam promover a ruína do patrimônio dessas elites do Império Romano (PHARR, 2001, p. 577).

Funari e Pelegrini (2009) também argumentam sobre as transformações e alterações de significado pela qual a noção clássica de *patrimonium* passou no contexto da Antiguidade Tardia. Segundo esses autores, se antes não havia a noção de patrimônio público, se esse patrimônio era visto como a demonstração do poder “patriarcal, individual e privativo da aristocracia” (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 11), agora, no início do século IV d.C. a expansão da influência do cristianismo vai acrescentando um caráter mais coletivo ao patrimônio, já que o crescimento dos bens da igreja se torna exponencial e os ambientes utilizados para a realizações dos cultos e estudos cristãos vão se tornando essencialmente espaços cada vez mais coletivos. É exatamente a partir dessa nova forma de compreensão do patrimônio que baseamos a utilização deste termo no título e no desenvolvimento de nossa Dissertação. A interpretação do vocábulo seguirá se transformando ao longo do tempo. A própria reflexão de Funari e Pelegrini (2009, p. 12) segue neste sentido. Em suas palavras:

[...] Ainda que o caráter aristocrático tenha se mantido, elevaram-se à categoria de valores sociais compartilhados os sentimentos religiosos, em uma pletera de formas materiais e espirituais. [...] A reação das elites não tardaria, e veio com a monumentalização das igrejas e a criação das catedrais, que passaram a dominar as paisagens do mundo físico e espiritual. No topo de uma elevação, passava a erguer-se a sede da cátedra do bispo, autoridade máxima: a catedral era um patrimônio coletivo, mas aristocrático.

Contudo, nos chamou a atenção, no excerto acima, a indicação dos autores sobre a soma dos elementos representativos do poder que o bispo passa a ter: a associação entre uma estrutura física e a forma como os indivíduos enxergavam essa estrutura, entendidas como um tipo de patrimônio. Essas reflexões consideram as mudanças relacionadas à questão do patrimônio como iniciadas na Antiguidade Tardia, mas que se consolidaram no mundo medieval. Portanto, apesar das indubitáveis mudanças ocorridas no significado do patrimônio, o início do século IV d.C. deve apresentar ainda aspectos primordialmente aristocráticos na forma de administração do patrimônio por parte das elites. É assim que, neste momento,

espera-se que o patrimônio de um bispo, não se confunda com os bens da sede que ele administra. Este parece ser o pensamento de Eusébio de Cesareia ao citar uma carta de Dionísio de Alexandria⁶, no sétimo capítulo⁷ de sua *História Eclesiástica*, onde lemos:

Após alguns assuntos, escreveu ainda o seguinte, acerca dos acontecimentos que lhe advieram: “Germano se gaba de numerosas confissões de fé e tem muito o que contar de suas adversidades. Tanto quanto pode enumerar a nosso respeito: condenações, **confiscos**, proscricções, **espoliação de bens** (cf. Hb 10,34), perda das dignidades, desprezo da glória mundana, desdém de elogios da parte dos governadores, dos senadores, e paciência diante de ameaças dos adversários, de gritos hostis, perigos, perseguições (cf. Rm 8, 35), vida errante, penúria, aflições múltiplas, como me sucedeu sob Décio e Sabino e até o presente, sob Emiliano” (EUSÉBIO DE CESAREIA, *História Eclesiástica*, VII, 11, 18, grifo nosso).

Os bens do bispo de Alexandria são citados por suas perdas de ordem pessoal, visando demonstrar a validade de seu testemunho de vida. Não parece haver qualquer relação com os bens coletivos de cristãos de sua região, ao contrário, o relato nos parece marcadamente de ordem pessoal, valorizando o desprendimento do bispo em relação a seu patrimônio. Em contrapartida, nesta mesma carta de Dionísio aparece a seguinte proibição de Emiliano⁸: “jamais vos será lícito, nem a vós, nem a outros fazer reuniões ou entrar nos locais chamados cemitérios” (*História Eclesiástica* VII, 11, 10). Diferentemente dos bens do bispo, o espaço de reunião dos cristãos, merece destaque individual; vai ganhando *status* de patrimônio da coletividade cristã, da comunidade que o utiliza. Assim é que passamos a utilizar a expressão *patrimônio imobiliário cristão*, em conjunto, ao invés de *patrimônio eclesiástico*, pois a documentação de Eusébio não pareceu se

⁶ Sobre Dionísio, Berthold Altaner e Alfred Stuiber (1972, p. 216) afirmam que: “foi discípulo de Orígenes. Em 231-32 sucedeu a Héraclas na direção da escola catequética, em 247-48 também na sede episcopal de Alexandria. Sua atitude corajosa, firme e cheia de energia em numerosas lutas e tribulações granjearam-lhe o cognome de *Grande*.”

⁷ Não incluímos este capítulo em nossa análise da *História Eclesiástica*, pois não se enquadra em nossos critérios de seleção da documentação textual. Voltamo-nos mais precisamente às obras de Eusébio que possuem alguma relação com o Imperador Constantino (o que inclui os livros VIII IX e X da *História Eclesiástica*). Os critérios de seleção de toda a documentação textual utilizada foram mais bem esclarecidos ao longo do primeiro capítulo deste trabalho.

⁸ Segundo o historiador John Drinkwater (2008, p. 41), *Marcus Aemilius Aemilianus*, conhecido como Emiliano, foi governador da Moésia (ou Mésia), uma província romana situada na região dos Bálcãs. Emiliano foi aclamado imperador por suas tropas, mas permaneceu no cargo por poucos dias, sendo logo eliminado por seus próprios homens, no ano de 253 d.C.

preocupar somente com os bens dos clérigos, mas de todos os cristãos eventualmente prejudicados, destituídos e, em seguida, beneficiados e restaurados com auxílio da legislação de Constantino. Ainda que boa parte desta legislação seja voltada à homens do clero, como veremos no terceiro capítulo deste trabalho.

Parece-nos ser pertinente, ainda, explicar ao leitor o que nos motivou a utilizarmos, de forma aparentemente genérica, o termo *cristãos*, ao longo deste trabalho, sem nos atermos a uma das vertentes do cristianismo, das tantas existentes no Império Romano do início do século IV d.C. Nossa compreensão, neste sentido, é de que há grande dificuldade no enquadramento do próprio Eusébio dentro de uma dessas vertente do cristianismo que busca sua afirmação no período. Procuramos demonstrar, em variados momentos desta pesquisa, mas de forma especial no primeiro capítulo, que Eusébio se esforça sobremaneira para manter a unidade entre os cristãos, chegando a ser acusado de contraditório pelos cristãos de sua diocese, após subscrever o credo niceno, contrário a suas posições anteriores, claramente mais alinhadas com o pensamento ariano⁹ (FRANGIOTTI, 2000, p. 11). Por esta dificuldade de enquadramento de Eusébio em uma vertente do cristianismo é que buscamos demonstrar em nossa pesquisa que, para ele, importava mais a unidade do cristianismo e a afirmação de sua posição como bispo e representante dos cristãos de sua região do que a defesa de uma ortodoxia que se encontrava em plena construção, neste período.

Quanto à vida, obra e principais ações de Eusébio, buscamos esclarecer de forma mais pormenorizada no primeiro Capítulo deste trabalho. Por hora, cabe ressaltar que é o próprio Eusébio o sujeito de nossa pesquisa. Considerando que ele viveu no início do século IV d.C. em uma província oriental do Império Romano e que esta pesquisa tem como objetivo principal demonstrar que as obras de Eusébio estão repletas de indicações do que chamamos de defesa do patrimônio imobiliário cristão, percebemos que a melhor forma para se compreender essa relação seria analisar as condições de seu ambiente de vida, em seu espaço de influência e atuação.

Assim, dedicamos o segundo capítulo desta Dissertação à reflexões sobre o ambiente político-cultural na qual estava inserido Eusébio de Cesareia. Percebemos que se tratava de um ambiente conflituoso em uma dupla interpretação: interna e

⁹ Sobre as relações entre Eusébio e o Arianismo, ver. Capítulo 1 desta Dissertação.

externa. Internamente, pois o próprio cristianismo não estava consolidado, então não há que se falar, neste momento, em uma ortodoxia consolidada, uma igreja teologicamente estabelecida¹⁰; externamente, pois a Província da Palestina (e a cidade de Cesareia em particular) era intensamente povoada por grupos étnico-culturais com boa representação política, mas culturalmente distinto dos cristãos, tais como os judeus e os samaritanos. E é exatamente neste ambiente hostil, que Eusébio busca sua afirmação e, por conseguinte, a do próprio cristianismo.

Desta forma, fica claro que tal ambiente conflituoso não se restringiu ao que chamamos de perseguições, mesmo que algumas obras de Eusébio, de relevância significativa, tenham sido dedicadas quase exclusivamente a narrar tais acontecimentos que envolveram os cristãos da parte oriental do Império ou de sua região em particular¹¹. O bispo cesareno afirma ter sido testemunha ocular de alguns desses eventos, que ele mesmo chama de martírios. Boa parte dos acontecimentos envolvidos com o que se convencionou chamar de “Grande Perseguição¹²”, por exemplo, teria ocorrido, para dizer o mínimo, no período enquanto ele esteve vivo¹³, conforme afirma William Cureton (1861, p. vii), no prefácio da tradução para a língua inglesa que realizou da obra *Sobre os Mártires da Palestina*¹⁴. A título de exemplo,

¹⁰ Em uma obra recentemente publicada, a historiadora Helena Papa (2013) reflete muito bem sobre as disputas teológicas ocorridas no século IV d.C., entre arianos e nicenos, partindo da contenda entre Basílio de Cesareia e Eunômio de Cízico. Papa (2013, p. 191-192) conclui que “a disputa hierárquica entre os dois bispos representava as várias tentativas de afirmação do discurso cristão [...], a busca da *verdade* sob o título de ortodoxia”, visão com a qual tendemos a concordar.

¹¹ Como foi o caso de *Sobre os Mártires da Palestina* ou da primeira edição da *História Eclesiástica*. Sobre as datas de circulação da *História Eclesiástica*, ver Anexo 2 deste trabalho.

¹² Termo presente em obras de referência da historiografia que convencionamos chamar de tradicional, representada por nomes como Arnold Jones (1937) ou mesmo Timothy Barnes (1981), mas que apresenta ecos na historiografia nacional, conforme verifica-se em Silva (2006) e em Medeiros (2012). Sobre a chamada “Grande Perseguição”, teria iniciado com um decreto de fevereiro de 303 d.C., assinado pelo Imperador Diocleciano (BARNES, 1981, p. 22).

¹³ O próprio Eusébio, na introdução que faz ao Livro VIII de sua *História Eclesiástica*, afirma que “os eventos contemporâneos fazem jus a registro especial”, demonstrando que os eventos daquele ponto em diante se passaram em sua contemporaneidade. No primeiro capítulo desta Dissertação, voltado à análise da documentação textual utilizada, voltaremos à questão do período de perseguição do ponto de vista de Eusébio.

¹⁴ Parte desta obra foi utilizada pelo próprio Eusébio na composição de sua *História Eclesiástica*. A não utilização desta obra como documento textual deste trabalho se justifica na medida em que foge a nosso objetivo principal, de entender a defesa do patrimônio imobiliário cristão em Eusébio de Cesareia, já que ela se dedica a narrar a vida e os feitos dos mártires que viveram na Palestina, entre o final do terceiro e início do quarto séculos d.C.

citamos um primeiro evento testemunhado por Eusébio na província da Fenícia¹⁵ e um segundo em Tebaida¹⁶:

Nós próprios assistimos a estas cenas, verificando a presença e a ação manifesta nos mártires do poder divino de nosso Salvador Jesus Cristo, a quem prestavam testemunho (EUSÉBIO DE CESAREIA, *História Eclesiástica*, VIII, 7, 2).

Nós mesmos vimos, estando no próprio local, grande número de mártires sofrerem juntos, num só dia, uns a decaptação, outros o suplício do fogo, de tal forma que se o ferro mortífero ficava embotado e gasto era esmigalhado e os próprios carrascos, fatigados, alternavam-se uns aos outros (EUSÉBIO DE CESAREIA, *História Eclesiástica*, VIII, 8, 4).

É possível que Eusébio tenha tratado dos martírios de forma retórica, buscando impressionar seus leitores contemporâneos ou reforçar o sentimento de bravura dos cristãos que passaram por ele. A tardo-antiquista britânica Averil Cameron (1993, p. 44), nesta linha de pensamento, argumenta que pesquisas recentes apontam para um número aparentemente pequeno de cristãos mortos em consequência de perseguições, mas que não se pode ignorar o impacto que a simples visualização dos martírios pode ter provocado em cristãos da parte oriental do Império Romano, assim como no próprio bispo cesareno.

Desta forma, tão logo a Palestina tenha deixado de sofrer com os martírios e o cristianismo passado a ser uma religião lícita no Império Romano, Eusébio pode ter passado a se preocupar com outros temas, dentre eles, a defesa do patrimônio imobiliário cristão, tema central desta Dissertação.

II

Os conflitos sociais são interpretados pelos historiadores das mais variadas formas, a depender de sua vinculação teórico-metodológica. Embates ocorridos na

¹⁵ Província vizinha da Palestina, a Fenícia fazia parte da Diocese do Oriente e sua proximidade com a Palestina pode ter proporcionado certa influência de Eusébio na região, atestada por sua atitude no Sínodo de Tiro, em 335 d.C., que teria deposto o bispo Atanásio, de Alexandria.

¹⁶ Tebaida é uma província romana, situada na Diocese do Egito, para onde Eusébio teria se refugiado após o martírio de seu mestre Pânfilo; ver. FRANGIOTTI 2000, p.10.

Antiguidade Tardia costumam ser interpretados como fruto de intolerância religiosa, de ações étnico-culturais, provocados por usurpações, por guerras civis e ainda ser estudados na forma de levantes populares urbanos (SILVA, 2006).

Por sua vez, estudos voltados a analisar os conflitos envolvendo cristãos no início do século IV d.C. (especialmente aqueles baseados na *História Eclesiástica*), podem acabar dando crédito em demasia às narrativas das perseguições aos cristãos. O que, num olhar superficial, acaba aparecendo como fruto de intolerância religiosa da população não cristã ou, ainda, como ações do próprio poder político no Estado Romano.

Ressaltamos que nosso trabalho procura entender as ações de Eusébio a partir de seu próprio contexto histórico e geográfico, num espaço onde períodos intermitentes de perseguições fizeram parte, aparecem em suas obras e são fundamentais para a compreensão da formação deste bispo. No entanto, gostaríamos de sublinhar nossa escolha do vocábulo *perseguições*, no plural, em oposição ao mesmo termo no singular, *perseguição*, por entendermos que as práticas persecutórias precisam ser analisadas em seus próprios contextos político-culturais. A historiografia contemporânea já não costuma utilizar o termo “Grande Perseguição”, mas o uso do termo *perseguição* no singular pode ainda ser encontrado com certa frequência, como argumenta Helena Papa (2013, p. 29-31). O livro *História da Igreja na Antiguidade* (2006), de Danilo Mondoni, neste sentido, apresenta uma visão com a qual não concordamos. Tal abordagem exemplifica nossa argumentação anterior, muito embora já seja perceptível certa relativização do tema. Segundo Mondoni (2006, p. 45), “a perseguição aos cristãos não teve um desenvolvimento ininterrupto e uniforme; o esquema das dez perseguições, correspondentes às dez pragas do Egito, revela-se artificial”.

Em relação à região da Palestina, o manual de Patrologia de Berthold Altaner e Alfred Stuiber (1972, p. 249) afirma que um período de perseguições propriamente dito só teria ocorrido no início do século IV d.C. apesar de o próprio Eusébio apresentar relatos de martírios ocorridos em Cesareia sob o governo de Valeriano I¹⁷. Nas palavras de Eusébio:

¹⁷ Foi imperador romano entre os anos de 253 e 260 d.C., emitindo dois importantes Editos, segundo Danilo Mondoni (2006, p. 48): “Edito de 257: os bispos e sacerdotes deveriam sacrificar, sob pena de exílio; proibição de visitas aos cemitérios e de reuniões culturais, sob pena de morte. Edito de 258: suplício imediato aos bispos renitentes; confisco de bens, trabalhos forçados e, em caso extremo, a morte às demais categorias”.

“Na mencionada perseguição de Valeriano, três homens se destacaram em Cesareia da Palestina pela confissão de Cristo e foram ornados com o divino martírio, tendo-se tornado sustento das feras. Deles, o primeiro tinha o nome de Alexandre. Conta-se que moravam no campo [...] apressaram-se em direção a Cesareia e juntos compareceram diante do juiz; e chegaram ao termo de que acabamos de falar. Narra-se ainda que além destes, no decurso da mesma perseguição e na mesma cidade, uma mulher sustentou o mesmo combate (EUSÉBIO DE CESAREIA, *História Eclesiástica*, VII. 12).

Quanto às motivações para as perseguições, tendemos a concordar com o historiador Gilvan Ventura da Silva (2006, p. 248), para quem tais motivações foram, muitas vezes instigadas pela própria população local e somente em alguns casos específicos, provocadas pelo poder imperial. Muito embora Ventura da Silva (2006, p. 252) ainda utilize a nomenclatura “Grande Perseguição”, para se referir ao período, sua percepção de que as perseguições de cunho institucional foram motivadas por um ambiente social favorável, ou seja, que elas foram uma resposta à demanda social, é o que nos interessa aqui. Nessa mesma linha de raciocínio encontramos a reflexão do renomado historiador britânico Timothy David Barnes (1981, p. 21-22), que identifica uma série de “inimigos articulados do cristianismo” que por sua posição de destaque na aristocracia romana, puderam influenciar o Imperador Diocleciano na promulgação de leis, decretos e editos contra os cristãos.

Na mesma linha de raciocínio encontramos o pensamento da historiadora Andreia Cristina Lopes Frazao (1990, p. 246) que analisa os relatos de perseguições presentes na *História Eclesiástica* nos seguintes termos: “quando o Estado se volta contra os cristãos, a sociedade os apoia; quando a população ataca os cristãos, o Estado os defende”. O texto do próprio decreto de 303 d.C., que motivou a definição do termo “Grande Perseguição”, traz uma série de argumentações aventadas por críticos ao cristianismo, de períodos anteriores, como o filósofo Porfírio¹⁸ e Hiérocles¹⁹. Ventura da Silva (2006, p. 252) descreve esse decreto da seguinte forma:

¹⁸ Porfírio viveu entre os anos 233 e 302 d.C. (PLRE-1, p. 716), é um filósofo neoplatônico discípulo de Plotino, e publicou um trabalho intitulado *Contra os Cristãos*, onde chega a argumentar que “a profissão de cristianismo deveria ser considerada legitimamente uma pena capital” (BARNES, 1981, p. 21-22).

¹⁹ As informações sobre Sossianus Hiérocles são muito fragmentárias. Sabe-se que teria vivido entre o final do séc. III d.C. e início do séc. IV d.C., e foi autor da obra *Amante da Verdade* (PLRE-1, p. 432), que comparou Jesus à Apolônio de Tiana, o que motivou a produção da *Contra Hiérocles*. Esta

O texto prescrevia que os cristãos que possuíssem cargos e/ou dignidades oficiais deveriam ser destituídos e seus bens, confiscados, perdendo também o direito de demandar em juízo. Previa-se ainda a destruição das igrejas por todo o território do Império e a incineração das Escrituras. Graves distúrbios se seguiram em Mitilene e na Síria, o que conduziu Diocleciano a baixar um novo edito, ordenando que todos os líderes eclesiásticos do Império fossem detidos (SILVA, 2006, p. 252).

Um aspecto do decreto de Diocleciano, comentado no excerto acima, nos chamou atenção de maneira especial: ele previa o confisco do patrimônio de membros da elite administrativa imperial e a destruição de igrejas. Desta forma, o patrimônio imobiliário seria tanto do corpo eclesiástico como de cidadãos que pertenciam a classes superiores. Motivo suficiente para Eusébio valorizar, ou mesmo instigar a promulgação de novas leis que garantissem as restituições do patrimônio imobiliário cristão perdido anteriormente, nos períodos de perseguições.

No entanto, é preciso ressaltar que a valorização dos aspectos religiosos na análise do período vivido pelo bispo cesareno pode levar a interpretações com as quais não concordamos, de que houve um período intenso de perseguições aos cristãos, seguido por um momento de paz inigualável. E, para além deste fato, tal valorização pode dificultar a visualização de aspectos político-culturais de forma mais clara.

Nosso objeto de pesquisa, o bispo Eusébio de Cesareia, vivenciou um processo perseguição que envolveu obviamente a perda de vidas, mas também, uma perda patrimonial significativa, tanto da estrutura eclesiástica quanto dos membros que compunham essa comunidade. As perdas foram mais significativas nas partes orientais do Império Romano, “colocados sob o controle de Diocleciano, Galério e Maximino Daia, do que no ocidente, [...] onde a ascensão verdadeiramente meteórica de Constantino [...] favoreceu consideravelmente os cristãos” (SILVA, 2006, p. 252). Obviamente, as vidas perdidas não podem ser recuperadas, mas o mesmo não se pode dizer dos bens.

obra é normalmente atribuída pela historiografia a Eusébio de Cesareia, mas Barnes (2009, p. 1) recusa-se a concordar com essa posição. Para maiores informações sobre a obra ver de Jeremy Schott, *Christianity, Empire and the Making of Religion in Late Antiquity* (2008), especialmente o capítulo 5.

Em nossa interpretação, o bispo Eusébio procura exaltar os mártires, relatar seus feitos e privações, em períodos de perseguição. Mas quando o Imperador Constantino assinala uma mudança de postura do poder imperial em relação ao cristianismo ele se apressa em destacar as perdas patrimoniais e exaltar as benfeitorias deste Imperador. No processo de afirmação do discurso cristão analisado por Brown (1992) e Cameron (1991), que se dá ao longo da Antiguidade Tardia, faz todo sentido que Eusébio tente retomar o caminho do crescimento patrimonial na região da Palestina, por meio de uma aproximação com o poder imperial.

Em meados do século III d.C., “a igreja de Roma já era relativamente rica”, segundo Arnold H. M. Jones (1986, p. 904). No entanto, ele mesmo destaca que poderia haver grandes contrastes entre sedes menos numerosas e, em consequência, com menos doadores. Jones não argumenta sobre a condição patrimonial ou financeira dos cristãos de Cesareia no início do século IV d.C., mas pela importância da cidade na parte oriental do Império Romano, pode-se supor que já possuía algum patrimônio. Uma indicação é dada por Eusébio ao incluir um rescrito publicado sob a regência do Imperador Galiano (260 à 268 d.C.). De acordo com Eusébio, logo após sua ascensão ao trono, por volta do ano 260 d.C., além de autorizar a realização de cultos, ordenou que fossem devolvidos alguns bens confiscados aos cristãos. O documento é dirigido a todo o mundo, mas cita nomes de bispos de regiões africanas do Império, portanto, vizinhas da Palestina. Eusébio apresenta o documento da seguinte forma:

Mas pouco depois, tendo alguns bárbaros reduzido Valeriano à escravidão, seu filho que doravante reinou sozinho, dispôs do poder com mais sabedoria, e logo afrouxou por meio de editos a perseguição contra nós, ordenando por meio de rescrito aos que ministram a palavra que cumprissem suas funções costumeiras em inteira liberdade. O rescrito acha-se assim redigido: “O imperador César Públio Licínio Galiano, Pio, Fortunato, Augusto a Dionísio, Pinnas e Demétrio e aos demais bispos. Ordenei que se difundisse através do mundo toda a beneficência de meus dons, de sorte que se desocupassem os lugares de culto e em consequência também vós pudésseis aproveitar tranquilamente o mandamento do meu rescrito, sem que ninguém vos inquietasse. Há muito já vos concedi o que, à medida do possível, é recuperável. Por isso Aurélio Quirino, o preposto aos negócios supremos, fará com que se observe a ordem que emiti”. [...] Possuímos do mesmo imperador dirigido a outros bispos outro mandamento, que permite retomarem posse dos lugares chamados cemitérios. (EUSÉBIO DE CESAREIA, *História Eclesiástica*, VII, 13).

Mesmo havendo indicações sobre os ganhos patrimoniais dos cristãos na segunda metade do século III d.C., acreditamos que essa condição não possa ser confundida com uma maior intensidade no processo de cristianização da Palestina, ao menos não até fins do século IV d.C. O cristianismo da região ainda teria que lidar com outros períodos de perseguições que partiram do poder imperial, por exemplo. Além disso, precisavam se articular frente a elementos étnico-culturais locais, como é o caso do judaísmo, com presença marcante na sociedade cesarena e em toda a Província da Palestina. O historiador israelense Adiel Schremer, em recente obra sobre as relações entre judeus e cristãos, na *Antiguidade Tardia* – intitulada *Brothers estranged: heresy, Christianity and Jewish identity in late antiquity* (2010) –, argumenta que a denominada cristianização da Palestina não teria ocorrido antes do quinto século e, mesmo depois disso, a confluência entre ambos os grupos pode ser percebida. Em suas palavras:

[...] a propagação do cristianismo foi acompanhada por uma luta contínua e um debate com o judaísmo e, no curso dessa luta, os rabinos também articularam várias homilias com a intenção clara de refutar as opiniões dos cristãos. (SCHREMER, 2010, p. 6).

Muito embora não tenhamos centrado nossa pesquisa no tema das perseguições aos cristãos da parte oriental do Império Romano, procuramos analisar o ambiente conflituoso vivido por Eusébio na cidade de Cesareia em sua amplitude. Percebemos, assim, que as disputas de poder na região foram travadas tanto entre cristãos e não cristãos quanto entre os próprios cristãos.

O posicionamento de Eusébio frente às disputas entre os próprios cristãos chamou-nos atenção. Entendemos, e procuramos demonstrar ao longo deste trabalho, que o bispo de Cesareia procurou manter um posicionamento conciliatório, frente aos debates sobre a ortodoxia cristã no período constantiniano. Só para citar um exemplo²⁰, logo após subscrever as decisões do Concílio de Niceia (325 d.C.), uma das bases para a construção de uma ortodoxia cristã, Eusébio participa do Sínodo de Tiro (335 d.C.), que viria a depor Atanásio (295 a 373 d.C.), bispo alexandrino considerado um dos maiores defensores do credo niceno.

²⁰ Quanto ao envolvimento de Eusébio com as questões teológicas de seu tempo, em especial as relacionadas ao arianismo, ver Capítulo 1 desta Dissertação.

Partindo do pressuposto de que este posicionamento de Eusébio deva ser lido através do prisma político-cultural (CARVALHO, 2010, p. 154), inferimos que a aproximação entre Eusébio e Constantino pode ter seguido uma via de mão dupla onde: Eusébio poderia chamar atenção do Imperador para os problemas vivenciados pelos cristãos que ele representa; ao mesmo tempo em que Constantino poderia contar com um poderoso aliado na articulação política no interior da esfera eclesiástica, a partir do centro geográfico da metade oriental do Império Romano. Ora, o próprio Imperador Constantino é quem convoca o Concílio de Niceia e, em vários momentos, deixa clara sua busca por um consenso entre os litigantes²¹.

Essas constatações nos permitiram compreender que o contexto de atuação do bispo cesareno, no início do século IV d.C., exigia uma capacidade de articulação política significativa. Em que pese não termos encontrado nas bases historiográficas consultadas pesquisas que articulem a defesa do patrimônio imobiliário de cristãos às obras de Eusébio, percebemos que a historiografia mais atual tem feito avanços em compreender as ações dos bispos na Antiguidade Tardia, relacionando aspectos políticos, culturais e sociais²² do período.

Talvez um exemplo emblemático mais recente destes avanços seja a obra de Claudia Rapp, *Holy Bishops in Late Antiquity: the Nature of Christian Leadership in na Age of Transition* (2005). Suas principais contribuições já podem ser inferidas de seu título e subtítulo, já que a autora deixa claro o foco central de seu trabalho, ou seja, a figura do bispo em sua atuação como líder cristão numa era de transição, que é a Antiguidade Tardia. Até onde pudemos identificar, essa obra tem balizado grande parte das pesquisas atuais com relação ao papel dos bispos, em especial no início do século IV d.C. As obras de Brown sobre as ações do bispo na Antiguidade Tardia, como *Poverty and Leadership in the Later Roman Empire* (2002), onde o autor relaciona o cuidado dos pobres e a solidariedade dos bispos, aferida nos séculos IV d.C. e V d.C. com as práticas de evergetismo da elite aristocrática romana; ou *Through the Eye of a Needle* (2012), na qual Brown deixa claro que sua

²¹ A seleção de documentos atribuídos à Constantino, presentes na *Vida de Constantino* de Eusébio, parecem querer destacar exatamente essa prática do Imperador em exortar que os cristãos tenham todos “uma só fé, uma só compreensão da doutrina [...] uma única disposição de espírito” (EUSÉBIO DE CESAREIA, *Vida de Constantino*, II, 71, 5).

²² Percebemos grande dificuldade dos autores em falar sobre “papel do bispo”, mesmo que de forma abrangente para o início do século IV d.C. Isso se deve, em grande medida, ao fato de este período ser claramente um período de transição por excelência, especialmente no que tange a atuação do corpo eclesiástico. Para maiores informações sobre o papel do bispo, sugerimos a leitura das obras de Averil Cameron (1991) e Peter Brown (2002; 2012).

análise se restringiu à parte ocidental do Império Romano e partiu da segunda metade do quarto século; por esses motivos, acabaram se provando referências de menor significância para o presente trabalho.

Ainda sobre o papel do bispo encontramos, em território nacional, pelo menos três trabalhos que caminham no mesmo sentido da obra de Rapp, sendo que apenas um deles se relaciona com a figura de Eusébio de Cesareia: a Dissertação de Mestrado de Robson Murilo Grandó Della Torre, intitulada *A atuação pública dos bispos no principado de Constantino: as transformações ocorridas no Império e na igreja no início do século IV através dos textos de Eusébio de Cesareia*, defendida em 2011 junto a Universidade Estadual de Campinas. Nela, Della Torre defende uma inversão na compreensão das ações de beneficiamento imperial em favor do cristianismo. Para ele, o sucesso de tal favorecimento deveu-se muito mais a atuação dos bispos, do que propriamente de uma tomada de atitude individual do governante, neste caso, Constantino.

A segunda Dissertação é do professor Daniel de Figueiredo, e foi defendida em 2012 junto à Universidade Estadual Paulista – UNESP. Intitulada *A controvérsia nestoriana e suas implicações político-administrativas nas cartas de Cirilo de Alexandria (séc. V. d.C.)*, nela este historiador defende que o bispo Cirilo de Alexandria (412 a 444 d.C.) sentia necessidade de articular a esfera política, a religiosa e a administrativa, em prol de seus interesses e dos cristãos a quem ele representa²³.

Por fim, citamos a Tese de Doutorado defendida pela historiadora Helena Amália Papa em 2014. Nesta última, Papa defende uma especificidade da pesquisa sobre a atuação dos bispos, com a qual concordamos, argumentando da seguinte forma:

Ao que cabe à temática investigada, a coexistência de vários cristianismos nesse momento e a escolha episcopal de apoiar determinado apontamento cristológico é uma clara exemplificação de como um bispo pode se aproximar ou se afastar da Corte Imperial, levando em consideração o apoio ou a repulsa à postura político-administrativo-religiosa adotada por determinado imperador. Sendo assim, em nosso entendimento, as particularidades devem ser analisadas e o papel episcopal, durante o século IV d.C. no Império

²³ Muito embora o bispo Cirilo de Alexandria esteja atuando em um espaço geográfico distinto de Eusébio e seu período histórico esteja inscrito com diferença de um século, consideramos relevante a utilização desta obra, devido a abordagem do autor se aproximar da nossa abordagem na busca de compreender a atuação de Eusébio de Cesareia.

Romano, deve ser relativizado de acordo com as características próprias de cada personagem, juntamente com um estudo aprofundado sobre a topografia religiosa em que determinado bispo atua (PAPA, 2014, p. 107).

O bispo Gregório de Nissa²⁴ viveu no final do século IV e, apesar de também ter sido bispo de uma cidade situada na parte oriental do Império Romano, entendemos que as características político-sociais de sua região podem ser consideradas significativamente distintas da que encontramos na região da Palestina, cuja sede é a cidade de Cesareia Marítima. Mesmo assim, a argumentação de Papa, no excerto acima, vem ratificar nossa compreensão sobre a atuação do bispo neste período.

Se as pesquisas citadas anteriormente possuem algo em comum, certamente é sua defesa de que não é possível entender a posição do bispo ou do próprio cristianismo como consolidadas ao final do século IV d.C. e início do século V d.C. Estas são investigações recentes e que buscam revisar uma historiografia que caminhava no sentido contrário. No decorrer de nossa pesquisa, por meio da leitura de variadas obras, fomos levados a concordar com as reflexões das pesquisas citadas. Percebemos que a renovação da historiografia sobre o papel do bispo, mesmo demonstrando seus avanços, ainda não foi capaz de fechar as lacunas não preenchidas pelas pesquisas atuais, primordialmente em relação à figura de Eusébio, emblemática e central, neste período de transição que o início do século IV d.C. atravessa.

Dentro da esfera eclesiástica, essa transição foi marcada pela construção de um discurso que se propõe ortodoxo, *versus* o seu oposto, acusado de ser heterodoxo. Se é verdade que a busca pela afirmação de um discurso, quer ortodoxo ou não, poderia fazer um bispo assumir uma posição de destaque, frente a sua comunidade, no final do século IV d.C. (CHADWICK, 1980, p. 3), no início do mesmo século, pode-se identificar figuras como Eusébio de Cesareia, que transita com seus discursos e ações, entre as diversas formas de cristianismos identificados no período, dentre eles o arianismo²⁵. Sendo assim, ratificamos nossa posição de

²⁴ Gregório de Nissa viveu entre os anos 335/340 e 394 d.C. Foi bispo na cidade que leva em seu nome e defendia o credo niceno contra seu principal opositor, Eunômio de Cízico, assumidamente ariano e opositor anterior de Basílio de Cesareia, que era irmão de Gregório.

²⁵ Sobre a aparente contradição de Eusébio de Cesareia em ser um dos principais articuladores do credo niceno e defender amigos arianos, ver Capítulo 1 desta dissertação.

que o início do século IV d.C. é um período de transição por excelência, apresentando suas próprias rupturas e continuidades e se configurando como um desafio aos que buscam compreender a atuação dos bispos que o vivenciaram. E esse é um dos desafios que nos propusemos a vencer no presente trabalho.

III

Diante do que foi exposto, ratificamos que nosso objeto de pesquisa é Eusébio e não o Imperador Constantino. Em primeira vista parece uma constatação óbvia, mas acreditamos ser fundamental pontuarmos esse nosso posicionamento, na medida em que se verifica uma escassez de trabalhos voltados especificamente para pensar a figura do bispo Eusébio, apesar da significativa utilização de suas obras.

Nossa pesquisa se utilizou de uma historiografia que caminha neste sentido. Timothy Barnes, por exemplo, além de elaborar uma das mais importantes obras de referência para o estudo de Eusébio, a *Constantine and Eusebius*, de 1981, publicou *Constantine: dynasty, religion, and power in the later Roman Empire*, em 2011. Em ambos os trabalhos suas principais fontes de pesquisa são, exatamente, obras de Eusébio. No entanto, seu foco principal está longe de ser este clérigo. O mesmo se passa com outra grande obra de referência utilizada aqui, a *Constantine and the Bishops* (2002), de Harold Drake; ou mesmo a obra de Raymond Van Dam, *The roman revolution of Constantine*, publicada originalmente em 2007. Muito embora o objetivo dessas obras tenha sido claramente analisar a figura de Constantino, nem por isso deixaram de desenvolver seus trabalhos com base nas obras produzidas por Eusébio.

Mesmo que o bispo cesareno seja considerado uma das principais fontes de pesquisas a respeito do Imperador Constantino, entendemos que a historiografia atual está em débito com a figura de Eusébio. Talvez o bispo cesareno mereça uma renovação na análise de suas ações, da forma como leem seu comportamento, e esperamos que esse trabalho venha a somar neste sentido.

Para tanto, esclarecemos que nossa Dissertação parte da hipótese de que Eusébio buscou uma aproximação com o poder imperial, após a ascensão do Imperador Constantino, pois ele estaria preocupado em fortalecer tanto sua posição como bispo da cidade de Cesareia quanto a própria condição do cristianismo em sua região, por meio da defesa do patrimônio imobiliário dos cristãos, importante elemento que poderia ser utilizado no processo de interiorização das práticas religiosas – consequentemente, da consolidação do discurso cristão.

Em nossa leitura da figura de Eusébio, o que lhe importava era defender o cristianismo de forma ampla. Fortalecer o cristianismo como um todo, colocando, sempre que possível, a fé cristã à frente dos posicionamentos teológicos, quer eles sejam vistos como ortodoxos ou heterodoxos. Considerando que os debates em torno da construção de uma ortodoxia, dentro do cristianismo, se encontravam na ordem do dia no início do século IV d.C., a consolidação de sua posição como bispo de uma importante cidade da metade oriental do Império seria também uma condição desejável.

Como veremos no segundo Capítulo desta Dissertação, por meio de seu mestre Pânfilo, Eusébio foi herdeiro das convicções de Orígenes, identificado como subordinacionista pelo manual de Patrologia de Altaner e Stuiber (1972, p. 212). O *subordinacionismo* defendia que haveria uma hierarquia entre as três pessoas divinas: o Espírito Santo seria inferior ao Filho, que por sua vez, seria inferior ao Pai. E essa posição aproximava Eusébio muito mais do arianismo que do credo niceno, formulado no Concílio de 325 d.C. Essa influência de Orígenes nas obras e pensamentos de Eusébio aliada à nossa percepção da situação étnico-cultural da cidade de Cesareia nos levaram a elaborar nossa hipótese, de que Eusébio busca a defesa do patrimônio imobiliário de cristãos de sua região para fortalecer o cristianismo como um todo, e não somente uma de suas vertentes do período, assim como a sua própria condição como bispo.

Para demonstrarmos nossa hipótese, selecionamos nossa documentação textual partindo das obras de Eusébio que possuem relação com o Imperador Constantino, constatadas nos livros finais da *História Eclesiástica* (do livro VIII ao livro X), no *Louvor a Constantino* e na *Vida de Constantino*. No entanto, percebemos que uma correspondência entre as afirmações de Eusébio e o posicionamento de próprio Imperador Constantino, quanto a suas ações de favorecimento patrimonial aos cristãos, seria importante para confirmarmos nossa hipótese. Muito embora a

Vida de Constantino já possui em seu corpo um volume considerável de cartas do Imperador Constantino, para buscar a melhor aproximação do pensamento de Constantino e não somente o que Eusébio afirma sobre ele é que utilizamos um discurso atribuído a este imperador, normalmente traduzido como *Oração à assembleia dos santos*, assim como da legislação deste imperador presente do Código Teodosiano e que possui relação com os bens patrimoniais de cristãos, citados na documentação.

Com a leitura da documentação textual, nos chamou atenção que Eusébio passou a se preocupar de forma demasiada com a perda de bens sofrida pelos cristãos de sua região. Além da relação entre poder e patrimônio, cada vez mais presente na estrutura eclesiástica e citada anteriormente, percebemos que um elemento em especial pode ter motivado Eusébio em suas ações: a construção de uma *Paideia*²⁶.

É interessante percebermos que alguns autores já vem argumentando há algumas décadas em favor da existência de uma *Paideia* entre os cristãos, construída com base na relação entre uma educação cristã e uma não-cristã, de base romana. Este é exatamente o caso do artigo de Glanville Downey, intitulado *Education in the Christian Roman Empire: Christian and Pagan theories under Constantine and his Successors*, de 1957. Sua análise parte do início do século IV d.C., o mesmo período em que Eusébio desenvolve suas atividades na cidade de Cesareia junto à Escola e à Biblioteca de Cesareia. Em todo o artigo, percebe-se que Downey mantém Constantino como um eixo central, dando espaço menor aos educadores, mas ao mesmo tempo destaca as mudanças das práticas imperiais relacionadas à educação cristã. O autor, assim, valoriza as mudanças ocorridas no período de Constantino, percebendo que a vitória futura do discurso cristão acabou dependendo em grande medida de sua articulação com valores da educação grega.

Fomos influenciados, também, pela obra de Peter Brown *Power and Persuasion in Late Antiquity Towards a Christian Empire* (1992). Nela o autor vincula os poderes de persuasão dos cristãos ao longo do tempo – de demonstração deste

²⁶ Quando nos referimos a *Paideia*, nos vinculamos a definição de Margarida Maria de Carvalho (2010, p.24): “*Paideia* é um conjunto de ações pedagógicas, políticas, filosóficas e religiosas (consideradas por nós como um conjunto político-cultural) que aprimora o discurso persuasivo (retórico, ou arte da persuasão) daqueles que necessitam demonstrar e impor seu poder”.

poder e de um tipo de vitória discursiva sobre os pagãos²⁷ – partir do fortalecimento de uma *Paideia*. Primeiramente a *Paideia* é vista, por Brown (1992, p. 35-70), como uma demonstração de poder das elites, uma marca de diferenciação entre ricos cidadãos e homens comuns. Num segundo momento, a demonstração de poder dessas elites se vincula ao cuidado com os pobres e sua aproximação com as ações dos bispos estabelecidos, que lideram essas atividades caritativas (BROWN, 1992, p. 76-77).

De forma bem semelhante, ambos os autores acabam destacando que a *Paideia* é um elemento de destaque na sociedade romana da Antiguidade Tardia e que sofre alterações em suas significações e práticas. Enquanto a *Paideia* do próprio bispo poderia ser um elemento significativamente importante para o sucesso de sua ocupação (RAPP, 2005, p. 180), a difusão desta *Paideia* só seria levada adiante com o estabelecimento de uma força intelectual vinculada aos bispos cristãos.

É claro que Eusébio não poderia sequer imaginar o que o futuro reservava para o cristianismo. No entanto, acreditamos que suas ações tiveram papel primordial no desenvolvimento do discurso cristão em seu período e região. Sua defesa da estrutura imobiliária, junto ao poder imperial, proporcionou a manutenção e expansão das igrejas, escolas e bibliotecas cristãs de sua região, onde eruditos reconhecidos desenvolviam seus estudos, sua *Paideia*.

IV

Por fim, tendo realizado as considerações anteriores a respeito de nossas escolhas, nossos objetivos, hipóteses e justificativas, resta destacar que a elaboração de cada parte deste trabalho, partiu da leitura e análise de nossa documentação. Assim sendo, pode-se dizer que foi propriamente a documentação que nos inspirou na forma organizativa desta dissertação, somada à produção

²⁷ Sobre a utilização do termo “pagão” na historiografia, Harold Drake (2011, p. 196) faz uma discussão mais aprofundada, criticando sua utilização indiscriminada. Contudo, ele mesmo afirma que os pesquisadores ainda não foram capazes de encontrar uma sugestão que substituísse o termo adequada e definitivamente.

historiográfica que tivemos acesso (nacional, ibérica e de língua inglesa, quer britânica, americana ou israelense), e a forma como ela trata as questões abordadas em nossa investigação.

A organização desta Dissertação foi feita em três capítulos, conforme segue: no primeiro capítulo realizamos o devido tratamento documental, percorrendo sobre a formação de Eusébio, suas principais influências e motivações, já que a parte central de nossa documentação textual é composta por obras deste autor. Sobre tais obras, buscamos esclarecer ao máximo a respeito das versões e edições utilizadas, analisando as especificidades de cada uma dessas documentações textuais, articulando seus estilos, objetivos, características, época de produção, circulação; sempre centrando em nosso tema de pesquisa e utilizando da historiografia atual quanto à vida e obra de Eusébio de Cesareia.

Efetuamos uma descrição da produção literária conhecida de Eusébio, e uma contextualização mais apurada quanto à suas obras utilizadas aqui; sempre com o apoio das obras historiográficas de referência que se utilizam do mesmo *corpus documental* de nossa pesquisa, que apresentem reflexões acerca do papel do bispo neste período ou de sua relação com o poder imperial.

Justificamos nosso enfoque nos temas citados tendo em vista nossa dificuldade de localizarmos trabalhos historiográficos que se debrucem sobre a questão da defesa do patrimônio imobiliário cristão como um dos elementos presentes tanto nas obras eusebianas quanto na de outros homens de cultura do início do século IV d.C. Contudo, sempre que encontramos referências a este respeito, tais foram incluídas em nossa redação.

No segundo capítulo, nossos esforços se concentraram na compreensão sobre a situação político-cultural do cristianismo dentro da Província Palestina e, especificamente, na cidade de Cesareia Marítima. Refletimos sobre as mudanças ocorridas no poder imperial, em suas relações com a estrutura eclesiástica, sempre partindo da figura de Eusébio. Entendemos que o papel do bispo neste início do século IV d.C., no sentido amplo, não pode ser apreendido completamente, a não ser pela análise individualizada da atuação de cada bispo, em seu próprio contexto.

Portanto, esperamos que esse capítulo venha suprir parte desta lacuna em relação ao bispo Eusébio. Muito embora dialoguemos com a historiografia disponível, buscamos realizar uma nova leitura do que se tem apresentado até o momento. Ainda no segundo capítulo incluímos reflexões a respeito de possíveis

disputas existentes entre os grupos étnico-culturais locais (cristãos e não cristãos), e uma provável busca por afirmação. De qualquer forma, procuramos manter nosso foco nos elementos que se relacionariam mais diretamente com o patrimônio imobiliário cristão da região.

A avaliação das considerações e indicações levantadas no decorrer da redação dos itens anteriores é o que serve de base para a elaboração deste terceiro e último capítulo de nossa dissertação. Intentamos demonstrar que a ênfase dada por Eusébio de Cesareia às restituições, confiscos e destruições do patrimônio imobiliário cristão de seu período e região visava chamar a atenção do poder imperial para um problema sentido pelos cristãos da Palestina, região onde Eusébio exerce uma função de proeminência frente aos cristãos, já que ocupa a posição de bispo. Ao mesmo tempo procuramos perceber em que medida essa aproximação de Eusébio com o Imperador Constantino não seria benéfica para o próprio Imperador, que teria se apoiado na figura de Eusébio para atingir seus objetivos de promover um consenso político, por meio de sua articulação com o cristianismo.

Em cada um dos capítulos anteriores apresentamos aspectos que circundaram a vida, a obra, a atuação e as relações de Eusébio, tanto em relação ao poder imperial, quanto em relação aos grupos sociais que compunham a região da Palestina e, mais precisamente, a cidade de Cesareia. Nas considerações finais foi possível apresentar um resumo dos efetivos resultados de nossa pesquisa, conforme a argumentação dos capítulos anteriores, abordando lacunas e possibilidades de pesquisas futuras para a temática da atuação dos bispos.

Com intuito de proporcionar uma melhor compreensão de nossas argumentações incluímos, ao final, anexos que foram efetivamente utilizados aqui, tais como mapas, cronologias dos eventos que envolvem o período constantiniano e a vida e obra de Eusébio de Cesareia, bem como um apêndice em forma de catálogo da documentação textual utilizada, elaborado no decorrer de nossa investigação.

CAPÍTULO 1

*“Eu nunca sou apenas
aquilo que creio ser – e isso
varia o tempo todo,
de forma que,
muitas vezes, se eu não estivesse lá
para aproximá-los,
meu ser da manhã
não reconheceria o da noite”.*

André Paul Guillaume Gide

CAPÍTULO 1 EUSÉBIO DE CESAREIA: SUAS OBRAS E FORMAÇÃO INTELECTUAL

1.1 Considerações iniciais

A História é, em essência, o conhecimento por meio dos documentos, afirmou Paul Veyne (1998, p. 18) no início dos anos 70. Desta forma, os documentos podem ser considerados a base do conhecimento histórico sobre uma determinada realidade, seja ela qual for.

Complementando sua reflexão sobre a escrita da história, Veyne afirmou que o evento era irreproduzível e a narração histórica encontrava-se muito além dos próprios documentos. Em suas palavras:

[...] em nenhum caso, o que os historiadores chamam um evento é apreendido de uma maneira direta e completa, mas, sempre, incompleta e lateralmente, por documentos ou testemunhos, ou seja, por *tekmeria*, por indícios. Ainda que eu tivesse sido contemporâneo e testemunha de Waterloo, ainda que tivesse sido seu principal ator, Napoleão em pessoa, teria apenas uma perspectiva sobre o que os historiadores chamarão o evento Waterloo; só poderia deixar para a posteridade o meu depoimento que, se chegasse até ela, seria chamado indício (VEYNE, 1998, p. 18).

Neste sentido, a busca pelos indícios deixados pelos homens no decorrer do tempo, feita através da análise dos documentos, passa exatamente pela seleção desses instrumentos da pesquisa histórica. Em tempo, acreditamos que as inquietudes vividas pelo historiador, em seu próprio tempo, e seu olhar na seleção e interpretação das fontes escolhidas, considerando as dificuldades impostas pela própria documentação, optando por tais e quais fontes, em detrimento de outras tantas possibilidades de pesquisa, são etapas fundamentais do trabalho do historiador e podem determinar os caminhos que seu trabalho trilhará no futuro.

Os procedimentos destacados acima não são novidade para os historiadores inseridos no universo da pesquisa. Assim, é possível afirmar que toda produção historiográfica, independentemente do tema escolhido, refletirá as inquietudes de seu momento de produção e os interesses do historiador que a produz. Como afirma o historiador Keith Jenkins (2009, p. 32-33):

[...] o ponto de vista e as predileções do historiador ainda moldam a escolha do material, e nossos próprios constructos pessoais determinam como o interpretamos. O passado que “conhecemos” é sempre condicionado por nossas próprias visões, nosso próprio “presente” (JENKINS, 2009, p. 32-33).

Ao realizamos nossa análise da historiografia baseada nas obras de Eusébio de Cesareia constatamos trabalhos em volume considerável¹. Quando se fala da figura de Eusébio, suas obras mais recorrentes na historiografia são a *História Eclesiástica*, o *Louvor à Constantino* e a *Vida de Constantino*, os principais documentos utilizados na elaboração do presente trabalho. Uma breve pesquisa aos principais indexadores de artigos científicos e à bibliografia consultada será suficiente para confirmar nossa afirmação.

Renomados historiadores da atualidade, como Cameron (1993, p. 47), Raymond Van Dam (2011, p. 3) e Barnes (2014, p. 9), afirmam que as obras do bispo cesareno são as principais fontes a respeito do Imperador Constantino e seu reinado. Muito embora possamos considerar essa afirmação como fato incontestável, mesmo sem intenção e de forma tácita, ela pode acabar ofuscando a figura do autor dessas obras. Ou ainda mais, podem eclipsar a existência de outras documentações textuais relevantes para análise das problemáticas que circundam a figura e o contexto vivido pelo Imperador Constantino.

Não por acaso, notamos que boa parte desta produção historiográfica contemporânea, que utiliza as obras de Eusébio como base, tem centralizado suas atenções no Imperador Constantino e nas relações entre poder político e poder religioso, sem necessariamente se preocuparem com a vinculação entre político e religioso deixando para o segundo plano a figura que deu forma aos discursos estudados. É desta forma que ratificamos nossa posição em entender a atuação de Eusébio como político-cultural, pois defendemos que uma esfera não pode se dissociar da outra, neste período.

Analisando essa historiografia identificamos e julgamos ser pertinente demonstrar alguns exemplos disponíveis de documentações textuais que vão além das obras do bispo de Cesareia e podem ser usadas para o levantamento, análise e

¹ Muito embora nossa afirmação, aqui, parta de um prisma limitado por nossa pesquisa bibliográfica que, no sentido linguístico, se restringiu às obras produzidas na língua portuguesa, na espanhola ou inglesa.

formação de novas hipóteses e questões relativas ao período constantiniano. Consideramos esse momento histórico de privilegiada riqueza, do ponto de vista histórico, e os exemplos a seguir buscam apoiar nossa justificativa na seleção da documentação textual definida no início de nossa pesquisa.

1.2 Notas biográficas sobre Eusébio

Quanto a origem de Eusébio, seu local de nascimento e seu parentesco, tanto irmãos como pais ou mesmo antepassados, pouco, ou mesmo quase nada se conhece. As poucas informações disponíveis podem ser extraídas principalmente do que ele mesmo declara em suas obras. Mesmo não havendo informações tão precisas e substanciais a respeito das origens do bispo cesareno, a reflexão sobre tais informações é de profunda importância para atingirmos a melhor compreensão possível sobre quem foi Eusébio e, partindo daí, construirmos uma análise minimamente satisfatória de suas obras.

Percebe-se que as pesquisas históricas desenvolvidas nas últimas décadas do século passado, influenciadas pelas inovações de outros campos científicos como a linguística e a semiótica, vêm demonstrando a importância da *autoria* dos textos históricos, e, junto com ela, a noção de que os textos escritos, quer na antiguidade, quer na atualidade, devem ser interpretados enquanto *discursos*, com interesses e intenções específicos (FUNARI, 1995, p. 14-22). Caminhando sobre essa trilha é que buscamos compreender as intenções subjacentes do autor de nossa documentação textual, tentando responder da forma mais precisa possível, a pergunta central deste capítulo: quem foi Eusébio de Cesareia?

Em suma, sabemos que os anos da vida de Eusébio situaram-se, aproximadamente entre 260 d.C. e 339 d.C., com uma margem de erro aproximada em cinco anos para a data de seu nascimento². Ele chegou à condição de bispo da cidade de Cesareia Marítima, situada na Província da Palestina, por volta do ano 313 d.C., permanecendo nesta condição até sua morte, no ano de 339 d.C. O bispo Acácio, sucessor de Eusébio como bispo da cidade de Cesareia, teria escrito uma

² Em toda a bibliografia consultada a datação de seu nascimento aparece entre os anos de 260 e 265 d.C. Alguns exemplos dessa datação podem ser encontrados em: DRAKE, 1976, p. 4; GURRUCHAGA, 1994, p. 10; BARNES, 1981, p. 277; FRANGIOTTI, 2000, p. 9; CARRIKER, 2003, p. 37; GRAFTON e WILLIAMS, 2006, p. 133.

vida e um catálogo de suas obras, mas infelizmente este trabalho foi perdido (INSUELAS, 1943, p. 247). Outros relatos sobre a vida de Eusébio podem ser encontrados nas *Histórias Eclesiásticas* de Sócrates, Sozomeno, Teodoreto e Jerônimo (GURRUCHAGA, 1994, p. 14).

Conhecido como pai da História Eclesiástica, Eusébio foi um renomado pesquisador e escritor cristão, talvez o mais importante de sua época. Sua *História Eclesiástica*, com versão final publicada em dez volumes, é uma de suas obras mais importantes, ao lado da *Crônica* (GRAFTON; WILLIAMS, 2006, p. 134). É possível afirmar que sua obra mais trabalhada pela historiografia, de modo geral, é realmente a *História Eclesiástica*, tanto por historiadores da História das Religiões quanto da Antiguidade romana propriamente dita. A novidade de seu formato, para seus contemporâneos, e os importantes documentos incluídos por Eusébio ao longo de sua obra podem ter contribuído para essa condição. Eusébio é o primeiro erudito da Antiguidade a procurar encadear historicamente os eventos relacionados ao cristianismo. O próprio Eusébio considera sua *História Eclesiástica* uma obra singular. Ele afirma ser “o primeiro a empreender tal iniciativa”, de contar a História Eclesiástica (*História Eclesiástica*, I, 1, 3), claramente buscando a valorização de sua obra.

Um dos cognomes mais comuns para se referir a Eusébio é o de *Cesareia*, que adotamos no decorrer deste trabalho. Apesar de ele mesmo se referir à Cesareia como “nossa cidade” (*History of the Martyrs in Palestine*, 1861, p. 25) seria sobremaneira exagerado concluir, com isto, que ela tenha sido sua cidade natal. Seria mais coerente afirmar que Eusébio recebera a alcunha “de Cesareia”, por ter se tornado bispo desta cidade Palestina, já que normalmente eram escolhidos para ocupar a posição de bispos homens da respectiva região.

Conforme afirmado acima, não se sabe a data correta do nascimento de Eusébio, mas em todas as obras consultadas ela é situada por volta do ano 260 d.C.³ Como as considerações da historiografia são baseadas, principalmente, nas indicações da própria obra de Eusébio, acreditamos que a passagem abaixo, tem sido uma dessas referências, já que marca o contexto em que o próprio Eusébio

³ Andrew Carriker (2003, p. 37-41) propõe uma cronologia de vida e obra de Eusébio, assim como Martín Gurruchaga (1994, p. 10-14) e Timothy Barnes (1981, p. 277-279), com pequenas variações de datas e eventos entre elas. As cronologias proposta por Gurruchaga segue basicamente a de Barnes, o que não é de se espantar, já que esta segunda é uma obra de referência para o período.

afirma ser o período de sua contemporaneidade. Logo após estabelecer uma lista das obras de Dionísio, que foi bispo de Alexandria entre os anos de 248 e 265 d.C. (SCHAFF, 1890, p. 4), sob o governo do Imperador Valeriano (que governou entre os anos 253 e 260 d.C.), ele afirma:

Ademais, há entre nós grande número de cartas suas (Dionísio) e também extensos escritos em forma epistolar [...]. Eis o que escreveu Dionísio. Agora, em seguida a estas narrativas, queremos também transmitir aos pósteros a história de nossa geração. (EUSÉBIO DE CESAREIA, *História Eclesiástica*, VII, 26, 2-3).

Também não se sabe se sua família seria de origem cristã ou não, mas a forma com que Eusébio se refere aos samaritanos e aos judeus, grupos étnico-culturais com presença marcante na região da Palestina, assim como o conhecimento que ele demonstra possuir da cultura clássica antiga, as diversas viagens que realizou e a extensão de suas obras podem indicar a origem de sua família como sendo grega ou ao menos grandemente helenizada (FRAZÃO, 1990, p. 56). Tal fato também pode indicar que Eusébio teria vindo de uma família de posses, já que teve uma vida dedicada aos estudos.

As indicações de sua condição como membro de família abastada pode ser ratificada por sua educação junto a Pânfilo, de onde nasceu outra alcunha pela qual é conhecido: Eusébio “de Pânfilo”. Instruído em Alexandria, Pânfilo era, na verdade, fenício de nascimento. Carriker (2003, p. 37) identifica sua chegada à Palestina entre os anos de 285-286 d.C. O próprio Eusébio nos conta que conhecera seu mestre já na cidade de Cesareia, no período em que Agápio era o bispo desta cidade. Nas palavras de Eusébio:

Doutro lado, em Cesareia da Palestina, depois que Teotecno tinha cumprido com o maior zelo seu episcopado, Agápio lhe sucedeu. Dele sabemos que muito se afadigou, e teve na realidade grande solicitude no governo do povo e com mãos generosas cuidou de todos, sobretudo dos pobres. Nesta época conhecemos Pânfilo, homem extremamente versado na palavra, genuíno filósofo pela vida, honrado do sacerdócio nesta comunidade. Quais as suas qualidades? Donde partiu? Não seria coisa insignificante falar disto, mas já tratamos em narrativa peculiar de cada particularidade de sua vida, da escola que fundou, dos combates que sustentou durante a perseguição em várias confissões e a coroa do martírio que o cingiu no final de tudo (EUSÉBIO DE CESAREIA, *História Eclesiástica*, VII, 32, 24-25).

A ida do mestre de Eusébio para a cidade de Cesareia parece ter sido motivada pela passagem e ações marcantes de Orígenes pelo local. Barnes (1981, p. 94-95) indica que Pânfilo teria sido um ardoroso defensor das ideias de Orígenes e, mais do que isso, teria se dedicado em revisar e corrigir boa parte de sua produção, juntamente com amigos e pupilos, dentre os quais, certamente se encontrava Eusébio. A relação entre eles não parece ter começado muito tempo depois da chegada de Pânfilo à Cesareia, assim, podemos inferir que Eusébio tivesse entre 20 e 25 anos de idade. Suas habilidades intelectuais foram desenvolvidas junto à Pânfilo, num período turbulento para os cristãos da parte oriental do Império Romano, em especial na Província da Palestina, que permanece sob o domínio de Licínio até o ano de 324 d.C. Partindo desta reflexão, Carriker (2003, p. 42) identifica que a produção intelectual de Eusébio antes de 303 d.C. foi basicamente orientada pela pesquisa bíblica e pela realização de cópias e correções das escrituras. Como veremos adiante, sua produção literária sofrerá grande mudança, tão logo a situação política de sua região mude.

Voltando à Pânfilo, identificamos que sua passagem por Cesareia permitiu sua ordenação como sacerdote por Agáprio, que, por sua vez, manteve-se na condição de bispo local até o ano de 306 d.C., quando foi morto. Conforme destacado por Eusébio, no excerto anterior, Pânfilo teria fundado⁴ uma escola de teologia que dá seguimento aos estudos de Orígenes e constitui, além dessa escola, uma considerável biblioteca (DANIÉLOU; MARROU, 1984, p. 218), com obras herdadas de seu mestre Orígenes.

Ademais de toda consideração que Eusébio demonstrara ter por seu mestre e de todo o débito que poderia sentir em relação a seu mestre, nada, em seus relatos, nos leva a pensar como pensou Fócio (c. 820-893 d.C.):⁵ este patriarca de Constantinopla afirmou que Eusébio teria sido ex-escravo, liberto por Pânfilo, por isso adotara a alcunha “de Pânfilo”. Não há sustentação documental para tal declaração (GURRUCHAGA, 1994, p. 16). Sobre sua relação com Pânfilo, o próprio

⁴ Eusébio alega que a escola de Cesareia foi fundada por Pânfilo, contudo, mesmo havendo uma diferença temporal significativa entre a morte de Orígenes (entre 253 e 254 d.C.) e a chegada de Pânfilo (entre 285 e 286 d.C.), é bem provável que alguma estrutura tenha sido aproveitada por Pânfilo (ALTANER; STUIBER, 1972, p. 196-204). Grafton e Williams (2006, p. 179), no entanto, confirmam a impressão de que tanto a escola quanto a Biblioteca de Cesareia não tiveram uma “história institucional contínua”.

⁵ Fócio, patriarca de Constantinopla, contribuiu para o cisma entre Oriente e Ocidente, no século IX. Para a afirmação de Fócio, ver nota de Frangiotti (2000, p. 9).

Eusébio afirma na *História Eclesiástica* que ele seria seu amigo e mestre (FRANGIOTTI, 2000, p. 9). O mais que se pode constatar sobre a proximidade existente entre Eusébio e Pânfilo, facilmente pode ser aferida pelo relato daquele quanto ao martírio deste:

[...] Pânfilo, um nome muito querido para mim, que era santo em todas as coisas, e adornado com todas as virtudes, foi julgado no conflito do martírio. Ele era realmente o mais famoso de todos os mártires do nosso tempo, por conta de suas realizações na filosofia, e seus saberes tanto na literatura sagrada quanto na profana. (EUSEBIUS, *History of the Martyrs in Palestine*, 1861, p. 25).

Nos anos finais da vida de Pânfilo, Eusébio o acompanhou em sua prisão, e há indicações de que até sua morte, ocorrida no ano de 309 d.C., Eusébio e Pânfilo teriam trabalhado juntos produzindo, copiando e restaurando as obras que comporiam a Biblioteca de Cesareia, na época possuindo aproximadamente 30.000 volumes (PATRICH, 2011a, p. 4). A *Apologia em favor de Orígenes*, por exemplo, foi escrita em seis volumes, sendo que Pânfilo escrevera cinco e Eusébio teria finalizado o sexto, conforme afirmam Anthony Grafton e Megan Williams (2006, p. 179).

Após a morte de Pânfilo, vendo de perto a situação do cristianismo em sua região, a produção escrita de Eusébio começa a se alterar. As condições vividas pelo cesareno parecem ter influenciado diretamente em sua pena. Um trabalho, hoje perdido, concluído em 310 d.C. foi a *Vida de Pânfilo*, citada pelo próprio Eusébio em sua *História Eclesiástica* (VII, 32, 25):

[...] Pânfilo, homem extremamente versado na palavra, genuíno filósofo pela vida, honrado do sacerdócio nesta comunidade. Quais as suas qualidades? Onde partiu? Não seria coisa insignificante falar disto, mas já tratamos em narrativa peculiar de cada particularidade de sua vida, da escola que fundou, dos combates que sustentou durante a perseguição em várias confissões e a coroa do martírio que o cingiu no final de tudo.

Por este tempo, antes mesmo de ascender ao bispado de Cesareia (313 d.C.), Eusébio escreve também a obra *Sobre os Mártires da Palestina*, foge para Tiro, em seguida para Tebaida, no Egito, onde foi preso e, posteriormente, solto. Sua soltura, escapando da morte e mutilação, se tornaria motivo para seus adversários, em controvérsias teológicas, afirmarem que ele não teria sido honesto

ou mesmo que poderia ter apostatado para motivar sua soltura (GURRUCHAGA, 1994, p. 18). Contudo, tendemos a concordar com a análise de Drake (1976 p. 6) sobre este momento da vida de Eusébio. Sua argumentação parece fazer sentido, já que, apesar de ter passado praticamente ileso pelo período de perseguição, ele é logo em seguida eleito para assumir a condição de bispo da cidade. Os indícios demonstram que os cristãos da cidade não parecem ter identificado grandes desvios de conduta e Eusébio prosseguiu como importante educador local até assumir a sede de Cesareia, de onde não sairia até sua morte, no ano de 339 d.C.

A formação e experiência de Eusébio junto à escola e a Biblioteca de Cesareia foram os elementos que permitiram a ele se tornar um sábio, um professor, um intelectual. Nosso entendimento da atuação de Eusébio de Cesareia como sendo um intelectual não pode ser considerada uma novidade na historiografia atual referente aos homens de cultura da Antiguidade. Concordamos, aqui, com as considerações dos organizadores da obra *Intelectuais, poder e política na Roma Antiga*, Araújo, Rosa e Joly (2010, p. 14), quando afirmam que “o conceito de ‘intelectual’ revela-se particularmente interessante por ser mais abrangente que os rótulos de poeta, filósofo, historiador e orador, tradicionalmente aplicados” aos escritores da antiguidade. Partindo de períodos distintos, com temáticas diferenciadas e, baseados nas mais diversas fontes relacionadas a Roma Antiga, os autores dos artigos que compõem esta obra consideram seus objetos de pesquisas como intelectuais, pensando sua atuação para além do âmbito religioso ou cultural envolvido diretamente nas temáticas de suas obras.

As considerações de Norberto Bobbio sobre a utilização do termo “intelectuais” para definir os homens de cultura em variados momentos históricos podem auxiliar na compreensão de nosso posicionamento. Ele defende que “embora com nomes diversos, os intelectuais sempre existiram, pois sempre existiu em todas as sociedades, o lado do poder econômico e do poder político, o poder ideológico” (BOBBIO, 1997, p. 11).

Para além das reflexões teóricas, indubitavelmente controversas, a respeito do conceito de *intelectual*, é preciso esclarecer que a utilização do termo para se referir aos homens de cultura da antiguidade, como é o caso de Eusébio de Cesareia neste trabalho, segue caminhos já trilhados por historiadores como Jeremy Schott (2011, p. 177), que considera Eusébio, por ocupar a posição de bispo, como

um “proeminente intelectual público”, ou mesmo Averil Cameron (1999, p. 2), que pensa Eusébio como “um dos escritores mais prolíficos e importantes” de seu tempo.

Ao abordar a atuação de Eusébio por este prisma, ou seja, entendendo sua condição como intelectual, a atuação de Eusébio, que se torna bispo da cidade de Cesareia por volta do ano 313 d.C., acaba por extrapolar os limites da simples defesa da fé. Nossa interpretação considera a atuação de Eusébio tanto no sentido de defesa da fé cristã quanto do patrimônio imobiliário de cristãos. Eusébio coloca-se, cada vez mais, como a voz dos cristãos de sua região a ser ouvida pelo poder imperial, fazendo-se representante desses cristãos.

Considerando que a maior parte das afirmações a respeito dos primeiros quarenta anos da vida de Eusébio são inferências e especulações (DRAKE, 1976, p. 15) e que até mesmo em sua obra encontramos pouca referência aos primeiros anos de sua existência, centramos nossa análise em aspectos gerais da vida de Eusébio, deixando para apresentar aspectos mais específicos nas páginas que se seguem, nos momentos em que analisarmos características de suas obras e seu contexto de produção.

Cabe destacar aqui, uma vez mais, a importância do trabalho de Eusébio junto a seu mestre Pânfilo e da herança intelectual que ambos adquiriram de Orígenes⁶, presente em toda a produção literária de nosso autor. Harold Drake (1976, p. 5-7), por exemplo, identifica algumas das ideias presentes na obra de Eusébio que são nitidamente herança de Orígenes: uma delas seria a busca pela conciliação entre o poder imperial e a igreja cristã, projeto que só será vislumbrado como possibilidade real após a chegada de Constantino ao poder, realidade intangível para o contexto vivido por Orígenes. Mais do que isso, parte dos exercícios práticos de análise, feitos por Eusébio, estão permeados pela herança intelectual de Orígenes. Eusébio valoriza o estudo acurado deste estudioso da “Palavra de Deus”, citando seus esforços em aprender a língua hebraica e elaborar as chamadas *Hexaplas* e as *Tetraplas* (EUSÉBIO DE CESAREIA, História Eclesiástica, VI, 16), que são comparações de textos bíblicos em várias línguas. E por fim, acaba realizando um trabalho com inspiração semelhante, a qual Barnes

⁶ Sobre a importância de Orígenes e sua influência na vida e obra de Eusébio, ver o Capítulo 2 desta Dissertação. Neste capítulo, voltado a analisar o ambiente de produção e da própria vida de Eusébio, também incluímos sua principal influência intelectual.

(1981, p. 121) afirma ser “provavelmente o mais influente produto do trabalho de Eusébio sobre a Bíblia”: *Questões sobre o Evangelho e suas soluções*⁷.

A influência de Orígenes na vida e obra de Eusébio, como vimos, é bastante relevante. A historiografia consultada é unânime em fazer essa afirmação. A título de exemplo, citamos três das obras mais utilizadas neste trabalho. Barnes dedica todo um capítulo de seu *Constantine and Eusebius* (1981) para analisar a relação entre Orígenes, Eusébio e a cidade de Cesareia; Grafton e Williams já deixam claro no subtítulo de sua obra, *Christianity and the transformation of the book: Origen, Eusebius, and the Library of Caesarea* (2006), que entendem Cesareia como um centro de saber da Antiguidade Tardia, e isso se devia em grande medida ao trabalho desses dois homens das letras; por fim, citados o trabalho de Carriker, *The Library of Eusebius of Caesarea* (2003), onde há um destaque para a função de Orígenes como fundador da Biblioteca.

Apesar de tudo, como nosso objetivo é demonstrar as intenções de Eusébio em defender o patrimônio imobiliário cristão, não trazemos mais do que notas biográficas sobre a vida deste importante bispo do início do século IV. Passaremos, em seguida, a tentar entender a relação que existiu entre Eusébio e o arianismo, vertente do cristianismo surgida nos dias de Eusébio e que ganhará importância significativa ao envolver toda a província da Palestina, boa parte do leste e até mesmo regiões do oeste do Império Romano.

Eusébio e o arianismo

O arianismo foi uma interpretação cristológica feita por Ário, presbítero em Alexandria e discípulo de Luciano⁸ de Antioquia (ALTANER; STUIBER, 1972, p. 273). De acordo com ele, Cristo, o filho, teria essência distinta de Deus, o Pai; ou seja, somente o pai seria Deus. Ao defender suas ideias, Ário culminou por conflitar com seu superior eclesiástico, o bispo de Alexandria, Alexandro. Esse bispo, por sua

⁷ Trabalho elaborado por volta do ano de 320 (CARRIKER, 2003, p. 39). Inspirados nesta obra de Eusébio, ilustradores e copistas medievais espalharam este modelo de Eusébio pela Europa Medieval. Para visualizar um exemplo, Vide Anexo 3.

⁸ Eusébio (*História Eclesiástica*, VIII, 13, 2) comenta sobre a atuação de Luciano de Antioquia de forma bem positiva, enquanto Altaner e Stuiber (1972, p. 220) afirmam que ele “se manteve fora da comunidade ortodoxa” por longo tempo. Luciano teria sido martirizado em 312 d.C.

vez, destituiu Ário de seu cargo e o expulsou da cidade, dando início ao que se conhece como “controvérsia ariana”.

Não objetivamos descrever todo o imbróglio relacionado à controvérsia ariana, pois ela não está relacionada com nossa intenção principal, qual seja de compreendermos o papel exercido por Eusébio nestes acontecimentos. Portanto, resta constatar que os eventos relacionados com este embate eclesiástico ocorreu entre os anos 318 e 320 d.C. (GURRUCHAGA, 1994 p. 20), momento em que Eusébio já é bispo de Cesareia e, concordando ou não com o posicionamento de Ário, aceita recebe-lo em sua cidade. Mais do que isso, organiza um sínodo que decide readmitir Ário à comunhão com os cristãos (BARNES, 2009, p. 3).

Pouco depois, no início do ano de 325 d.C., ocorre em Antioquia um concílio que terá um fim extremamente desagradável para Eusébio, já que ele não aceita a resolução do conselho em elaborar uma afirmação que fosse terminantemente contrária aos arianos. O desenvolvimento e consequências dessa controvérsia serão sentidas por ampla parcela da cristandade oriental. Eusébio é excomungado temporariamente neste concílio e a resolução (temporária) da questão ariana acaba sendo adiada para o concílio de Niceia a ser realizado no verão de 325 d.C. (BARNES, 1981, p. 278). Eusébio seria simpático à crença de Ário e isto teria influenciado em sua decisão de apoiá-lo. Eusébio, como discípulo de Orígenes estava mais voltado a perceber a figura do Filho como ligeiramente inferior a figura do Pai, dentro da fé cristã, devido ao pensamento subordinacionista de Orígenes, destaca Barnes (2009).

Em um trabalho recente sobre as questões envolvendo ortodoxia e heterodoxia, a historiadora Helena Papa (2013) realizou uma análise mais detalhada da controvérsia ariana e elencou uma série de concílios e sínodos que debateram esse tema. O principal ponto de seu trabalho foi perceber que a proximidade com o imperador e a garantia da manutenção do território estava por trás das defesas dos bispos em disputa (no caso de sua obra, Basílio de Cesareia e Eunômio de Cízico). Neste sentido, suas reflexões nos ajudaram a perceber que a posição de Eusébio em favor ou contra o credo niceno importavam menos do que as intenções aparentemente não expressas por ele.

Eusébio é destituído de suas funções eclesiásticas no Concílio de Antioquia (ALTANER; STUIBER, 1972), que foi presidido pelo marcadamente ortodoxo Ósio de Córdoba, mas é readmitido à comunhão em Niceia, logo em seguida. Eusébio faz

uma descrição do Concílio de forma muito branda, e sem muitos detalhes sobre os debates, mas é um relato claro o suficiente para percebermos as intenções do Imperador Constantino, verdadeiro responsável pela convocação do Concílio. Segue sua descrição do pronunciamento de Constantino para iniciar o encontro:

Foi objeto de minhas orações, meus amigos, gozar de vossa companhia, e agora que o consegui, sei que devo expressar minha gratidão ao Rei de todos, porque além de tudo o mais ele me permitiu ver isso, que é melhor do que qualquer outra coisa boa, ou seja, *recebe-los todos juntos e contemplar o sentimento comum e concorde de todos*. Não deixe nenhum inimigo ciumento arruinar os bens eu desfrutamos; agora que a guerra dos tiranos foi varrida pelo poder de Deus o Salvador, não permita ao maligno demônio abranger a lei divina por calúnias. Pois *para mim, a divisão interna na igreja é mais grave do que qualquer guerra ou batalha feroz* e essas coisas parecem causar mais dor do que assuntos seculares. Quando obtive vitórias sobre meus inimigos, através do favor de Deus, considere que nada restava senão dar graças a Deus e alegrar-me também com os que tinham sido libertados por ele através de mim. Mas quando fui informado de vossa dissensão, mais além do que se pode esperar, não deixei em segundo plano, ao contrário, sem vacilar, mandei chamar a todos, rezando para que esse assunto adquirisse remédio por meio de meu ministério. Alegro-me em ver vosso encontro, e *considero estar agindo de acordo com minhas orações quando vejo a todos unidos em um único e comum espírito de identidade e de paz*. Então, não percam tempo, caros amigos, ministros de Deus e bons servos do comum Senhor e Salvador de todos nós, e comecem agora a trazer as causas da divisão entre vocês em aberto e soltem todas as amarras da disputa pelas leis da paz. Assim vocês vão conseguir o que tanto agrada ao Deus de todos, e a mim, conservo teu, dariam uma gratificação extrema (EUSÉBIO DE CESAREIA, *Vida de Constantino*, III, 12, grifo nosso).

O longo excerto se justifica na medida em que demonstra nossa forma de ver os posicionamentos de Eusébio e Constantino, em conjunto. Afinal de contas, Constantino sabia sobre os motivos da deposição anterior de Eusébio, dos arianos e das respostas de seus opositores. Faz seu discurso buscando uma unidade e ao final do Concílio, pode ter enxergado em Eusébio um aliado. O bispo de Cesareia auxilia na elaboração do credo niceno, ortodoxo, contrário às afirmações de Ário. (BARNES, 2009, p. 3-4), mas passa a defende-lo em

Eusébio luta pela reabilitação de Ário com todas as suas forças, convocando um sínodo na cidade de Cesareia, no ano de 334 e participa de outro sínodo em Jerusalém, em 335 d.C., onde depõe um grande opositor do arianismo, Marcelo de Ancira, e reabilita a comunhão de Ário.

A partir deste imbróglio complexo, podemos perceber que Eusébio demonstra grande preocupação em buscar um equilíbrio de forças entre os oponentes internos do cristianismo. Não descartamos que Eusébio possa ter outras motivações pessoais, mas buscamos destacar o que nos pareceu claro, ou seja: o Eusébio que presenciou, pessoalmente, o sofrimento de cristãos do seu tempo, em especial o martírio de seu mestre Pânfilo, e que pesquisou tão de perto a vida de homens que ele mesmo chamava de mártires, poderia não estar disposto a ver as disputas internas da comunidade eclesial rompendo com a possibilidade de afirmação de sua posição como representante dos cristãos de sua região e do próprio cristianismo. Suas práticas parecem ter surtido o efeito planejado, já que após o Concílio de Niceia Eusébio, além de ser reabilitado, recebe cartas de Constantino, profere panegíricos em sua honra e, por fim, escreve uma *biografia laudatória* do imperador (VAN DAM, 2008, p. 14).

1.3 Produções literárias de Eusébio

Tão importante quanto efetuar a seleção da documentação textual – entendidas, aqui, como representações de um mundo social – é relacioná-la com seu contexto de produção e com os interesses de seus autores. Pensando desta forma, entendemos que nossa abordagem das obras de Eusébio procurou seguir um caminho distinto da produção historiográfica de pesquisadores como Jacob Burckhardt⁹, Edward Gibbon¹⁰ e Henri Grégoire¹¹, representantes de uma historiografia que privilegia os aspectos factuais em suas análises. A permanência da observação de tais elementos culmina por manter o foco, no caso do período constantiniano, na principal figura política presente nas obras de Eusébio; diferentemente dos autores citados, buscamos, aqui, a compreensão de quem foi o

⁹ Segundo o historiador norte americano Michael Hollerich (1990, p. 309), Eusébio tem sido atacado por historiadores desde que Burckhardt reputou Eusébio como sendo o “primeiro historiador da antiguidade completamente desonesto”, em meados do século XIX.

¹⁰ Influenciado por seu contexto histórico, amplamente influenciado pelo pensamento iluminista, Gibbon acabou por apresentar a figura de Constantino em termos desfavoráveis (CAMERON; HALL, 1999, p. 5), em sua obra *A história do declínio e queda do Império Romano*, publicada inicialmente na segunda metade do século XVIII. Há uma edição abreviada em língua portuguesa, intitulada *Declínio e queda do Império Romano* (2008).

¹¹ Esse historiador belga, do início do século XX, possui uma série de publicações envolvendo Eusébio e Constantino. Segundo Averil Cameron (1993, p. 48), sua abordagem buscou atacar a integridade de Constantino por meio de críticas à credibilidade de Eusébio.

Bispo Eusébio de Cesareia e, mais ainda, quais foram suas preocupações, a partir de análise de sua obra, sem desconsiderar sua relação com o poder imperial.

A crítica aos caminhos historiográficos identificados em nossa pesquisa não deve significar que somente tenhamos encontrado trabalhos unilaterais. Historiadores das mais diversas linhas de pesquisa tem dado atenção cada vez maior aos questionamentos envolvendo o mundo tardo antigo, de maneira geral, e o período que abarca o governo do Imperador Constantino, mais especificamente. Tal atenção acaba promovendo uma renovação na forma como enxergamos, por exemplo, os processos de encontros culturais ocorridos neste período. Partindo de um mundo atual de intensas trocas culturais, geradas pelo constante processo de globalização, os questionamentos que envolvem, por exemplo, a questão da identidade e suas formações e desconstruções, ganham mais espaço. Carvalho (2009, p. 10) lembra-nos muito bem que:

Nos últimos tempos, os historiadores tem se preocupado em exaltar as questões identitárias, já que estas fazem parte da vivência do momento presente, gerada pelo atual processo da globalização mundial. O antiquista não está, de forma alguma, alheio a esse processo porque parte da sua experiência atual para direcionar a sua interpretação sobre os acontecimentos da Antiguidade.

Ao refletirmos sobre os encontros culturais vivenciados pelos cristãos na cidade de Cesareia, a questão identitária emergiu como possibilidade interpretativa. Contudo, percebemos que ela poderia nos levar a minimizar os aspectos políticos relacionados às ações do bispo Eusébio. Sendo assim, apesar de não caminharmos no mesmo sentido, entendemos que nosso trabalho ainda se insere no bojo das transformações historiográficas destacadas acima, a saber: das formas contemporâneas de se realizar perguntas às fontes, tentando ir além do que ela nos diz e escapando das questões estritamente factuais; ao mesmo tempo em que procura relacionar cultura e política. Tomando cuidado para não se prender aos aspectos puramente políticos, que podem impedir os historiadores de vislumbrar as intenções adjacentes ao discurso dos homens de cultura da Antiguidade Tardia.

Ao concordarmos com o pesquisador Pedro Paulo de Abreu Funari (1995, p. 19) quando afirma que “o produtor do texto, a partir dos seus interesses individuais e coletivos, visa fazer crescer, no seu público, sentimentos e sensações”, demonstramos que nossa preocupação central é entender a figura de Eusébio e

suas intenções; o que envolve seus interesses; com o que ele está preocupado; muito mais do que tentar entender a figura de Constantino, central nas suas obras utilizadas aqui. Diante disso, pensamos a produção do bispo de Cesareia enquanto discursos, com objetivos específicos, relacionada, invariavelmente, a intenções persuasivas.

Nosso foco se manteve no papel exercido por Eusébio, como bispo na cidade de Cesareia, e por suas obras em sua relação com o poder imperial, procurando traçar um panorama do processo historiográfico relativo a este período.

Eusébio, considerado um dos escritores mais importantes de seu tempo, como não poderia deixar de ser, teve uma produção intelectual volumosa. O longo período em que esteve ligado à escola de Cesareia (mesmo sua condição de bispo, entre os anos 313 e 339) lhe proporcionou acesso as mais diversas obras de escritores clássicos e contemporâneos, dos autores gregos aos judaicos e latinos. A obra *Eusebius and the Jewish authors: his citation technique in an apologetic context* (2006), da historiadora Sabrina Inowlocki é um forte exemplo das múltiplas influências a que Eusébio esteve submetido durante sua formação e mesmo em sua produção mais madura. Seu trabalho analisou as obras *Preparatio evangélica* e *Demonstratio evangelica*, buscando extrair as citações de autores judeus não relacionados à Bíblia.

O trabalho de Andrew Carriker (2003), largamente utilizado aqui, também tem se demonstrado uma fonte importante de análise quanto aos materiais a que Eusébio pode ter tido acesso, uma vez que busca reestruturar o acervo da Biblioteca de Cesareia, a partir das evidências em suas obras e em autores contemporâneos.

Tendo em vista que nosso objetivo nesta parte do capítulo é identificar a produção literária de Eusébio, não vamos mais do que elaborar uma relação das obras deste bispo, subdivididas por seus temas centrais, com breves comentários, quando julgarmos necessário para esclarecer algum ponto relevante à nossa pesquisa. Para elaboração desta relação, seguimos as indicações da bibliografia consultada¹². Logo após a relação das obras de Eusébio voltaremos nossa preocupação para análise da documentação textual básica de nossa Dissertação.

¹² Para a classificação das obras de Eusébio apresentadas aqui, seguimos basicamente o que se encontra em: FRANGIOTTI (2000, p. 13-23), QUASTEN (1986, p. 309-318) e ALTANER e STUIBER (1972, p. 223-228). Não efetuamos uma análise detalhada das divergências classificatórias da produção de Eusébio nas obras consultadas, por considerarmos irrelevante para a elaboração da presente pesquisa.

No entanto, antes de tudo, cabe destacar os motivos que nos levaram a selecionar a *História Eclesiástica*, o *Louvor à Constantino* e a *Vida de Constantino*, deixando de lado os demais trabalhos de Eusébio. Nossa escolha considerou a mudança pela qual o cristianismo passou dentro do Império Romano com a chegada de Constantino ao poder e na mudança de postura de Eusébio frente a essa alteração. Consideramos importante buscar uma análise de toda a documentação de Eusébio que possui relação com o Imperador Constantino, para constatar o que parece ser nítido em sua *História Eclesiástica*: Eusébio se preocupa com os mártires, antes de Constantino¹³, mas depois¹⁴, seu foco muda e o patrimônio imobiliário cristão emerge como um elemento de destaque em sua argumentação para apoiar o Imperador que favorece a cristandade com uma série de éditos, cartas e leis favoráveis aos cristãos.

Passemos à relação das obras de Eusébio, inseridas em suas devidas classificações:

- a) **Obras históricas:** *Crônica, Sobre os mártires da Palestina, História Eclesiástica, Vida de Constantino e Louvor a Constantino*;
- b) **Obras apologéticas:** *Introdução elementar geral, Contra Porfírio, Preparatio evangelica, Demonstratio evangélica, Refutação e apologia Teofania e Contra Hiérocles*.
- c) **Obras bíblicas e exegéticas:** *Onomasticon, Questões sobre o evangelho e suas soluções, Tratado sobre a Páscoa, A Poligamia e a família numerosa dos patriarcas, Os cânones evangélicos, Comentário dos Salmos e Comentário sobre Isaías*.
- d) **Obras dogmáticas:** *Contra Marcellum e De ecclesiastica theologia*.

Infelizmente poucos registros são encontrados sobre os sermões, orações e epístolas de Eusébio, o que poderia ajudar a traçar de forma mais coerente o perfil deste significativo escritor do século IV.

A partir da relação acima, nota-se que todas as obras utilizadas neste trabalho estão enquadradas na categoria de *obras históricas*. No entanto, como veremos a seguir, a *Vida de Constantino* possui elementos que poderiam aproximá-

¹³ Primeira edição da *História Eclesiástica* (livros I ao VII). Ver item 1.3.1, abaixo, e Anexo 2.

¹⁴ Segunda edição da *História Eclesiástica* (livros VIII, IX e X). Ver item 1.3.1, abaixo, e Anexo 2.

la de um panegírico, enquanto o *Louvor à Constantino* é claramente uma obra que exalta as ações e o perfil do Imperador. A explicação para sua classificação, na historiografia consultada, parte da consideração de que ela aparece como um anexo ou quinto livro da Vida de Constantino.

1.3.1 Sobre a documentação textual eusebiana

Após elaborarmos a relação das obras conhecidas do Bispo Eusébio de Cesareia e justificar a escolha da documentação textual básica para esta pesquisa, passamos a destacar que todas elas, ou seja, a *História Eclesiástica*, o *Louvor a Constantino* e a *Vida de Constantino*, foram redigidas originalmente em língua grega. Quanto a suas respectivas publicações, edições e versões utilizadas, apresentamos na sequência.

A História Eclesiástica

Eusébio é, sem dúvida, um dos mais significativos escritores de seu tempo. Mesmo não sendo considerado um grande teólogo (ALTANER; STUIBER, 1972, p. 223), é sem dúvida no quesito história que este bispo se destaca. Não à toa, é considerado o pai da História Eclesiástica, já que foi o primeiro a empreender um esforço na construção de uma obra com este tema, voltada para o cristianismo.

Em nossa análise da *História Eclesiástica*, utilizamos a versão bilíngue (grego/inglês) lançada pela *Loeb Classical Library* em dois volumes, com tradução do primeiro volume feita por Kirsopp Lake, no ano de 1926, e a tradução do segundo volume, publicado seis anos mais tarde (1932), feita por J. E. L. Oulton. Conjuntamente, nossa análise foi cotejada por uma tradução em português, lançada pela *Coleção Patrística* no ano 2000. Verificamos, no entanto, que a edição lançada pela *Loeb Classical Library* segue basicamente uma edição anterior, em alemão, lançada em três volumes, por Ed. Schwartz, datada de 1903-9¹⁵, subsistindo, ainda, uma versão britânica anterior, traduzida por A. C. McGiffert para a coleção *A Select Library of Nicene and Post-Nicene Fathers of The Christian Church*, publicada originalmente em 1890.

¹⁵ Conforme afirmação do tradutor no Prefácio da edição bilíngue da *Loeb Classical Library*.

Quantos aos manuscritos, de acordo com Altaner e Stuiber (1972, p. 224), a preservação destes deveu-se a cópias realizadas para línguas como o siríaco e o armênio, ainda no século IV d.C.. Mas ainda pode-se encontrar uma versão latina feita em 403 d.C., por Rufino de Aquileia. No entanto, há algumas divergências entre esses manuscritos, no que diz respeito ao posicionamento de Eusébio frente ao governante Licínio. Barnes (2009, p. 6-7) destaca que Eusébio deve ter feito uma série de alterações no texto original, mesmo depois de sua finalização, o que explicaria a inclusão das críticas à Licínio, em sua versão final, inexistentes na versão anterior, preservadas nas cópias latinas de Rufino e nos manuscritos em siríaco, traduzidos por Ed. Schwartz.

A *História Eclesiástica*, em sua versão final, foi escrita em dez volumes. Por ser reconhecidamente a obra mais importante de Eusébio de Cesareia é, também, seu trabalho mais utilizado pela historiografia. A riqueza de documentos, cartas, decretos e éditos incluídos no decorrer da obra elevam seu caráter histórico e sua singularidade, diante da inexistência de modelos anteriores. O próprio Eusébio considera sua *História Eclesiástica* uma obra única:

Confesso ser tarefa acima de minhas forças o cumprimento íntegro e perfeito de meu compromisso. Sou de fato, o primeiro a empreender tal iniciativa, atravessando paragens ínvias e ainda não trilhadas. Suplico a Deus seja meu guia e a força do Senhor me preste seu concurso. (EUSÉBIO DE CESAREIA, *História Eclesiástica*, I, 1, 3).

Sua produção pode ser minimamente dividida em dois contextos distintos: um primeiro momento que abrange a produção dos Livros I ao Livro VII, onde Eusébio começa ratificando suas intenções com a obra (EUSÉBIO, *História Eclesiástica*, I, 1, 1), deixando claro que seu enfoque será, primordialmente, o do martírio, trazendo relatos sobre os mártires, as perseguições, mortes, decretos imperiais, cartas, segundo o autor, tudo que envolveu o desenvolvimento do cristianismo em sequência cronológica, desde os tempos apostólicos (séc. I d.C.) até o período contemporâneo a si mesmo; e um segundo momento que abarca a produção dos Livro VIII ao Livro X, nos quais ele narra os acontecimentos contemporâneos, que ele teria presenciado e culmina com as primeiras mudanças promovidas pelo Imperador Constantino, após vencer o Imperador Licínio, que governava sobre as províncias orientais do Império Romano. Assim, a cobertura total da obra, do ponto

de vista histórico, seria dos primórdios da História do cristianismo à vitória de Constantino, em 324 d.C.

Todas as informações presentes em sua obra, Eusébio deve ter obtido a partir do acesso às fontes mais diversas, disponíveis na Biblioteca de Cesareia, conforme destacado por Andrew Carriker (2003). Este autor fornece, também, uma cronologia para as publicações originais da História Eclesiástica, datando sua primeira edição entre os anos de 313-314 (CARRIKER, 2003, p. 38). Já Frangiotti (2000, p. 23) defende que uma edição com os sete primeiros livros já circulava pelo mundo oriental em torno do ano 303 d.C.

Apesar da divergência quanto às datas de publicação da primeira edição da *História Eclesiástica*, o que nos interessa, aqui, é a evidência que demonstra uma clara produção da obra em dois momentos políticos distintos: uma produção anterior a chegada de Constantino ao poder, na parte oriental do Império Romano, e uma posterior, quer adotemos a proposta de Carriker (313-314) ou a de Frangiotti (303), já que o Imperador Licínio, que compartilhava o poder com Constantino na metade oriental do Império é derrotado por Constantino somente em 324 d.C.

De acordo com Robert Markus (1991) até Constantino as comunidades cristãs definiam sua identidade a partir das imagens da perseguição, principalmente por seus mártires: ser cristão seria, em última análise, fazer parte de um grupo constantemente ameaçado pela perspectiva da perseguição e do martírio, especialmente por parte do poder imperial. Apesar de não concordarmos com a visão de Markus a respeito de um cristianismo intensamente perseguido, até Constantino, e de um momento de intensa paz posterior ao mesmo, compreendemos que a História Eclesiástica de Eusébio é representativa desta interpretação. Com a conversão do Imperador Constantino e a mudança da prática imperial relativa ao cristianismo, o martírio físico não seria mais um elemento de identificação do cristão. Talvez a restituição de bens imóveis, e todo o processo legal vinculado a esse procedimento pudesse cumprir este papel.

Dito isto, ratificamos que nossa pesquisa se baseou, quanto a esta obra, apenas em seus três últimos livros, pois são eles que se relacionam com os acontecimentos contemporâneos ao bispo Eusébio e a presença de Constantino no poder imperial, no início do século IV d.C. No entanto, não descartamos a utilização das demais partes da obra, sempre que necessário (particularmente no terceiro

capítulo deste trabalho, quando refletirmos a respeito da defesa do patrimônio imobiliário de cristãos, presente em suas obras).

Vale ressaltar que, muito embora nosso recorte cronológico esteja centralizado no período em que Constantino esteve no poder, nossa preocupação central é refletir a respeito da figura do bispo Eusébio. Nossa escolha se justifica no sentido de que a inclusão do patrimônio imobiliário cristão como tema em suas obras só pode ser percebida depois de Constantino se tornar imperador.

O Louvor a Constantino

Em todo o período imperial romano, elogiar o *princeps*, das mais variadas formas (com discursos, versos ou inscrições públicas, por exemplo) era uma prática não somente recomendada, mas até mesmo desejada pelos cidadãos que possuíam aspirações políticas ou que pretendiam manter ou reconquistar sua condição social ou política dentro da estrutura imperial romana. A exaltação ao imperador tinha como objetivo demonstrar os princípios ideológicos do principado, ao mesmo tempo em que vinculava o posicionamento do autor da exaltação a seu objeto de elogio. Dentre as variadas formas de exaltação existentes (discursos, versos, poemas, etc.) encontram-se os Panegíricos.

Os discursos laudatórios foram recursos muito utilizados no mundo grego antigo e, em seguida, adaptados às realidades imperiais romanas. Segundo Rodríguez Gervás (1991) a produção dos panegíricos era solicitada a um importante orador que agregava retórica ao discurso oficial.

Já o Professor Roger Rees (2007, p. 137, apud ALENCAR, 2012, p 26), da University of Saint Andrews, além de confirmar a ligação do termo *panegírico* com o mundo grego, acrescenta que sua utilização estava relacionada com rituais fúnebres ou discursos laudatórios aos vencedores das Panatenaicas ou Jogos Olímpicos, enquanto no período romano há uma vinculação muito mais política no uso dos mesmos.

Encomendados aos mais proeminentes oradores das províncias aonde eram pronunciados, os panegíricos da Antiguidade Tardia, em especial do período que abarca o final do século terceiro e início do quarto séculos, por exemplo, assumem uma condição privilegiada na configuração da estrutura social e política do Império

Romano, com a busca da consolidação do *dominato* (SILVA; MENDES, 2006, p. 197).

É neste contexto que se estrutura o *Louvor a Constantino*, de Eusébio de Cesareia. Contudo, enquanto o gênero panegírico articulava as virtudes imperiais a uma espécie de “política oficial” do governo dos imperadores, a obra de Eusébio parte de uma defesa do monoteísmo para só então tratar dos feitos do governante, como afirmam os historiadores Gilvan Ventura da Silva e Miguel Marvillia (2006 a, p. 386). Eusébio sabia claramente que estava tomando uma via alternativa de elaboração dos panegíricos, ele mesmo afirma, no prólogo desta obra:

Eu venho, então, preparado para celebrar os louvores de nosso imperador de uma forma mais nova; e, embora seja infinito o número daqueles que desejam ser meus companheiros em minha presente tarefa, estou decidido a evitar o caminho comum dos homens e para perseguir aquele caminho em que é ilegítimo trilhar sem lavar os pés. (EUSÉBIO DE CESAREIA, *Louvor a Constantino*, prólogo, 2).

Essa não é a única informação intrigante sobre a o *Louvor a Constantino*, comparativamente aos demais panegíricos produzidos até aquele momento. Os manuscritos encontrados trazem juntos a *Vida de Constantino*, a *Oração à Assembleia dos Santos*, atribuída ao Imperador Constantino (discurso proferido na Igreja da Nicomédia, por ocasião da Páscoa, em 325 d.C.) e o *Louvor a Constantino* (QUASTEN, 1986, p. 326), que a historiografia atual já considera como dois trabalhos distintos, dois discursos proferidos por Eusébio em momentos diferentes, apesar de próximos (DRAKE, 1976; BARNES, 1977). O primeiro discurso aparece abarcando os dez primeiros livros do *Louvor a Constantino* (01 à 10) e foi proferido em julho de 336 d.C., em Constantinopla, como parte das ações comemorativas do trigésimo ano do governo de Constantino (ou tricenárias). Já os últimos oito livros (11 à 18) parecem justificar o investimento do imperador na construção de igrejas, de maneira geral, mas de maneira particular a Igreja do Santo Sepulcro, em Jerusalém, de onde parece que ele teria proferido este discurso pela primeira vez (BARNES, 1977, p. 343) em setembro de 335 d.C.

O *Louvor a Constantino* é considerado um trabalho de menor envergadura por Drake (1976), comparado aos anteriormente citados e a outros trabalhos do autor como a *Crônicas*, de acordo com Grafton e Williams (2006 p. 135), muito provavelmente por se tratar de um discurso laudatório, posição com a qual não

concordamos. O fato de ser um discurso não deve reduzir sua importância para análise tanto do seu autor como do tema de seus louvores.

Desta maneira, estamos mais voltados a concordar com Funari (1995, p. 28), que além de entender “todos os documentos, escritos ou não, como discursos”, defende que é a realização da crítica interna e externa aos documentos que os farão refletir os ideais de determinado grupo que compõe a sociedade na qual esse discurso foi produzido.

A respeito do *Louvor a Constantino*, utilizamos apenas uma versão, a mais recente disponível, proposta pelo historiador norte-americano Harold Drake, sob o título *In Praise of Constantine: A Historical Study and New Translation of Eusebius' Tricennial Orations*, publicada em 1976 como o 15º volume da coleção *University of California Publications: Classical Studies*. Em data anterior, verificamos a existência de uma tradução alemã realizada por Heikel, publicada em 1902¹⁶.

A justificativa de sua utilização, neste trabalho, se dá no ponto de vista de interpretá-la comparativamente à *Vida de Constantino*, já que muitos historiadores aproximam esta segunda obra da primeira em objetivos e conteúdo, muito embora a definição do próprio Eusébio para a primeira obra seja de um panegírico, enquanto a segunda seria uma “vida”, portanto uma biografia¹⁷. Este documento também se demonstrou deveras importante para refletirmos sobre a forma de pensar do Imperador Constantino, já que podemos retirar dele as argumentações que envolvem a proteção patrimonial cristã, mesmo que neste documento seja possível, somente identificarmos patrimônios eclesiásticos, fundamentalmente¹⁸.

A Vida de Constantino

Quanto à obra *Vida de Constantino*, concentramos nossa atenção basicamente à tradução mais recente encontrada, feita diretamente do original em grego para o inglês, com Introdução e Comentários de Averil Cameron e Stuart G. Hall, lançada pela coleção *Clarendon Ancient History Series* no ano de 1999.

¹⁶ Drake (1976, p. 131), em nota de rodapé, afirma ter encontrado uma versão anterior datada de 1683, revista em 1845 e publicada em 1890 pela coleção *Nicene and Post-Nicene Fathers*.

¹⁷ Nossos objetivos não contemplam uma discussão aprofundada sobre a questão do estilo das obras de Eusébio, se a *Vida de Constantino* pode ser considerada uma *vida* (biografia) ou se é de fato um panegírico e se o *Louvor a Constantino* é objetivamente um panegírico.

¹⁸ Todas as passagens encontradas na documentação textual e que se referem ao patrimônio imobiliário cristão estão destacadas no terceiro capítulo deste trabalho.

Contudo, nossas análises serão cotejadas por uma versão em espanhol com Tradução, Introdução e Notas de Martín Gurruchaga, lançada pela coleção *Biblioteca Clássica Gredos*, publicada no ano de 1994.

A *Vida de Constantino* é uma obra muito trabalhada na historiografia sobre a Antiguidade Tardia, mais precisamente do Imperador Constantino, por se tratar de uma das principais fontes a respeito deste imperador (CAMERON, HALL, 1999, p. v), muito embora tenha passado quase um século para se produzir novas traduções dessa obra. Além das que serão utilizadas neste trabalho, verificamos a existência de uma tradução em italiano com introdução e notas de L. Tartaglia, publicada em 1984, duas traduções alemãs propostas por Heikel e Winkelmann, publicadas respectivamente nos anos de 1902 e 1975 e uma última tradução publicada pela coleção *Nicene and Post-Nicene Fathers of Christian Church*, feita por Bagster e Richardson, a mais antiga, publicada em 1890. Composta em quatro livros, a *Vida de Constantino* possui, tais quais as demais obras de Eusébio citadas acima, um variado volume e diversidade de fontes a respeito do Imperador Constantino. Tais fontes foram analisadas no sentido de identificar os trechos que apresentam relação direta no que tange ao patrimônio imobiliário cristão, procurando defender nossa hipótese e esclarecer os objetivos traçados em nossa introdução.

Embora não haja unanimidade quanto à data da composição da obra (CAMERON; HALL, 1999, p. 9), os autores estão geralmente tendenciosos a concluir que tenha se dado após a morte de Constantino, em 337 d.C. Segundo a visão de G. Pasquali, a *Vida de Constantino* teria sido concebida em dois momentos distintos, sendo o primeiro após a morte de Constantino, na forma de um tipo de elogio, de panegírico, transformado posteriormente em obra apologética pelo próprio Eusébio, ou mesmo por um sucessor dele (CAMERON; HALL, 1999, p. 9). Sobre a publicação da obra, Pasquali sugere que Acácio, sucessor de Eusébio, teria feito sua publicação da forma que a encontrara:

[...] Então alguém veio e publicou o trabalho de uma só vez, como ele o achou: talvez Acácio, sucessor de Eusébio de Cesareia fora o editor, mas o nome não importa. O trabalho foi publicado com a mesma piedade e a mesma falta de compreensão como as *Leis* de Platão foram publicadas por Philippus de Opus. Como a *Vida [de Constantino]*, considerações de ordem política também afetaram a publicação (PASQUALI, 1910, apud BARNES, 1989, p. 98).

A *Vida de Constantino* é classificada por alguns pesquisadores como obra história. Roque Frangiotti assim o faz, contudo, racionaliza sobre as especificidades da obra como seu cunho apologético e sua condição mais comumente aceita de panegírico (FRANGIOTTI, 2000, p. 21). Para ele, é a partir desta obra que Eusébio de Cesareia tem sua imagem negativa construída na historiografia. Em suas palavras:

[...] segundo Eusébio [...] a figura do Imperador é idealizada muito acima da realidade histórica [...]. Os elogios feitos ao Imperador o engrandecem exageradamente. É também a obra mais discutida de Eusébio [...]. A partir desta obra, antigos e modernos construíram a imagem de um bispo cortesão, sempre fidelíssimo às ordens do Imperador e chegaram ao ponto de pôr em dúvida a sinceridade dos seus sentimentos por ele. (FRANGIOTTI, 2000, p. 21-22).

Já Cameron e Hall (1999, p. 1), no princípio da introdução à sua tradução da obra, já destacam que seu título (em latim, *Vita Constantini*) pode ser considerado enganador na medida em que poderia se supor uma biografia do Imperador Constantino. Mesmo considerando os elementos notadamente biográficos contidos no texto, sua caracterização poderia ser mais bem apreendida enquanto mescla entre panegírico e história narrativa. Tal perspectiva é corroborada por Gurruchaga (1994, p. 66).

A Historiografia do século XIX buscou atacar a autenticidade da *Vida de Constantino* como meio para realização de uma dupla crítica: por um lado à política do Imperador Constantino, interpretado como sábio usurpador; por outro lado à sua imagem, considerada exageradamente positiva. Autores como Grégoire, Pasquali, Burckhardt e Gibbon insistiram em enxergar problemas de autenticidade na *Vida de Constantino*, criticando o que eles argumentaram ser uma intensa defesa de Eusébio à política imperial de Constantino (CAMERON; HALL, 1999, p. 5), enxergando contradições nos escritos de Eusébio ou mesmo alegando invenções por parte do narrador.

Visando esclarecer ainda mais a questão da autenticidade e contrapor a visão negativa posta sobre a *Vida de Constantino* é que julgamos necessário desenvolver breves considerações sobre este ponto específico. Outro motivo para o desenvolvimento de tais considerações repousa no fato de que a maior parte da bibliografia consultada, ao tratar da *Vida de Constantino*, em certa medida, se ocupou em algum momento, ou de forma central, em tratar de questão da

autenticidade da autoria da obra, corroborando a afirmação de Cameron e Hall (1999, p. 4.): “de longe, a maior parte da moderna bibliografia geral sobre a Vida de Constantino está preocupada com a questão da autenticidade”.

No entanto, é interessante notar que a maior parte dos trabalhos atuais, mesmo considerando as divergências apontadas pela historiografia do século XIX, tende a apontar no sentido de considerar a *Vida de Constantino*, definitivamente, uma obra de Eusébio de Cesareia, tendo em vista a comparação entre o estilo de escrita desta com outras obras deste autor cristão do século IV d.C. (CAMERON; HALL, 1999, p. 4-5).

O principal livro de Barnes (1981) sobre o período constantiniano, por exemplo, utiliza substancialmente a Vida de Constantino e argumenta, em sua obra, em defesa de um retrato de Constantino firmemente cristão. Barnes (1989, p. 97) defende, também, que a tese de G. Pasquali, que dividia a composição da obra em dois momentos, teria sido mal interpretada por historiadores como Norman Baynes, que utilizaram essa conclusão para alegar que um autor posterior, e não o próprio Eusébio, teria feito as alterações na obra e deixado a mesma com características de dois trabalhos distintos, de obra de dois autores diferentes. A defesa que Barnes faz da tese de Pasquali reside em concordar com suas considerações a respeito de dois momentos na elaboração da Vida de Constantino, sem supor, como fizeram os historiadores tradicionais, que seria uma interpolação de autor póstumo, fazendo-se passar por Eusébio de Cesareia. Eis a descrição de Barnes (1989, p. 102):

É importante fazer uma distinção clara entre o que Pasquali provou e o que ele não provou. Ele demonstrou que a *Vida de Constantino*, como existente, representa uma fusão de dois projetos e que alguém publicou o ainda inacabado trabalho, após a morte de Eusébio. Ele não fez, no entanto, a tentativa de relacionar a *Vida de Constantino* à outras obras do final da vida de Eusébio, e ele não define com precisão ou de forma acuradamente suficiente a natureza dos dois projetos distinguidos por ele.

Um das alegadas evidências de Pasquali, e dos seguidores de sua tese, para uma eventual inclusão posterior à morte de Eusébio seria uma extensa quantidade de auto-referências. No entanto, Cameron e Hall nos advertem que esta seria uma característica dos escritos de Eusébio, portanto, argumentação insuficiente, não fundamentada para justificar a ausência de autenticidade da obra

Vida de Constantino, até porque, ao redigi-la, Eusébio tinha em mãos, certamente, a História Eclesiástica (CAMERON; HALL, 1999, p. 6).

Outra interpretação da obra de Eusébio que nos parece forçadamente negativa vem de Gurruchaga. Ele tece elogios à erudição e a qualidade de toda produção intelectual de Eusébio, ao mesmo tempo em que efetua críticas ácidas à qualidade de sua escrita. Muito provavelmente influenciado pelas críticas feitas pela historiografia à figura de Eusébio, Gurruchaga (1994, p. 62-63) argumenta nos seguintes termos:

Eusébio é um dos escritores mais prolíficos da Antiguidade, e seu trabalho cobriu quase todos os campos da educação teológica. Foi, alternativamente, historiador, apologista, topógrafo, exegeta, crítico, predicador e dogmático. Sua vertente de historiador é a melhor conhecida, mas sua contribuição em outros campos é irrepreensível. Contudo, haverá certo desencanto ao se buscar a ação do gênio literário em suas páginas. Eusébio não possui a mente criativa de um Orígenes ou um Agostinho. [...] as enormes oportunidades que lhe brindavam o conhecer tanta informação nem sempre são aproveitadas. [...] O segundo desencanto se sofre quando se espera um refinado gosto literário ou um domínio no campo da composição. Seu estilo é, em geral, pomposo, obscuro e digressivo; seu gosto, vicioso (GURRUCHAGA, 1994, p. 62-63).

Gostaríamos de destacar, não sem pesar, que identificamos na interpretação de Gurruchaga sobre a obra de Eusébio de Cesareia, grande parte da argumentação de um importante historiador da igreja do século XIX, Philip Schaff,¹⁹ inclusive a utilização dos mesmos termos, expressões e argumentos deste historiador, muito embora a obra de Schaff não figure em sua bibliografia. Entendemos que esta constatação demonstra ser forte indício da principal influência de Gurruchaga, assim como a explicação para algumas conclusões a que chega, ao analisar determinadas características da obra de Eusébio.

Por fim, identificamos alguns historiadores que, recentemente, defendem a autenticidade e a autoria da *Vida de Constantino*, como é o caso de H. A. Drake, em um artigo intitulado *What Eusebius knew: the Genesis of the Vita Constantini*. Nele, Drake (1988, p. 31) afirma que a crítica dispensada à obra de Eusébio normalmente analisa-a de forma insuficiente, gerando incongruências interpretativas. Cita o

¹⁹ Ver SCHAFF, Philip (Editor). *Eusebius Pamphilius: Church History, Life of Constantine, Oration in Praise of Constantine*. New York: Christian Literature Publishing Co., 1890 (Rev. Arthur Cushman McGiffert tradutor).

exemplo do capítulo quarto, considerado prova de interpolações de editores posteriores. Para ele o que ocorre é outra coisa:

[...] O quarto livro não é apenas o último terminado dos livros da *Vida de Constantino*, é também o primeiro que Eusébio escreveu. Este ponto de vista da sua composição explica tanto sua estrutura encomiástica como o motivo pelo qual o elogio é desenvolvido com os acontecimentos de 335-37, materiais que teriam sido mais frescos na mente do autor.

Cameron e Hall concordam, igualmente, com as conclusões que consideram a *Vida de Constantino* autêntica, mesmo considerando os problemas de sua composição. Afirmam também que a despeito do aumento de interesse na obra, a produção monográfica em torno dela permanece reduzida, com raras exceções (CAMERON; HALL, 1999, p. 1-2).

A partir dos levantamentos efetuados até o momento, buscamos demonstrar que as percepções acerca da composição da *Vida de Constantino* ainda são vistas em termos desfavoráveis pela historiografia recente, apesar de todo o desenvolvimento histórico-científico no sentido contrário, por se prender, em grande medida, às obras consagradas da historiografia de séculos anteriores. No entanto, concordando com Cameron e Hall (1999), defendemos que a *Vida de Constantino* deve ser considerada uma obra autêntica de Eusébio. Do contrário, sua validade para o desenvolvimento deste trabalho seria consideravelmente reduzida. Nela podemos apoiar nossa hipótese e objetivos traçados.

Ainda refletindo sobre a historiografia atual, com relação à *Vida de Constantino*, identificamos que ela é frequentemente incluída no *hall* das obras históricas de Eusébio. No entanto, pode aparecer, também, como um panegírico. Ademais, vários autores tem argumentado no sentido de que esta obra conteria parte de cada uma das possibilidades literárias disponíveis no período: panegírico, biografia, história, hagiografia, etc. Cameron e Hall destacam que seu gênero é “híbrido” (1999, p. 27). F. Leo, por exemplo, resume sua definição da seguinte forma: “um elogio em quatro livros, de título semi-biográfico, de conteúdo semi-histórico, de estilo totalmente retórico, e de tendência eclesiástica” (LEO, 1931, p. 301, apud GURRUCHAGA, 1994, p. 72).

Verificamos que a composição da *Vida de Constantino* tem sido analisada pela historiografia como contendo aspectos divergentes, que passam pela ausência

de uma sequência cronológica dos fatos e pela exaltação da figura do Imperador, que levaria a considerações de cunho apologético, por parte de seu autor. Contudo, mais uma vez, somos levados a concordar com Cameron e Hall, que analisaram sua elaboração e afirmam que foi sim, o próprio Eusébio quem a compôs no sentido de uma obra literária com senso político. O que explicaria suas características de composição. Se considerarmos as próprias afirmações de Eusébio sobre suas intenções com a obra, enquanto a escrevia, poderemos perceber tais elementos. O bispo cesareno afirma que a Vida de Constantino seria uma obra de arte, uma pintura da vida de Constantino, nas seguintes palavras:

Quanto a mim, embora não me seja fácil expressar algo que está à altura da bem-aventurança daquele homem, e sim, no entanto, seguro e sem perigo no calar, sinto não obstante a necessidade de dedicar à memória daquele ser querido de Deus um retrato elaborado com palavras, a imitação da humana técnica pictográfica, com a que me furtarei a acusação de prazer preguiçoso. Me envergonharia não oferecer o que está em minhas mãos, por pequeno e fútil que seja, àquele que nos tem dignificado a todos nós, mediante seu imenso temor a Deus. (EUSEBIO DE CESAREIA, *Vida de Constantino*, I, 10, 1-2).

A descrição de Eusébio, acima, claramente insere a intenção do autor em classificar sua obra como literária, muito embora seu título em latim sugira uma biografia (*Vita Constantini*) e ele mesmo entenda que as obras de arte e as esculturas são perecíveis e não se comparam com a glória dada por Deus à Constantino (Eusebio, *Vida de Constantino*, I, 3-2). Cameron e Hall demonstram, por sua vez, pela própria pena de Eusébio, que a Vida de Constantino se constituía uma história²⁰. Contudo, a defesa que faz da religião cristã pode inseri-la na condição de texto apologético. Os elementos de elogio ao Imperador e, mais acertadamente, a utilização do método da comparação com outros governantes (EUSEBIO, *Vida de Constantino*, I, 7-8) e, principalmente, com Moisés, caminham no sentido inverso: o de demonstrar o caráter panegírico da obra (CAMERON; HALL, 1999, p. 27-29).

Muito embora haja, por parte da historiografia, um destaque demasiado no que tange ao estilo de produção e na busca por ratificar, ou não, a autenticidade da obra, nosso uso da *Vida de Constantino* será fundamental, no sentido de identificar, por exemplo, as leis e decretos do Imperador Constantino presentes na obra.

²⁰ Ver EUSEBIO, *Vida de Constantino*, III, 24,2.

Eusébio teve acesso, certamente, a obras biográficas anteriores a ele, como as de Plutarco. Assim como a panegíricos, gênero literário que foi largamente utilizado na Antiguidade Tardia. Com isso, há de se supor que Eusébio estivesse tentando produzir algo novo, tão original quanto foi sua *História Eclesiástica*, para o período. Cameron e Hall, apesar de não sinalizarem neste sentido, indicam que o acesso de Eusébio a tais obras pode justificar a composição da *Vida de Constantino*, considerada confusa por historiadores do século XIX (CAMERON; HALL, 1999, p. 27-34). Para esses autores, a omissão de nomes próprios pode ser considerada uma apreensão do gênero panegírico, enquanto a narrativa cronológica e a inclusão de documentos extensos como característica não panegírica.

No que Eusébio transformaria sua obra é algo que se pode tão somente supor. Se inovaria e criaria um novo gênero literário ou se tenderia em maior grau à um gênero que à outro, não se sabe. O que se pode afirmar, é que se trata de uma obra deixada inacabada, que possui todas as características descritas acima, mas que não se pode tributar a Eusébio o que ele não poderia ter feito: “parece improvável que o próprio Eusébio teve uma visão tão clara de gênero [de sua obra] como críticos modernos desejam para ele” (CAMERON; HALL, 1999, p. 33).

1.4 Constantino e Eusébio

Se estudar as relações entre o poder imperial e o poder religioso dos bispos não deve ser considerado uma tarefa fácil, intentar fazer o mesmo partindo de Eusébio e Constantino pode se provar tarefa ainda mais árdua. Por um lado, Constantino não deixou muitas cartas ou inscitos que pudessem facilitar na compreensão de suas ações e intenções; por outro lado, as ambiguidades das ações de Eusébio e a imbricada relação que teve com as demais sés de seu período levaram historiadores mais antigos à interpretações atualmente invalidadas pela historiografia (BLECKMANN, 2007, p. 21-22).

Um caminho possível que viria auxiliar na compreensão de Constantino e sua relação com o poder eclesiástico fosse a expansão das fontes de pesquisa. Para não delongar ainda mais a conclusão deste trabalho, acabamos mantendo nossa documentação textual inalterada. No entanto, tal perspectiva nos levou à realizar

identificação de quais as fontes disponíveis para investigar o início do século IV d.C., o que fazemos na sequência.

De todas as fontes que vamos citar é possível que a obra de Lactâncio (c. 240 – c. 320 d.C.) seja a mais recorrente na historiografia. Este erudito da Antiguidade Tardia foi caracterizado como “professor de retórica latina e apologista cristão”, por Barnes (2014, p. 8). A sua obra *Sobre a Morte dos Perseguidores*, produzida entre os anos de 314 e 317 d.C. (ALTANER; STUIBER, 1972, p. 194), pinta um quadro extremamente positivo do Imperador Constantino, ao narrar o fim das perseguições apoiadas pelo poder imperial. Em oposição a sua argumentação podemos citar autores não cristãos como Zózimo, autor da *Nova História*, produzida entre o final do quinto e início do sexto séculos onde exalta a figura do Imperador Diocleciano e tributa à Constantino todos os problemas sofridos pelo Império Romano no início do século IV d.C. (LIEU, 2003, p. 13).

Outro exemplo de trabalho realizado ainda no século IV e crítico às ações de Constantino é a obra *Os Césares*, do Imperador Juliano (361 – 363 d.C.). Considerado com intensa atividade literária, Juliano foi o único imperador não cristão a governar sobre Império Romano após a morte de Constantino e legamos grande parte de sua produção escrita (CARVALHO, 2010, p. 35-36)²¹. Quanto à obra *Os Césares*, Averil Cameron (1993, p. 14) destaca que foi produzida em forma de sátira histórica e “parcialmente direcionada à Constantino”.

Podemos citar, ainda, a Eusébio Jerônimo Sofrônio, mais conhecido como Jerônimo (c. 342 – c. 420 d.C.), particularmente com sua obra *De viris illustribus* (*Sobre homens ilustres*), concluída em 392 d.C. Segundo Barnes (2014, p. 29), sua obra é uma fonte relevante para análise do período, apesar de não ter sido composta nos tempos de Eusébio e Constantino, já que *De viris illustribus* traz informações biográficas de autores cristãos em ordem cronológica, sendo relevante o seu caráter histórico.

A maior parte dos documentos textuais citados acima possui ao menos um ponto em comum: de uma forma ou de outra, se voltam às principais figuras políticas do Império, ou seja, aos Imperadores. Portanto, cabe destacar que toda documentação textual deve ser entendida como representações de um grupo social

²¹ A obra *Paideia e retórica no séc. IV d.C.: a construção da imagem do Imperador Juliano segundo Gregório Nazianzeno* (2010), da Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho é, certamente, um dos trabalhos de maior relevância a respeito do Imperador Juliano, produzido em território nacional.

e politicamente estabelecido. Elas apresentam elementos de uma retórica própria, demonstram os interesses de seus autores e buscam sempre atingir um público específico, estando inseridas em uma realidade social. Roger Chartier (2002, p. 17) nos adverte aos cuidados que devem ser tomados ao se analisar uma dada realidade social nos seguintes termos:

As representações do mundo social [...], embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses do grupo que forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

Por conseguinte, ao centralizar os esforços em analisar a figura de Constantino e dar menos ênfase aos autores de suas fontes, quaisquer que sejam estes, pensamos que a historiografia tem deixado escapar, especialmente no caso de Eusébio de Cesareia, suas intenções e preocupações. Tal percepção foi um dos motivos que nos levou à escolha dos principais documentos textuais aqui utilizados e influenciou na forma como olhamos para tais documentos.

Mesmo uma pesquisa baseada nas obras de Eusébio e que não queira se deter em analisar as ações do Imperador Constantino, não pode ignorá-las. É por este motivo que nossas reflexões nas linhas abaixo estão relacionadas aos pontos de confluências entre a história de Eusébio e a do Imperador Constantino.

Do ponto de visto político o Imperador Constantino esteve no poder entre os anos 306 e 337, passando pela tetrarquia e chegando ao poder sobre todo o Império Romano somente a partir do ano 324 d.C., quando derrotou Licínio²². A figura de Constantino neste processo de transição que passou da tetrarquia à diarquia, atingindo, por fim, o domínio absoluto sobre todo Império Romano, levou historiadores renomados como Paul Veyne (2009b, p. 9-11) a afirmar que “sem Constantino, o cristianismo teria permanecido uma seita de vanguarda”, ou ainda acreditar que seria um erro duvidar da sinceridade do Imperador que dizia ter sido escolhido por Deus para cumprir seus desígnios.

Como contraponto, Claudia Rapp (2005, p.13) afirma que Constantino contribuiu muito pouco, ou nada, para as transformações do cristianismo do período.

²² Para facilitar a compreensão dos eventos políticos ocorridos no início do século IV., incluímos uma cronologia dos principais momentos da vida de Constantino, conforme apresentada por Charles Matson Odahl (2010, p. xxii-xxiii): Vide Anexo 1.

Para ela o Imperador estava apenas inserido num contexto onde o cristianismo já se estabelecia. Declarações precisas sobre a real situação do cristianismo no início do século IV são muito temerárias. Contudo, nossa análise da documentação e da historiografia nos permite inferir que Eusébio já possuía importância significativa, no contexto do cristianismo, na parte oriental do Império Romano, e o próprio Imperador Constantino pode ter se aproveitado desta condição, que o beneficiaria, já que Eusébio demonstrou estar disposto a promover um consenso religioso, visto do ponto de vista do imperador como um consenso político (DRAKE, 2002, p. 235-272).

A relação entre Eusébio e o Imperador Constantino provavelmente não foi tão próxima quanto Eusébio demonstra ter sido em suas obras. As evidências demonstram no máximo cinco encontros²³ entre eles (GURRUCHAGA, 1994, P. 60). E a escassez de cartas trocadas entre eles na Vida de Constantino caminha para demonstrar o mesmo. Certamente Eusébio teria se aproveitado dessas cartas, se houvesse maior abundância.

A púrpura imperial foi concedida à Constantino em 25 de julho de 306, com a morte de seu pai Constanêncio I. No entanto, passariam sete anos até que uma ação de sua parte tivesse influência direta na metade oriental do Império. Enquanto isso, “em todo o ocidente, Constantino agora dava liberalmente, do próprio tesouro imperial, para construir e ampliar igrejas e decorá-las ricamente” (BARNES, 1981, p. 49). No ano de 313 d.C. Constantino e Licínio se encontram em Milão e decidem, juntos, conceder liberdade de culto aos cristãos (MONDONI, 2006, p. 49). No final da *História Eclesiástica*, encontramos a transcrição deste documento, cujo excerto abaixo é parte integrante:

Há muito, considerando que não se deve recusar a liberdade de religião, mas que é preciso deixar à razão e à vontade de cada um a faculdade de se ocupar das coisas divinas, conforme preferir, ordenamos que também os cristãos se conservem fiéis à própria convicção e à sua religião. [...] Por conseguinte, quando eu, Constantino Augusto, e eu, Licínio Augusto, chegamos felizmente a Milão e procurávamos tudo o que importava à utilidade e ao bem comum, entre outras coisas que nos pareciam proveitosas em geral de vários pontos de vista, resolvemos, em primeiro lugar e antes de tudo dar ordens para assegurar o respeito e a honra à divindade, isto é, decidimos conceder aos cristãos e a todos os outros a livre escolha de seguir a religião que quisessem. (EUSÉBIO DE CESAREIA, *História Eclesiástica*, X, 5, 2-4).

²³ Barnes (1981, 266) e Drake (1988, p. 20) acreditam que Eusébio e Constantino não tenham se encontrado mais do que quatro vezes, em toda a vida.

A percepção dos bispos do período, inclusive o nosso bispo Eusébio, certamente foi impactada por essas mudanças. Consciente do contexto em que está inserido, Eusébio parece tentar chamar atenção do Imperador para os danos e perdas patrimoniais dos cristãos, exaltando as medidas de restituições tomadas por Constantino, tão logo elas ocorram. Abaixo, citamos o mesmo documento citado acima, mas agora voltado para a restituição do patrimônio imobiliário cristão da região da Palestina, destacados por Eusébio na *História Eclesiástica*. Entendemos que a escolha de Eusébio em incluir tais leis não é sem intenção. Eusébio é consciente de seu contexto político-cultural, e da real condição do cristianismo como um sistema complexo ainda em formação. Sendo assim, ele busca uma aproximação com o poder imperial ao mesmo tempo em que tenta promover o crescimento do patrimônio imobiliário cristão. Assim lemos:

[...] eis nossas determinações (de Constantino e Licínio) relativas aos cristãos. Os locais, onde eles costumavam anteriormente se reunir, e a respeito dos quais, numa prévia carta a Tua Excelência, outra norma havia sido prefixada, se talvez tenham sido comprados por nosso fisco, ou outro qualquer, sejam devolvidas aos mesmos cristãos sem pagamento nem reclamação de compensação, excluída toda espécie de negligência e equívoco. E se a alguns foram doados esses locais, restituam-nos o mais depressa possível aos cristãos. Assim, se os compradores dos ditos locais ou aqueles que os receberam de presente queiram reclamar algo de nossa benevolência, apresentem-se ao tribunal do juiz local, a fim de que, por nossa benignidade, seja-lhes atribuída certa compensação. Atenda a que todos esses bens sejam devolvidos integral e imediatamente à corporação dos cristãos. (EUSÉBIO DE CESAREIA, *História Eclesiástica*, X, 5, 9-10).

Não ignoramos a possibilidade de que outros elementos de aproximação entre Constantino e Eusébio possam ser identificados. Contudo, nos pareceu haver plausibilidade na utilização do patrimônio imobiliário devido, em especial, a posição de Eusébio como responsável pela Biblioteca de Cesareia que poderia ser, a qualquer momento, atacada pelos demais grupos étnico-culturais que compunham a região, e que eram contrários aos cristãos.

Partindo deste princípio, entendemos que uma análise histórica centrada em aspectos puramente religiosos fatalmente limitaria a atuação dos historiadores quanto as considerações possíveis (CARVALHO, 2010, p.3). Assim, pensamos que a atuação de Eusébio deve ser situada na confluência entre o político e o cultural,

por vários aspectos: Eusébio é representante de um grupo religioso; traça argumentos baseados em aspectos legais; defende os posicionamentos de um Imperador que dá respostas positivas ao grupo que Eusébio representa.

Apesar de seu trabalho não trazer a articulação entre cultura e política, como tentamos fazer aqui, a Dissertação de Mestrado de Andreia Frazão, já em 1990, quando foi defendida, articulava os aspectos políticos dos posicionamentos de Eusébio, ao defender que ele buscava apoiar o Estado Romano, em sua *História Eclesiástica*, representado por Constantino.

Tais afirmações visam confirmar nossa hipótese central de que Eusébio, ao destacar em suas obras os danos materiais sofridos pelas propriedades de cristãos de sua região, não está ingenuamente registrando aspectos de uma perseguição, e também não está sendo desonesto, exaltando os feitos do Imperador Constantino; entendemos que Eusébio busca sua afirmação como Bispo na cidade de Cesareia e uma valorização de todo cristianismo na região da Palestina diante de um Imperador que se mostra favorável aos cristãos, estando disposto a, não somente devolver o patrimônio imobiliário que lhes foi retirado, anteriormente, mas também oferecer a concessão de novos bens que servirão aos interesses da elite eclesiástica, cujo Eusébio é membro relevante.

As reflexões realizadas acima desenvolvidas a partir de nosso trabalho com as fontes partiram da consideração de que, muito embora as fontes utilizadas possuam suas próprias regras e convenções de análise não podemos desconectá-la de outros tipos de textos produzidos no mesmo contexto. Ao pensarmos assim, concordamos com Roger Chartier (2002, p. 17) quando indica que a construção de um discurso está permeada pela posição e interesses que circundam o universo daquele que escreve. O desenvolvimento intelectual de Eusébio e sua ascensão à condição de bispo, no início do século IV d.C., período em que as disputas da tetrarquia estão caminhando para levar o Imperador Constantino a governar sobre todo o Império Romano, Ocidental e Oriental, nos leva a pensar o papel do bispo como em plena consolidação, em suas relações com o poder imperial.

Considerando a busca desta afirmação do bispo e que o próprio cristianismo na metade oriental do Império Romano passa por um período de constantes disputas somos levados a concordar com as considerações de Pierre Bourdieu, que entende as lutas no campo teológico como campo fértil para ocorrência de outras lutas (BOURDIEU, 2007, p. 63). Identificadas como sendo estritamente teológicas,

disputas como a controvérsia ariana, na qual está inserido o bispo Eusébio, podem acabar, assim, escondendo outros interesses das figuras envolvidas.

Ratificamos, ainda, que consideramos Eusébio como um homem intelectual²⁴ da Antiguidade Tardia. Eusébio é um homem envolvido com o saber, com o debate intelectual, o conhecimento, com a produção de textos, com a educação, por fim, com a *Paideia* dos homens de sua região, em especial os cristãos, mas não só eles. Buscando escapar da noção de que ele seria apenas mais um panegirista ou adulator do Imperador Constantino. Pensamos sua atuação na cidade de Cesareia também em sua relação com a escola e a Biblioteca de Cesareia²⁵, portanto, indo além das atividades ligadas unicamente com a igreja cristã.

Vale ressaltar que, vinculados ao conceito de Antiguidade Tardia, entendemos que o arco cronológico de nossa pesquisa deve ser entendido muito mais do que um período de transição, rico e dinâmico, por excelência (CARRIÉ, 1999, p. 21), mas um período com características próprias. Portanto, as transformações internas do cristianismo e as disputas entre os mais diversos grupos étnico-culturais, também se fazem presentes, como observa Isabella Sandwell (2007, p. 5). Nossas reflexões no próximo capítulo irão partir destas condições, sempre relacionando nossas fontes com o contexto em que são elaboradas e utilizadas, mas antes vamos tecer breves comentários acerca do discurso de Constantino e sua legislação.

A Oração à assembleia dos santos

A Oração à assembleia dos santos já pode ser considerado, atualmente, como um trabalho genuíno do Imperador Constantino (EDWARDS, 2003, p. ix; BARNES, 1989, p. 96). O próprio Eusébio nos informa que esse discurso teria sido escrito originalmente em latim, língua mais familiar para o imperador elaborar um

²⁴ Para o conceito de intelectual, concordamos com Norberto Bobbio (1997, p. 11) onde defende que “embora com nomes diversos, os intelectuais sempre existiram, pois sempre existiu em todas as sociedades, o lado do poder econômico e do poder político, o poder ideológico” e, principalmente, com Araújo, Rosa e Joly (2010, p.14): “o conceito de ‘intelectual’ revela-se particularmente interessante por ser mais abrangente que os rótulos de poeta, filósofo, historiador e orador, tradicionalmente aplicados” aos escritores da antiguidade.

²⁵ As reflexões pormenorizadas sobre as relações de Eusébio e a Biblioteca de Cesareia estão presentes no segundo capítulo deste trabalho.

discurso. No entanto, a versão que Eusébio disponibiliza é uma tradução realizada por especialistas para a língua grega.

Este discurso chegou até nós por meio da obra *Vida de Constantino*. Nos manuscritos encontrados, ele aparece como um apêndice desta obra. Para elaboração desta pesquisa utilizamos duas traduções feitas para a língua britânica: uma realizada ainda no século XIX, em 1890, por Phillip Schaff e Arthur C. McGiffert, publicados pela coleção *Nicene and Post-Nicene Fathers* vol. 2; e a tradução mais recente encontrada, realizada por Mark Edwards, publicada pela coleção *Translated Texts for Historians*, vol. 39, no ano de 2003.

Interessante notar a alegação de Eusébio justificando a inclusão deste trabalho do Imperador, como apêndice de sua obra (EUSÉBIO DE CESAREIA, *Vida de Constantino*, IV, 32). Para ele, esta inclusão teria o sentido de demonstrar que tudo o que ele comenta a respeito do imperador não podem ser considerado mero exercício retórico. Eusébio parece ter notado a aproximação que sua obra *Vida de Constantino* teve com um panegírico. Detentor de uma *Paideia* típica de seu período, Eusébio conhecia as regras e práticas que levariam seus leitores a perceber as aproximações de sua obra com um panegírico. A inclusão de variadas leis, cartas, decretos e, por fim, deste discurso de Constantino, pode ter sido uma estratégia de Eusébio para minimizar as aproximações de sua obra com os panegíricos de seu tempo.

De acordo com uma avaliação de Mark Edwards (2003, p. xvii) – tradutor da versão utilizada aqui – a exposição completa do conteúdo da *Oração*, se feita de forma integral, deve ter levado aproximadamente duas horas. Seu conteúdo pode ser subdividido em quatro partes: uma introdução geral ao discurso (capítulo 1); uma parte inicial (capítulos 2 ao 10) alegando que os demais deuses não podem manter a ordem do universo; uma segunda parte (capítulos 11 ao 19) onde alega que a encarnação do filho de Deus, voluntariamente, deve ser exaltada; e uma parte final (capítulos 20 ao 26), onde Constantino exalta aos que passaram pelo sofrimento da perseguição levada à cabo por seus predecessores, citando inclusive a Diocleciano, Décio, Valeriano e Aureliano.

Quanto à ocasião, só podemos afirmar que o discurso foi proferido em uma sexta-feira santa e, considerando que em seu início Constantino já se refere aos clérigos, percebe-se que sua audiência era predominantemente cristã.

Constantino foi proclamado imperador no ocidente em 306 d.C. e imediatamente revogou os éditos contra os cristãos nas áreas sob o seu domínio (éditos como o de Diocleciano, de 303 d.C.)²⁶. E continuou legislando em favor dos cristãos. Mas um discurso proferido para uma audiência cristã, combinando várias categorias como “homilia, filosofia, apologia e exegese literária” (BARNES, 1981, p. 75) era uma forma de expressar mais do que as vontades do imperador, acabava por marcar sua própria personalidade.

O documento demonstra um sentido de missão presente em Constantino. Partindo do pressuposto de que o discurso foi elaborado pelo Imperador, Barnes (1981, p. 75) afirma que esta *Oração* de Constantino “é também um manifesto político”, no sentido de que ele alega que Licínio teria perdido a legitimidade ao trono, por ter desonrado os cristãos, passando a legitimidade para ele mesmo.

O Código Teodosiano

O *Código Teodosiano*, é uma compilação de leis e decretos imperiais promulgados desde o período constantiniano, no início do século IV d.C., até o início do século V d.C., durante o reinado de Teodósio II, o principal responsável por sua compilação. É composto de XVI livros que tratam dos mais variados temas jurídicos, incluindo leis religiosas, civis, regulamentação de taxas e organização administrativa do império, sendo possível encontrar, nos casos em que os compiladores consideraram necessário, uma interpretação da lei, aparentemente visando sua melhor aplicação.

Para a realização do presente trabalho, nos baseamos na versão do código que foi traduzido para a língua inglesa por Clyde Pharr, que também elaborou uma introdução com comentários e notas. Esta edição foi publicada inicialmente em 1952, e uma nova edição foi publicada em 2001. Esta é a versão citada por especialistas como Jill Harries e Ian Wood²⁷, muito embora seja também utilizada uma outra versão mais antiga, de Th. Mommsen e P. Meyer, publicada em 1962, em Berlim. Ao final dos XVI livros que a compõem a versão utilizada inclui uma relação

²⁶ Este édito é conhecido por ter sido o responsável pelo que se conheceu como a “Grande Perseguição”, elemento já discutido na Introdução deste trabalho.

²⁷ Conforme verifica-se em Jill Harries and Ian Wood, *The Theodosian Code: studies in the imperial law of late antiquity*, 1993 e em Jill D. Harries, *Law and empire in late antiquity*, 1999.

de leis e decretos promulgados na parte oriental do império em meados do quinto século, portanto, serão dispensadas em nossa análise, por se encontrarem fora do arco cronológico da presente pesquisa, não se relacionando com o governo constantiniano.

Nosso uso do *Código Teodosiano*²⁸ se deu no mesmo sentido da utilização da *Oração à Assembleia dos Santos*, pois pensamos ser prudente esclarecer a pertinência de nossa hipótese comparando as informações encontradas na obra de Eusébio com as afirmações e questionamentos da presente pesquisa, comparação essa que será realizada no decorrer de todo o desenvolvimento do trabalho, mas de forma especial no terceiro capítulo.

²⁸ Entendemos que uma análise aprofundada da legislação de Constantino, contida no *Código Teodosiano* poderia compor um quadro interpretativo muito mais coerente do que a historiografia tradicional vem construindo a respeito, tanto do Imperador Constantino quanto do Bispo Eusébio de Cesareia. No entanto, conforme esclarecemos na introdução do presente trabalho a inclusão da legislação de Constantino, demandaria uma quantidade de tempo muito acima do tempo disponível para a realização desta Dissertação. Sendo assim, em uma perspectiva de continuidade de nossa pesquisa, essa legislação poderá ser incluída.

CAPÍTULO 2

*[...] a fidelidade a uma crença é apenas,
com toda evidência, um dos aspectos
da vida geral do grupo no qual
essa característica se manifesta [...]*

Marc Bloch

CAPÍTULO 2 CESAREIA MARÍTIMA: SUA POSIÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA E SUA CONDIÇÃO ÉTNICO-CULTURAL

2.1 Considerações iniciais

Antes de iniciarmos nossa análise das condições administrativas, políticas e culturais da cidade de Cesareia Marítima, local onde Eusébio vive, produz sua obra literária e exerce a função de bispo, convém sublinhar que buscamos identificar os elementos que podem ter influenciado diretamente o pensamento e as ações deste bispo enquanto aprendiz de Pânfilo, herdeiro de Orígenes e autoridade máxima da estrutura eclesiástica local, o que lhe conferia o papel de representante dos cristãos sob seus auspícios.

Até o momento, pudemos destacar que a produção literária de Eusébio pode ser considerada volumosa, e que suas obras mais significativas (do ponto de vista de inovação, da difusão e de sua utilização) tem sido largamente utilizadas pela historiografia interessada em compreender as transformações ocorridas no Império Romano do início do século IV d.C.

Verificamos, também, que tais transformações acabaram levando o cristianismo da ilegalidade à liberdade e os demais elementos relacionados a essa alteração culminaram por influenciar a produção das obras de Eusébio. Suas atenções deixaram de se relacionar com as perseguições aos cristãos e trilharam outro caminho. Se para um analista desatento, essa mudança pode ser identificada como um simples esforço laudatório de Eusébio em relação à figura de Constantino, devido a sua posição como imperador, para nós, suas intenções vão muito além desta simples exaltação. Como veremos no próximo capítulo, nos parece que Eusébio pode ter sido o responsável por valorizar uma política de consenso¹ que o próprio Imperador Constantino já vinha tentando levar a cabo com sua legislação e suas intervenções nas disputas internas do corpo eclesiástico.

¹ Sobre a defesa de que Constantino buscava o consenso político, acima de tudo, especialmente em relação às posições dos líderes cristãos, frente às questões cismáticas, sugerimos a leitura do artigo de Harold Drake, *Constantine and Consensus* (1995).

Eusébio não era um homem tolo. Drake (1995; 2002) pode ter levantado recentemente a questão da busca pelo consenso em Constantino, mas esse elemento não parece ter passado despercebido pelo próprio bispo de Cesareia. Já no início de sua *Vida de Constantino*², ele argumenta sobre as atividades de Constantino junto aos concílios e sínodos, onde aparece claramente como conciliador. Para melhor esclarecer nossa argumentação, incluímos um excerto da obra de Eusébio a respeito das participações de Constantino nos concílios realizados entre os bispos:

Assim, pois, se comportava o general com todos. Mas era a igreja de Deus a que dedicava uma preocupação especial, e quando surgiam diferenças entre uns e outros, segundo os diferentes países, organizava sínodos de ministros de Deus, como se por vontade divina tivesse sido honrado com o grau de bispo. [...] Aplaudia calorosamente a quantos observava inclinados a uma resolução melhor e predispostos a uma atitude de conciliador equilíbrio, mostrando-se feliz com a unanimidade geral, muito embora rechaçasse aos que se punham irredutíveis (EUSÉBIO DE CESAREIA, *Vida de Constantino*, I, 44).

Eusébio parece reforçar positivamente as ações de Constantino como conciliador. Mas ele mesmo se viu envolto em práticas apaziguadoras em relação ao credo niceno, por exemplo, na presença do Imperador Constantino. Não é possível afirmarmos que Eusébio tenha sido um dos vetores responsáveis pelas práticas consensuais de Constantino, mas podemos considerar que esse elemento, presente em ambos, teve alguma influência na ligeira aproximação entre eles, em especial após os debates de Niceia, ocorridos em 325 d.C.

O excerto acima foi elaborado pelo próprio Eusébio, é sua visão, suas impressões a respeito das ações do Imperador Constantino. E isto parece óbvio. No entanto, não é menos óbvio que esse texto, assim como toda a obra de Eusébio, deve ser considerado enquanto discurso, produzido por um autor que dominava a retórica³ e as técnicas de persuasão de seu tempo. Eusébio pode estar ao mesmo tempo falando do Imperador e de suas próprias convicções, enquanto busca

² Como pudemos destacar no Capítulo 1 deste trabalho, a provável elaboração da *Vida de Constantino* só se deu após sua morte, em 22 de maio de 337. Para maiores esclarecimentos quanto a cronologia de Eusébio e Constantino, ver Anexos 1 e 2.

³ Deste ponto em diante, salvo indicações em contrário, sempre que a palavra retórica for utilizada, será no sentido utilizado por Averil Cameron (1991, p. 20), pois em sua interpretação, a retórica do cristianismo primitivo carecia de técnicas próprias, e nem por isso deixou de se expandir. Por retórica, ela entende um conjunto amplo de ações que estão ligados à tentativa de persuasão.

convencer seu leitor de que ambos são o melhor caminho para a expansão do discurso cristão (FIGUEIREDO, 2012, p. 14).

O bispo cesareno teve uma vida longa⁴, repleta de emoções, diria um leitor contemporâneo: de sua infância até a consolidação de sua *Paideia*, viveu um período sem atividades pessoais de grande relevância; do final do terceiro século até a vitória de Constantino sobre Licínio, em 324 d.C., passou por períodos intermitentes de tranquilidade, entremeados pela agonia relacionada com os períodos de perseguição, no início do século IV d.C. e por controvérsias eclesiais, na década de 320 d.C. Para além desta condição conflituosa dentro da Palestina, na Antiguidade Tardia, Eusébio ainda precisou enfrentar outros problemas: sobrepor o cristianismo aos demais grupos étnico-culturais locais, para coloca-lo como representante não só dos cristãos, mas também de toda a cidade.

O presente capítulo foi elaborado com vias a refletir sobre essas questões, pensar acerca dos aspectos étnico-culturais de Cesareia, começando por sua formação histórico-cultural. Buscamos, assim, responder a seguinte questão: que Cesareia é esta, que possui uma grande Biblioteca, uma escola coordenada por cristãos e onde Eusébio passa boa parte da sua vida como bispo?

Enquanto buscamos responder a esta questão, esperamos esclarecer os motivos que podem ter levado Eusébio a se aproximar do poder imperial. Ao final deste capítulo esperamos demonstrar que tal aproximação busca um duplo fortalecimento: da posição de Eusébio como bispo da cidade de Cesareia, tendo em vista a multiplicidade de grupos étnico-culturais locais; e do cristianismo como um todo, não apenas de uma de suas vertentes; ambos partindo de uma defesa do patrimônio imobiliário cristão em sua região. As reflexões de Pierre Bourdieu (2007, p. 39), em relação a noção de *campo religioso* nos ajudaram a perceber as intenções de Eusébio, em buscar essa consolidação:

[...] a constituição de um campo religioso acompanha a desapropriação objetiva daqueles que dele são excluídos e que se transformam por esta razão em *leigos* (ou *profanos*, no duplo sentido do termo) destituídos do *capital simbólico* (enquanto trabalho simbólico acumulado) e reconhecendo a legitimidade desta desapropriação pelo simples fato de que a desconhecem enquanto tal.

⁴ Pode ter vivido quase oitenta anos, se considerado o máximo da margem de erro de seu nascimento. Ver. Anexo 2

A partir da interpretação do excerto e considerando a construção histórica do cristianismo, fica fácil perceber os benefícios que o cristianismo acabaria atingindo a partir dos esforços das figuras centrais da administração política e religiosa do período: Constantino e os bispos.

Dito isto, passemos às reflexões sobre a formação e importância da cidade de Cesareia Marítima.

2.2 Inserção de Cesareia na parte oriental do Império Romano

Cesareia é um nome que deriva claramente da figura do imperador, de César. É por isso que existe uma série de outras cidades com o mesmo nome⁵, em diversas províncias do Império Romano.

A cidade de Cesareia Marítima cumpriu um papel importante na metade oriental do Império Romano, tanto econômica como administrativa e intelectualmente. Antes de ser transformada e refundada por Herodes, rei da Judeia, Cesareia era conhecida como *Torre de Estraton*, possuindo um porto fortificado (BARNES, 1981, p. 81).

Fundada alguns anos antes de nossa era⁶, Cesareia foi construída para ser a capital e, também, um importante centro comercial do reino de Herodes. Templos, ruas organizadas, prédios públicos e estruturas administrativas diversas foram construídos sob seu comando e já no sexto ano de nossa era, Cesareia se transformou na sede administrativa do Império Romano na região da Palestina. Em meados do primeiro século ela possuía uma população aproximada de 45.000 pessoas (CARRIKER, 2003, p. 1). Eis a descrição da cidade à época de Herodes, feita por Grafton e Williams (2006, p. 19):

Profundamente comprometido com a cultura romana, Herodes elaborou sua cidade em nível esplêndido, possuindo um magnífico palácio para si, um hipódromo e um teatro próximo dele, para realização de jogos e performances e todo o equipamento prático e amenidades que alguém pudesse querer. Aquedutos traziam água

⁵ Além desta cidade de Cesareia, situada na Província Palestina, são confirmadas a existência de cidades homônimas espalhadas pela região mediterrânica do Império Romano, como a conhecida Cesareia na Capadócia e outras na Cilícia e Mauritânia. Ver Anexo 4 (Império Romano de Constantino) para situar a localidade de Cesareia corretamente.

⁶ A data da fundação da cidade de Cesareia é imprecisa, sendo aproximada entre 22 e 10/9 a.C., conforme afirmam Clayton Miles Lehmann e Kenneth G. Holum (2000, p. 1).

fresca das nascentes do Monte Carmelo, os esgotos mantinham as ruas limpas, um porto extensivo favorecia o comércio e outros adornos, incluindo novos templos, calçadas, estátuas e colunas aumentaram a beleza da cidade durante os primeiros séculos do Império Romano.

As elites do exército romano costumavam residir ali e Governadores como Pôncio Pilatos, por exemplo, ficavam sediados nesta cidade. Segundo Joseph Patrich (2011a, p. 71), o Imperador Vespasiano⁷ teria elevado o status de Cesareia, transformando-a em *Colônia Prima Flavia Augusta Caesarea*⁸ entre os anos de 69 e 79 d.C., após o auxílio que os leais cidadãos teriam dado ao Império em favor da supressão da chamada Grande Revolta Judaica⁹, ocorrida por volta do ano 66 d.C.¹⁰ Junto com a elevação do status, um contingente militar e administrativo passou a fazer parte da cidade (PATRICH, 2011a, p. 72).

A utilização do termo *prima*, incluído na nomenclatura da cidade, segundo os pesquisadores Lehmann e Holum (2000. p. 6), significaria a *primeira em lealdade*, o que confirmaria a ligação de suas elites com o poder imperial, na época de Vespasiano.

Até meados do século IV d.C., a cidade de Cesareia estava subordinada à Província da Síria Palestina (LEHMANN; HOLUM, 2000, p. 8), mas a partir de uma divisão em sua estrutura a Palestina ganhou *status* individual, o que indica elevação de sua condição, de sua importância dentro da estrutura administrativa na parte oriental do Império Romano. Já no final do século quarto, uma nova divisão das províncias orientais fez surgir três palestinas distintas. Mesmo assim, Cesareia se manteve como a capital da província Palestina Prima (PATRICH, 2011a, p. 91).

A cidade de Cesareia tem sido escavada nos últimos anos e o trabalho dos pesquisadores, de várias áreas, tem demonstrado a prosperidade vivida pela cidade durante o período imperial romano. Já no início do terceiro século d.C. Cesareia possuía, conforme destacado acima, um anfiteatro, um hipódromo, um teatro, um

⁷ Segundo Gideon Foerster (1975, p.15), quando Vespasiano foi proclamado imperador, em 69 d.C., ele estava justamente na cidade de Cesareia.

⁸ Inscrições encontradas na cidade de Cesareia confirmam a nomenclatura oficial da mesma, conforme vemos em Lehmann e Holum (2000), nas inscrições 3, 24 e 44.

⁹ Conhecida como a *Grande Revolta Judaica*, ocorrida em meados do primeiro século, este conflito envolveu judeus e romanos e foi registrada por Flávio Josefo em sua obra *A guerra judaica*. O próprio Eusébio de Cesareia cita esta obra e caracteriza seu autor como o “mais célebre dos historiadores judaicos” (Eusébio de Cesareia, *História Eclesiástica*, I, 5, 3-6).

¹⁰ Eusébio narra as investidas de Vespasiano em sua *História Eclesiástica*, III, 5 e 12.

palácio próximo ao porto e templos de Herodes à Roma e à Augusto¹¹ (LEHMANN; HOLUM. 2000, p. 1). A região parece não ter apresentado vazios populacionais ao longo da nossa era, ou seja, sua ocupação parece ter sido contínua, desde a Antiguidade romana, o que acaba dificultando o trabalho dos arqueólogos em localizar vestígios específicos de um período. Ainda assim, os levantamentos disponíveis nos permitem perceber algumas diferenças cruciais na estrutura física da cidade, a partir de sua elevação de importância ao longo do tempo, especialmente quando se faz uma comparação ao longo dos séculos, conforme identificamos nos trabalhos de Lehmann e Holum (2000, p. 4-5).

A abundância de estruturas imperiais pode ter levado Arnold Jones a afirmar que Cesareia fora, oficialmente, uma cidade pagã¹² (JONES, 1937, p. 273), quando de sua formação. Jones (1937, p. 280) diria, ainda, que o Imperador Adriano tentara efetivar uma “paganização da Galileia”, mesmo que sem sucesso. Tais afirmações vão de encontro ao posicionamento de Hagith Sivan (2008, p. 27), com o qual concordamos, de que havia um “frágil equilíbrio de credos e culturas”, sendo Cesareia uma “metrópole etnicamente colorida”, e dos levantamentos arqueológicos de Lehmann e Holum (2000, p. 18), que consideram as “dedicatórias pagãs, admitidamente poucas em número”, e isto era representativo de “uma população de origem variada”, em uma cidade de atmosfera cosmopolita.

Sendo considerada a principal cidade de sua província, uma das mais importantes da parte oriental do Império Romano, possuindo um porto fortificado e um comércio dinâmico, a cidade de Cesareia acaba compartilhando uma série de elementos que vão muito além de suas relações comerciais, passam pelas relações culturais e, sem dúvida, podem estabelecer novas relações políticas. Foi exatamente esta cidade cosmopolita que atraiu a atenção de Orígenes, no século III d.C.

Como consequência desta multiplicidade de identidades, entendemos que os diversos grupos étnico-culturais locais poderiam buscar os meios disponíveis que os permitissem se colocar de alguma forma em posição mais favorável do que os outros grupos locais. Contudo, antes de refletirmos acerca dos possíveis embates

¹¹ Ver. Anexo 5, para identificar as estruturas administrativas presentes na cidade já no começo do século II d.C.

¹² Estamos reproduzindo o termo “pagão”, aqui, conforme citado pelo autor. No entanto, ressaltamos que na elaboração desta Dissertação evitamos tal uso por entendermos que podem levar a generalizações simplificadoras, principalmente em se considerando a multiplicidade de crenças existentes na Palestina, no Império Romano da Antiguidade Tardia.

entre esses diversos grupos, tentemos compreender a condição do cristianismo na cidade de Cesareia, já que nosso objetivo principal é demonstrar que a defesa do patrimônio imobiliário cristão, feita por Eusébio de Cesareia, busca sua aproximação com o poder imperial para fortalecer sua condição como bispo e a situação do próprio cristianismo, que poderá utilizar desses bens para promover a propagação de uma visão própria de *Paideia*, já acrescida de elementos cristãos.

2.3 Constituição étnico-cultural de Cesareia

Diante do que foi exposto, percebemos que a cidade de Cesareia, e mesmo toda a região da Palestina, foi gradativamente elevando seu status administrativo, ganhando em representatividade, dentro do Império Romano. No entanto, a elevação de sua importância não parece ter resultado em alteração de sua condição étnico-cultural, que se mantém, tão complexa e múltipla quanto nos primeiros séculos de sua formação, como veremos adiante.

Etnicamente, a Cesareia Marítima onde Eusébio desenvolveu seus estudos e produziu sua literatura, possuía uma variedade que circundava pelo menos quatro grupos étnicos locais: judeus, samaritanos, cristãos e os religiosos romanos (genericamente chamados de pagãos). Lee Levine (1975, p. 46-47) ratifica a inviabilidade de predomínio numérico de um grupo sobre o outro. Ele avança argumentando sobre a admiração de figuras importantes da antiguidade¹³ em relação à Palestina e à Cesareia, em particular. Para demonstrar ainda mais a importância da cidade dentro do Império Romano, Levine (1975, p. 47) alega que “o fato de Cesareia abrigar o mais alto tribunal da província agregava muita importância e prestígio à cidade”.

Apesar dos registros da passagem de cristãos pela cidade no primeiro século, Glanville Downey (1975, p. 23-25) afirma que a presença do cristianismo não será significativa ao menos até meados do segundo século. A própria obra de Eusébio (*História Eclesiástica*, V, 22) não traz indicações claras a respeito da presença de representantes ou líderes cristãos na cidade até o final do século II d.C.

¹³ Figuras como Amiano Marcelino (LEVINE, 1975, p. 47), professor de gramática latina (PLRE-1, p. 54) que viveu na Antioquia do século IV d.C.

(GURRUCHAGA, 1994, p. 16), apesar de registrar as primeiras conversões logo após o período apostólico (*História Eclesiástica*, II, 3, 3).

Já a partir do final do segundo século a comunidade cristã cresceu na cidade, assim como a comunidade judaica, que tivera seu contingente reduzido à época da Grande Revolta Judaica, referida acima.

A Cesareia do terceiro século já possuía cerca de cem mil habitantes (GURRUCHAGA, 1994, p. 15) e se mantinha dinâmica e mista, sem predominância do cristianismo, assim como de qualquer outro grupo étnico-cultural ou religioso (BARNES, 1981, p. 82). A multiplicidade étnico-cultural, neste momento, forçava a convivência entre cristãos e não cristãos e dificultava o domínio de um grupo, seja ele qual for, sobre os demais. Mesmo durante o governo do Imperador Constantino, no princípio do século IV d.C., o cristianismo não parece ter sido predominante na cidade (SIVAN, 2008, p. 315).

Ainda assim, os grupos cristãos e judaicos, no final do terceiro século, apresentam certa importância intelectual da cidade de Cesareia, vista como centro tanto de produção quanto de consumo de livros de ambos os grupos (GRAFTON; WILLIAMS, 2006, p. 178). Tal afirmação é reforçada pela existência de academias judaicas de importância significativa, como a liderada por Rabbi Abbahu e Rabbi Oshayah (PATRICH, 2011a, p. 91), também mencionadas por Sivan (2008, p. 95), Schremer (2010, p. 134) e Habas (1996, p. 454-468), assim como a escola e a biblioteca formadas por Orígenes e mantidas em funcionamento por seus sucessores, Pânfilo e Eusébio, consecutivamente.

Além da importância intelectual dos cristãos e judeus, os samaritanos se mantinham como uma força política marcante. Sua influência podia ser sentida por suas posições dentro do exército romano ou mesmo nos mais elevados cargos da administração provincial (SIVAN, 2008, p. 27), até início do século V d.C.

Enquanto a ordem do Imperador Constantino para que Eusébio produzisse cinquenta exemplares da Bíblia em pergaminho (EUSÉBIO DE CESAREIA, *Vida de Constantino*, IV, 36), confirma tanto a aproximação entre Eusébio e Constantino como sua condição como intelectual, a utilização recorrente que Eusébio faz de uma série de cartas, leis e decretos¹⁴ do Imperador Constantino, restituindo bens e

¹⁴ A primeira carta do Imperador Constantino à Palestina (*Vida de Constantino*, II, 24-42) e uma carta do mesmo às províncias na África, Numídias e Maurítânias (*História Eclesiástica*, X, 6, 1-5), são exemplos desta legislação.

ordenando reconstruções de templos, leva-nos a reforçar nossa hipótese de que Eusébio está se colocando na condição de representante dos cristãos frente ao poder imperial.

Para falar de restituição é preciso falar em danos. Neste ponto nos colocamos em uma posição desconfortável, pois inicialmente nossa investigação da documentação textual visou identificar possíveis estruturas prediais específicas que poderiam ter sido alvo dos outros grupos étnicos que compunham a sociedade de Cesareia. Entretanto, não logramos êxito em efetuar tal identificação específica, fato que nos levou a alterar nosso caminho. Passamos, assim, a buscar todas as passagens de nossa documentação textual que se referissem a quaisquer estruturas imobiliárias de cristãos, devidamente identificadas no próximo capítulo.

Muito embora não fora possível a identificação de quais os imóveis defendidos por Eusébio, onde se localizavam e qual a relação de seus proprietários com o bispo de Cesareia¹⁵, ainda assim, pudemos identificar evidências de que uma das estruturas imobiliárias mais importantes da cidade de Cesareia, a Biblioteca de Cesareia, pode ter sofrido danos na segunda metade do terceiro século.

Enquanto esteve sob a administração de Orígenes (ou mesmo um pouco depois) ela pode ter sofrido danos tanto em suas estruturas quanto em suas obras, quando períodos de perseguições ocorriam na região, o que de fato ocorreu sob o governo do Imperador Décio (249-251 d.C.), como nos faz saber o próprio Eusébio (*História Eclesiástica*, VIII, 2, 4):

No décimo nono ano do reinado de Diocleciano, no mês de Distros (que os romanos denominam março), na proximidade da festa da Paixão do Salvador, por toda a parte foram afixados os editos imperiais que ordenavam arrasar as igrejas até os alicerces e jogar as Escrituras ao fogo.

Mesmo que Eusébio não tenha feito relatos diretos sobre esse suposto ataque, Andrew Carriker (2003, p. 10 e 21) ratifica esta possibilidade, alegando que Orígenes foi aprisionado em 248 ou 249, e nesta época era comum que os bens de um condenado pudessem ser colocados à disposição dos juízes.

Podemos considerar, também, que o confisco de bens era uma atividade comum em algumas regiões do império. Barnes (1981, p. 83) argumenta que a

¹⁵ Objetivos desejáveis, porém não factíveis, devido a limitação da própria documentação.

própria família de Orígenes teria passado por este problema, quando ele ainda era uma criança.

Mesmo considerando os danos à Biblioteca de Cesareia como legítimos, não seria possível identificarmos os possíveis agressores ou os mandantes desses eventuais ataques, se foram oficiais ou advindos de um grupo étnico específico, disputando espaços de poder na cidade de Cesareia. No entanto, é possível inferir que a heterogeneidade e a multiplicidade étnico-culturais da cidade podem ter concorrido para acentuar disputas.

Conforme verificamos em nossa pesquisa, no início do século IV d.C. o cristianismo não pode ser entendido como uma religião majoritária na cidade de Cesareia, e a historiografia consultada reforça essa ideia em vários sentidos. Averil Cameron (1993, p. 78), por exemplo, argumenta que a conversão da aristocracia romana e, conseqüentemente, a utilização da expressão *sociedade cristã* para descrever o mundo romano, devem ser entendidos como movimentos pertencentes somente ao princípio do século V d.C. e não ao período investigado.

As reflexões de Benjamin Henri Isaac, professor de História Antiga na Universidade de Tel Aviv, publicada em uma obra recente, nos ajudaram a compreender melhor essa configuração étnico-cultural da Palestina. Ao investigar a presença da comunidade judaica em sua relação com outras comunidades locais, na Palestina, Isaac (2004, p. 73) afirma:

Minha sugestão é de que a esmagadora maioria das vilas possuíam uma população mista: pagã, judaica, cristã e samaritana [...]. Judeus e gentios teriam vivido lado a lado, tanto nas cidades como no campo [...]. Em todo caso, por volta do ano 300 d.C. poucas vilas poderiam ser descritas como homogêneas. Fica claro que Eusébio – seja qual for a data precisa do *Onomasticon*¹⁶ – escreveu-a antes da cristianização da Palestina ganhar impulso decisivo [...]. Sinagogas fornecem claras evidências de uma próspera presença judaica nas vilas onde são encontradas, mas elas não provam a ausência de gentios em tais comunidades (ISAAC, 2004, p. 73).

¹⁶ A data aproximada para a elaboração do *Onomasticon* é 324 d.C. (ver Anexo 2). Esta obra é um catálogo organizado em ordem alfabética, citando todos os lugares e cidades citados na Bíblia e que possuía localização conhecida (INSUELAS, 1943, p. 350).

Se a condição do cristianismo como minoritária, dentro de um contexto heterogêneo, já pode ser considerada consenso na historiografia¹⁷, ao menos nas obras consultada não encontramos referências que relacionem essa condição com a busca da autopromoção do bispo, muito menos em relação a defesa de um patrimônio imobiliário cristão.

Dentro desta gama de trabalhos acadêmicos analisados, produzidos no Brasil, o que mais se aproxima desta relação é também o mais antigo. A historiadora Andréia Cristina Lopes Frazão, em sua dissertação de mestrado, intitulada *Eusébio e a formulação de uma ideologia de apoio ao Estado Romano*, defendida no ano de 1990 junto à Universidade Federal do Rio de Janeiro, defende que Eusébio desenvolveu e procurou difundir, em sua *História Eclesiástica*, uma ideologia de governo própria, buscando uma identificação com o poder imperial. Para ela “Eusébio não era um ‘bajulador’ de Constantino, mas procurou mostrar que a união entre Igreja e Estado era um plano divino no qual o império só tinha a ganhar” (FRAZÃO, 1990, p. 273). Mesmo tendo sido produzido há mais de duas décadas, o trabalho de Andréia Frazão, além de buscar remover o estigma de Eusébio como adulator do Imperador Constantino, apresenta a novidade de não se concentrar no Imperador, mas sim em Eusébio de Cesareia, a principal fonte a respeito do mesmo. Ao menos neste ponto de vista nosso trabalho procurou trilhar um caminho semelhante, ao buscar esclarecer o posicionamento de Eusébio diante do poder imperial e não o contrário, ou seja, compreender a Constantino se utilizando das obras de Eusébio.

Pode parecer uma ideia tentadora, a possibilidade de encontrar a raiz da primeira atitude de aproximação entre Constantino e Eusébio. Não sendo possível a identificação de quem teria procurado o outro primeiro, nos contentamos em perceber que ambos tinham seus interesses e os de Eusébio estavam ligados à sua região. Assim, a descrição geral que Sivan (2008, p. 2) faz da Palestina é ilustrativa desta necessidade:

A Palestina, deixada por si mesma, teria permanecido um remanso provincial conhecida por romanos na Antiguidade Tardia por nada mais emocionante do que suas fábricas de linho, para os judeus da Diáspora por sua santidade e seus sábios, e para os cristãos por sua

¹⁷ Barnes, em um artigo intitulado *Statistics and conversion of the Roman Aristocracy* (1995), alerta para o uso desta generalização, refazendo uma análise do posicionamento religioso dos membros da aristocracia romana nos tempos de Constantino.

conotação bíblica. Mas a Palestina provou ser um desafio particular. [...] A cultura da Palestina, ao contrário de qualquer outra província do império tinha historiografias fluorescentes que dependiam de epifanias.

Deste ponto em diante, buscamos estabelecer relações entre a presença, as ações, as obras, as ideias, enfim, o legado deixado por Orígenes à cidade de Cesareia e o bispo Eusébio.

2.4 Orígenes e Eusébio em Cesareia

Por mais que Eusébio tenha escrito sobre Orígenes em termos muito mais ideológicos do que históricos, como defende Averil Cameron (1991, p. 144), sua importância para a valorização do cristianismo e formação de intelectuais cristãos na região da Palestina é inquestionável.

Eusébio, em sua *História Eclesiástica* (VI, 30) comenta o papel de Orígenes, como intelectual cristão, citando alguns de seus alunos como “o célebre Teodoro, que tinha o apelido de Gregório¹⁸, e seu irmão Atenodoro”. Na verdade, Eusébio parece colocar-se em débito com Orígenes, pois dedica o sexto livro desta obra quase exclusivamente para relatar acontecimentos relacionados com Orígenes.

Orígenes nasceu entre os anos de 185 e 186 d.C., em Alexandria, no Egito, onde passou toda sua infância, tendo presenciado em sua própria casa as ações de perseguição. Perdeu o pai enforcado, mas não sem antes enviar-lhe uma carta exortando a que resistisse ao sofrimento e não alterasse seu pensamento por causa de sua família (BARNES, 1981, p. 82-83). Morto seu pai em 203 d.C., sua família teve os bens confiscados pelo tesouro imperial, como era usual à época.

Sem ter como arcar com as despesas da família, Orígenes acaba sendo acolhido por uma rica viúva que custeou seus estudos e o considerava como filho (EUSEBIO DE CESAREIA, *História Eclesiástica*, VI, 2, 13). Esse auxílio foi fundamental para sua formação como professor de gramática, mas havia um incômodo, segundo Eusébio: o convívio com um antioqueno, não cristão, chamado Paulo. Neste ponto, chama atenção como Eusébio (*História Eclesiástica*, VI, 2, 14)

¹⁸ Também conhecido como Gregório Taumaturgo, após um período de aprendizado junto a Orígenes, na cidade de Cesareia Marítima, tornou-se bispo de igrejas localizadas na província do Ponto.

define o cristianismo de Orígenes: “mas Orígenes, que forçosamente tinha de conviver com ele, desde então deu provas brilhantes de sua ortodoxia¹⁹”. Considerando as possíveis datas de publicação das duas edições da História Eclesiástica (Anexo 2), podemos afirmar que ao menos a controvérsia ariana ainda não havia iniciado. O que nos leva a questionar de que ortodoxia Eusébio estaria argumentando, aqui.

Partindo do princípio que o cristianismo se difundiu na cidade de Alexandria desde os primeiros anos, pode-se afirmar que sua matriz se aproximaria muito de um Judaísmo Helenístico, portanto, dificilmente homogêneo (TRIGG, 1998). Poucas décadas antes do nascimento de Orígenes, Eusébio (*História Eclesiástica*, IV, 7) já havia tomado ciência de um cristianismo considerado herético na cidade de Alexandria, conhecido como gnosticismo. Joseph Trigg (1998, p. 3) identifica a presença de certa vinculação dogmática entre o cristianismo de Alexandria e o de Roma, já no início do terceiro século. E Orígenes não passaria incólume por essa tempestade de ideias que revolvia a Alexandria de seu tempo. Talvez por isso Eusébio tenha feito questão de reputar Orígenes como cristão ortodoxo.

Durante o desenvolvimento inicial de seus estudos junto ao filósofo Amônio Saccas²⁰, Orígenes já foi considerado um grande talento, sendo convidado, ainda muito cedo (18 anos), a assumir a direção da Escola de Alexandria (INSUELAS, 1943, p. 155). Não muito tempo depois, após o reconhecimento público de sua atividade junto aos catecúmenos feita por Demétrio, bispo de Alexandria, Orígenes experimentou uma rápida conversão ao ascetismo, que marcaria sua religiosidade de forma indelével.

Por este tempo, Orígenes toma uma atitude ao mesmo tempo de “fé e temperança” e de senso “inexperiente e juvenil” (EUSEBIO DE CESAREIA, *História Eclesiástica*, VI, 8, 1): sua auto castração (BARNES, 1981, 83). Orígenes interpreta literalmente o texto bíblico de Mateus 19:12, que diz: “E há aqueles que se fizeram eunucos por causa do reino dos céus”. Segundo Eusébio (*História Eclesiástica*, VI, 8, 2) a motivação de Orígenes foi sua necessidade de pregar tanto para homens como para mulheres e evitar qualquer possibilidade de acusação caluniosa.

¹⁹ Eusébio utiliza literalmente a palavra grega *ορθοδοξία*, ao falar de Orígenes.

²⁰ Segundo Trigg (1998, p. 11-12), Amônio Saccas foi um filósofo neoplatônico que ensinou Orígenes em seus anos iniciais de formação, e teria sido o responsável pelo conhecimento que Orígenes tinha sobre Platão, Aristóteles e os estoicos.

Sua fama se espalhou para além de sua cidade. Um governador da Arábia escreveu ao prefeito do Egito, solicitando uma audiência com Orígenes. A passagem do Imperador Caracala por Alexandria motivou sua ida à Cesareia Marítima, pela primeira vez, por volta de 215 d.C. (BARNES, 1981, p. 84). Em seguida ele volta à Alexandria, mantém sua condição de professor e inicia suas atividades como escritor. Eusébio (*História Eclesiástica*, VI, 18, 2) dá testemunho sobre a difusão da fama de Orígenes como sábio, informando-nos que homens cultos de seu tempo, cristãos ou não cristãos, o procuravam para aprender, não somente sobre teologia, mas também sobre filosofia (KOFISKY, 2000, p. 12).

Pouco tempo depois de 230 d.C., Orígenes decide deixar Alexandria definitivamente e muda-se para a cidade de Cesareia, levando consigo toda sua biblioteca pessoal. É difícil verificar o que significa afirmar que Orígenes tenha levado “toda” sua biblioteca pessoal consigo, para Cesareia, já que não há nenhum catálogo disponível, nem mesmo em suas obras ou nos textos de Eusébio. Em outros tempos talvez fosse possível questionar outros autores cristãos a respeito do acesso e uso de determinadas obras por parte do autor, mas mesmo isso poderia não levar a caminhos tão distantes quanto os desejáveis. Grafton e Williams (2006, p. 22). complementam nosso pensamento ao dizer que:

[...] as próprias obras de Orígenes contem uma variedade de sugestões; outros textos adicionam preciosas pistas para visualizar o quadro geral. Mas, no fim, as fontes não podem nos levar muito longe, elaborando um contexto crucial para qualquer reconstrução. As comunidades cristãs do terceiro século e sua cultura e instituições compartilhadas não podem fornecê-la. Os cristãos eram muito poucos, muito dispersos, muito desorganizados e, principalmente, muito pobres para apoiar uma falange de acadêmicos capazes de desenvolver sua própria cultura acadêmica independente (GRAFTON; WILLIAMS, 2006, p. 22-23).

Orígenes chega à Cesareia e logo é ordenado presbítero por Teoctisto, com apoio de Alexandre, bispo de Jerusalém. Não sabemos exatamente o que motivou sua mudança para esta cidade, mas podemos inferir, a partir de relatos de Eusébio (*História Eclesiástica*, VI, 19, 16-19), que pouca ou nenhuma relação deve ter havido com eventuais perseguições, mas sim com as rugas entre ele e o bispo alexandrino, Demétrio, que alegou irregularidade nas atividades públicas de Orígenes e na sua ordenação como presbítero.

Demétrio demonstra toda sua força como bispo convocando um sínodo em Alexandria que invalida a ordenação feita por Teoctisto e Alexandre, bispos de Cesareia e Jerusalém. A decisão do sínodo de Alexandria chegou até Roma, mas a resposta dos bispos palestinos foi realizada na mesma medida. Eis a narrativa de Barnes (1981, p. 84) sobre esta controvérsia:

Teoctisto e Alexandre realizaram um sínodo oposto, com a presença de bispos da Palestina, Arábia, Fenícia e Grécia, cuja resolução declarou Orígenes livre da jurisdição de Demétrio no momento em que deixou de residir em Alexandria [...]. A controvérsia (como a maioria na história da igreja cristã) deu origem a muito vitupério e desonestidade: a castração de Orígenes foi discutida publicamente, seus trabalhos foram interpolados na tentativa de convencê-lo de heresia e ele foi compelido a escrever longas cartas em defesa de sua vida e opiniões pessoais.

O silêncio de Eusébio acerca desta controvérsia, na *História Eclesiástica*, nos levou a refletir sobre suas intenções em defender a ortodoxia de Orígenes. Como seu principal mentor intelectual, Eusébio parece evitar qualquer margem para futuros questionamentos sobre a ortodoxia de Orígenes, o que poderia refletir no fortalecimento de suas próprias posições teológicas frente aos demais bispos de seu tempo.

Até este ponto da história de Orígenes, antes de sua mudança definitiva para a cidade de Cesareia, talvez o maior aprendizado que Eusébio obteve, analisando esses eventos, esteja relacionado à controvérsia sobre a ordenação de Orígenes. Tudo leva a crer que o bispo cesareno tenha percebido, através das articulações políticas demonstradas pelos bispos em disputa, a importância que os aspectos políticos tinham dentro da esfera eclesiástica. E mesmo que Eusébio já tivesse percebido essa importância das articulações políticas para o estabelecimento de uma verdade, o *modus operandi* dos bispos envolvidos pode ter inspirado suas ações futuras, o que pode ser verificado em sua participação na controvérsia ariana, analisada no capítulo anterior.

Tendo analisado os pontos da formação e história dos primeiros anos de Orígenes, passemos aos pontos de ligação entre a presença de Orígenes na cidade de Cesareia, o legado de sua passagem por essa cidade e a relação de tais itens com a figura central da presente Dissertação, ou seja, Eusébio de Cesareia.

A cidade de Cesareia, como vimos, tinha sua importância dentro da estrutura administrativa imperial. No entanto, em comparação aos demais centros cristãos do mundo Mediterrâneo, de acordo com Downey (1975, p. 25), somente a chegada de Orígenes proporcionou maior visibilidade à cidade de Cesareia. Ainda assim, o cristianismo se manteve como religião minoritária neste local até ao menos a metade do quarto século.

Pensamos que uma longa descrição da produção literária de Orígenes poderia desviar o foco de nossa análise, neste momento. Contudo, ao menos duas de suas obras mais importantes merecem destaque, exatamente por sua influência no trabalho de Eusébio: a *Hexapla*, uma “imensa e complexa comparação palavra por palavra, da Septuaginta com a Bíblia hebraica e outras traduções gregas” (TRIGG, 1998, p. 15); e a Tetrapla, quatro colunas paralelas e comparativas do Antigo Testamento traduzidas, nas versões gregas de Áquila, Símaco, Teodocião e a Septuaginta. (EUSÉBIO DE CESAREIA, *História Eclesiástica*, VI, 16, 1 e 4). Sobre a Hexapla Trigg (1998, p. 15) assevera que o original se perdeu, sem nunca ter sido copiado, talvez por sua monumentalidade e uso extremamente especializado.

Este tipo de trabalho minucioso, de comparação do texto bíblico, pode ter sido a influência principal que levou Eusébio a elaborar um trabalho muito semelhante, mas utilizando os evangelhos como se pode ver no Anexo 3 (BARNES, 1981, p. 94).

Talvez sua contribuição mais significativa esteja relacionada ao estabelecimento de uma escola e o desenvolvimento da famosa Biblioteca de Cesareia. David Runia (1996 p. 476) considera esta biblioteca uma das mais importantes do mundo antigo. Quanto à escola, Carriker (2003, p. 6) argumenta que ela não deve ser entendida como uma escola catequética ou de estudos teológicos avançados. Isto porque, o objetivo de Orígenes, ao estudar filosofia com seus alunos, seria “introduzir pagãos no cristianismo e cristãos na cultura clássica”. Orígenes atendia a uma ampla gama de elites que afluíam cada vez mais à cidade de Cesareia para aprender em sua escola e pesquisar em sua Biblioteca.

Analisando o legado de Orígenes em relação a escola de Cesareia, Aryeh Kofsky (2000, p. 12) argumenta que deve ter havido aproximações entre o que Orígenes ensinava e o que Pânfilo se propunha a ensinar, já que esse registro foi feito por Gregório Taumaturgo, este sim, discípulo direto de Orígenes. Segundo ele o ensino começava com estudos preparatórios de diálogos socráticos, passava por temas filosóficos como física, lógica e ética, e culminava com a ênfase na fonte de

toda virtude. Os estudando liam filosofia grega, mas o curso era concluído com uma exaustiva análise do texto bíblico, já que o objetivo principal de Orígenes era levar seus pupilos à uma verdadeira compreensão de mundo, que os afastasse dos erros dos filósofos (KOFISKY, 2000, p. 12-13).

Para Frazão (1990, p. 52), o grande mérito do pensamento e prática de Orígenes foi a utilização de categorias filosóficas para desenvolver sua teologia e exegese bíblicas. O pensamento de Barnes (1981, p. 86) corrobora com o de Frazão ao afirmar que a força e atratividade da teologia origenista se deve a seu conhecimento e uso de filósofos contemporâneos. Assim, as atividades desenvolvidas dentro da escola e dentro da biblioteca só foram possíveis devido a seu conhecimento aprofundado em filosofia.

Orígenes passou os últimos dias de sua vida útil em plena atividade junto à essas duas estruturas que lhe eram tão caras. Mas, após passar por uma série de torturas, de acordo com os relatos de Eusébio, Orígenes morre deixando para seus seguidores a manutenção e o cuidado de suas obras e pensamentos. Eis o relato de Eusébio sobre os últimos dias de Orígenes:

Quais e quão grandes foram os sofrimentos de Orígenes durante a perseguição, como ele encontrou uma saída, enquanto o maligno demônio com todo o seu exercito atacava-o à vontade e contra ele lutava empregando todo o seu poder e todos os seus artifícios [...]; quais e quantos foram os suplícios que Orígenes suportou por causa da palavra de Cristo, cadeias e torturas corporais, suplícios de ferro, suplícios nas profundezas das prisões; como, durante numerosos dias teve os pés nos cepos até o quarto buraco e foi ameaçado de ser lançado ao fogo; como corajosamente enfrentou tantas outras provas infligidas pelos inimigos, qual o resultado de tudo isso, pois o juiz se empenhava zelosa e absolutamente por não lhe tirar a vida (EUSÉBIO DE CESAREIA, História Eclesiástica, VI, 39, 5).

Após a morte de Orígenes, ocorrida em 253 d.C., os herdeiros de Orígenes se puseram a dar seguimento em seu trabalho junto à escola e à Biblioteca de Cesareia. O primeiro foi o bispo Teotecno, e já no final do século III d.C., Pânfilo e seus discípulos. Para Eusébio, seu mestre era um “genuíno filósofo” e “homem extremamente versado na palavra” (EUSÉBIO, *História Eclesiástica*, VII, 32), tendo acompanhando-o até sua morte, em 310 d.C., não sem antes produzir, com seu mestre, uma *Apologia* em favor de Orígenes (FRANGIOTTI, 2000, p. 10).

Assim, pudemos perceber que tanto a cidade de Cesareia, quanto a província da Palestina, o bispo Eusébio e mesmo o fortalecimento do cristianismo na metade

Oriental do Império Romano, devem muito de sua história e configuração à passagem de Orígenes por lá. Harold Drake (2002, p. 355-356) faz uma interessante descrição da figura de Eusébio, incluindo suas principais influências intelectuais, conforme destacamos neste capítulo:

[...] Eusébio emerge das sombras como um estudante da Escola de Cesareia, fundada originalmente pelo Orígenes, durante seu exílio de Alexandria, e mantida por seu devotado seguidor, Pânfilo, um rico membro da comunidade que foi aprisionado e afinal martirizado durante a Grande Perseguição.

A influência de Orígenes no trabalho de Eusébio é tão grande que seria preciso a elaboração de um novo trabalho, mais longo e mais aprofundado do que este, para extrair de dentro da literatura de um o espírito do outro. Orígenes pode ser chamado, assim, de o “progenitor intelectual” de Eusébio e sua presença pode ser sentida do primeiro ao último trabalho do bispo cesareno (DRAKE, 2002, p. 363).

Por fim, resta-nos destacar que a inexistência de contato direto entre Eusébio e Orígenes não pode ser vista como um impeditivo para aproximação entre ambos, já que toda a obra deste estava disponível àquele, no interior da Biblioteca de Cesareia. O pesquisador contemporâneo que for se debruçar sobre a influência de Orígenes no trabalho de Eusébio precisará estar atento à isto. Quanto a nós, coube-nos a percepção de que a valorização da cidade de Cesareia como centro de estudos e pesquisas e a própria produção literária de Eusébio deveu-se em grande medida a um trabalho iniciado por Orígenes meio século antes.

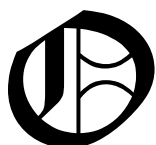
CAPÍTULO 3

No caso daqueles que tinham sido mortos, e cuja propriedade havia sido confiscada, ele [Constantino] decretou que a herança deveria ser transferida para o parente mais próximo, ou, na falta de herdeiros, para a igreja pertencente à localidade onde a propriedade se situava; e quando a herança tiver passado para outras mãos e tenha se tornado propriedade privada ou nacional, ele ordenou que deveria ser restaurada.

Hermas Sozomeno, História Eclesiástica, VIII

CAPÍTULO 3 A DEFESA DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO CRISTÃO NAS OBRAS DE EUSÉBIO DE CESAREIA

3.1 Considerações preliminares



contexto político-cultural na qual Eusébio de Cesareia viveu, dentro da cidade de Cesareia Marítima, teve importância significativa em sua forma de ver o mundo. Consequentemente, isso também influenciou em sua produção literária. Conforme demonstramos nos capítulos anteriores, a Cesareia de finais do século III d.C. e início do século IV d.C. apresenta composição étnico-cultural variada, de convivência nem sempre pacífica. A comunidade de cristãos desta cidade não será considerada numerosa durante o século quarto, menos ainda no século terceiro, quando Orígenes passa a residir neste lugar. No entanto, demonstramos que as estruturas cristãs deixadas por Orígenes nesta cidade – uma escola e uma considerável Biblioteca – permitiram-na ganhar em visibilidade e prestígio, frente ao mundo cristão.

Vimos, também, que as ondas de martírios que se abateram sobre os cristãos da parte oriental do império romano, em especial na Palestina, independentemente de sua intensidade, motivaram Eusébio a escrever uma obra exclusivamente destinada a narrar os eventos ligados aos martírios locais (*Sobre os Mártires da Palestina*) e mesmo a primeira edição de sua *História Eclesiástica*, nitidamente marcada pela atuação das figuras mais ilustres dentre os cristãos e pela presença do martírio.

As mudanças ocorridas no Império Romano com a chegada de Constantino ao poder, tanto no Ocidente, em 306 d.C., quanto no Oriente, em 324 d.C. (após sua vitória sobre seu co-Augusto, Licínio), forneceu um novo parâmetro para a visão de mundo de Eusébio e a elaboração de suas obras. Sobre essas mudanças, Caroline Humfress (2011) alerta para o perigo da generalização da legislação de Constantino como sendo favorável aos cristãos. Para ela, a legislação de Constantino deve ser analisada como uma resposta às circunstâncias do momento. Concordamos com sua posição, mas não pudemos deixar de perceber que o bispo de Cesareia se viu diretamente impactado pelo fim das perseguições. Uma demonstração clara é

perceptível quando notamos a inclusão de mais três livros em sua História Eclesiástica, continuando de onde havia parado anteriormente, avançando até a vitória de Constantino sobre Licínio e sua chegada ao poder de forma absoluta. Constantino permanecerá nesta posição até sua morte, ocorrida no ano de 337 d.C., e neste período não se pode dizer que cristãos tenham sofrido prejuízos por parte do poder imperial, exclusivamente por sua crença.

Para tais disposições existe uma exceção: os considerados hereges. Já temos demonstrado que Eusébio não escondeu de seus leitores que o Imperador Constantino estava à procura de consenso. Assim, os dissidentes teológicos que insistirem em manter suas posições podem sim, sofrer algum tipo de prejuízo. Deixemos a própria descrição de Eusébio nos mostrar um exemplo. A seguir incluímos excertos de uma carta do imperador acerca dos hereges:

O vencedor Constantino, Máximo, Augusto, aos hereges:

Reconhece agora, por meio desta disposição de lei, novacianos, valentinianos, marcionitas, paulinitas e os chamados catafrígios, em suma, todos os que figuram entre as heresias [...] fostes refratárias à verdade e inimiga da vida, e assessora da perdição! [...] Vivendo sempre em pecado sob a máscara da piedade, tudo vos contamina [...]. Porque, então precisamos tolerar por mais tempo tais baixezas? É sabido que a larga tolerância faz com que alguns santos se contaminem como por efeito de um deletério mórbido [...]

Pois bem, como já não é possível suportar por mais tempo esse desajuste nasce de vossa iniquidade, pela presente lei proibimos que quaisquer de vocês tenham a ousadia de realizar assembleias. Portanto, ordenamos a requisição de todos os vossos edifícios onde se fazem vossas assembleias, e fazemos chegar nossa solicitação tão longe que não somente em público, mas em casas particulares, nem em quaisquer lugares de direito privado possam realizar-se conciliábulos de vossa supersticiosa demência [...] Todos os que estão realmente interessados na verdadeira e pura religião, ide à Igreja Católica e participem de sua santidade [...] (EUSÉBIO DE CESAREIA, *Vida de Constantino*, III, 64-65).

Pelo excerto acima, pode parecer que tanto Constantino como Eusébio estariam já consolidando uma ortodoxia vinculada à Igreja Católica. Como já demonstramos anteriormente, não é possível estabelecer a consolidação de uma ortodoxia para o cristianismo neste período. Neste sentido, os comentários de Gurruchaga (1994, p. 328) são esclarecedores, na medida em que nos alerta sobre a ausência dos “melecianos e ou donatistas, tratados com leniência em Niceia”. Assim, ao mesmo tempo em que parece ter decidido por um dos lados em disputa,

no período, ou seja, a Igreja Católica, a ausência de determinados grupos pode confirmar nossa hipótese de que era mais importante o consenso do que o estabelecimento de uma verdade teológica. Isso, tanto para Constantino quanto para Eusébio.

Ao longo da elaboração de toda esta Dissertação, procuramos fazer uso da documentação textual selecionada, realizando diálogos com a historiografia consultada, sempre que possível. Mantivemos sempre presente, desta forma, a hipótese desta pesquisa que seria demonstrar que Eusébio de Cesareia procura defender o patrimônio imobiliário de cristãos de sua região, tendo em vista o ambiente étnico-cultural em que está inserido – e a conseqüente necessidade de fortalecimento de sua posição como representante dos cristãos –, somada à sua percepção sobre as mudanças que a estrutura imperial vinha promovendo aos cristãos de seu período e região.

Neste último capítulo, procuramos demonstrar todas as evidências disponíveis nas obras de Eusébio de que seus esforços em favor dos cristãos acabaram resultando no enriquecimento da cristandade como um todo. O que viria, futuramente, a promover o enriquecimento de toda a estrutura eclesiástica.

No entanto, tendo em vista nossa dificuldade em identificarmos pesquisas historiográficas que relacionam as obras de Eusébio de Cesareia à questão da defesa do patrimônio imobiliário cristão, incluímos breves comentários sobre as principais pesquisas que partem do mesmo *corpus documental* de nossa Dissertação.

Vale lembrar que a historiografia tem avançado grandemente no que se refere a reavaliar a participação e influência de Eusébio na estrutura imperial do início do século IV d.C., sem, no entanto, ter se apercebido de uma possível preocupação de Eusébio com o patrimônio imobiliário cristão, como fizemos. Sobre os avanços historiográficos recentes, Sabrina Inowlocki e Claudio Zamagni (2011, p. viii-ix) assim argumentam:

Durante a última década, Eusébio se tornou o foco da atenção de estudiosos. Nova luz tem sido derramada tanto sobre seus escritos quanto sobre sua personalidade, o que tem levado a uma reavaliação de seu significado. A influência de estudos pós-modernos tem contribuído para enxergar Eusébio como um participante ativo na construção da história, da teologia e da literatura da antiguidade tardia.

Dito isto, vejamos como as pesquisas mais recentes tem abordado a obra de Eusébio.

Em nossa pesquisa aos diversos bancos de dados disponíveis em território nacional foram encontrados, ao todo, oito Teses ou Dissertações mais diretamente ligadas com a obra de Eusébio¹.

Encontramos a dissertação de mestrado e a tese de doutoramento da historiadora Rosane Dias de Alencar, respectivamente defendidos em (1) 2007 e (2) 2012. Ambos os trabalhos buscam compreender a imagem construída a respeito do Imperador Constantino, centrando assim, seus esforços em compreender o tema da obra dos autores utilizados e não o pensamento destes autores. Além disso, a utilização aparentemente acrítica do termo pagão, no decorrer de seus trabalhos, faz transparecer uma possível confiabilidade depositada pela pesquisadora nas obras analisadas. Ela chega a concluir: “O que pode haver em comum entre pagãos e cristãos no Império Romano no século IV d.C.? Antes de tudo são cidadãos romanos” (ALENCAR, 2007, p. 157). Pode-se destacar, no entanto, a diversidade de fontes utilizadas pela pesquisadora, que vai das obras de Eusébio à Lactâncio², passando pelos panegíricos latinos.

Um desses panegíricos será a base do trabalho da historiadora Ana Paula Franchi, uma dissertação de mestrado defendida em (3) 2009 junto à Universidade Federal do Paraná. Sua preocupação neste trabalho é com a legitimação do poder imperial. Franchi defende que uma das bases para a legitimação imperial de Constantino e a consolidação do *dominato* foram os discursos laudatórios. Visando enfatizar as continuidades mais do que as rupturas, na transição da Antiguidade para a Antiguidade Tardia, Ana Paula Franchi defendeu a ideia de que “o Império Romano buscou inúmeras formas de garantir sua manutenção e continuidade, sofrendo, portanto, inúmeras transformações que englobaram desde reformas administrativas, até uma redefinição teórico-ideológica acerca do poder imperial” (FRANCHI, 2009, p. 71-72).

¹ Algumas dessas pesquisas já foram citadas e comentadas anteriormente, nesta Dissertação. No entanto, para manter a lógica de nosso discurso optamos por citá-las novamente.

² A obra de Lactâncio utilizada é *Sobre a Morte dos Perseguidores*, que trata da morte dos perseguidores dos cristãos desde o período do Imperador Nero até o período tetrárquico. Sua elaboração foi realizada entre os anos 314 e 315 e Barnes (2014, p. 9) o define como uma “sátira política grosseiramente tendenciosa”.

Outra Dissertação de mestrado encontrada foi defendida em (4) 2012 junto à Universidade Federal de Pelotas pela historiadora Edalaura Berny Medeiros, possui o título: *Ser cristão no século IV: identidade na História Eclesiástica de Eusébio de Cesareia*. Como a autora deixa claro, sua análise partirá exclusivamente da obra *História Eclesiástica*. Neste ponto, percebe-se uma linha de confluência entre seu trabalho e o do historiador Jeferson Ramalho (intitulado *O Eusébio de Constantino e o Constantino de Eusébio: o início das relações de poder entre a Igreja e o Estado*), defendido no mesmo ano de (5) 2012, e que pretende analisar as relações de poder entre Igreja e Estado, quase exclusivamente a partir da *História Eclesiástica*. Em ambos os casos, percebemos que uma das limitações desses trabalhos esteve relacionada ao limite de suas fontes. Como compreender a identidade cristã no século IV partindo da análise de uma única obra de determinado autor? Ou como compreender a visão que ambos tinham um do outro (Eusébio e Constantino), partindo de uma única obra? Além do mais, cabe-nos destacar nossa discordância com a visão de Jefferson Ramalho quanto à utilização da expressão a *Igreja*, já que entendemos não ser possível falar em uma Igreja cristã estabelecida, mas sim de formas de cristianismos que, em especial neste momento histórico (início do século IV d.C.), disputam espaços e representações, e lutam pela consolidação de suas ideias frente as demais.

Pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, no ano de (6) 2010, foi defendida a Dissertação de Diogo Pereira da Silva, intitulada *Os mecanismos de legitimação de Constantino I (306-326)*. Neste caso, reconhecemos o valor do trabalho por suas escolhas metodológicas claras com interpolação entre documentos textuais e cultura material. Ocorre que a utilização da documentação eusebiana, mais uma vez, aparece como fonte para pesquisas sobre Constantino e o próprio tratamento documental é relegado ao segundo plano, deixando escapar interesses e motivações de Eusébio.

Os dois últimos trabalhos que trataremos aqui, já foram suficientemente analisados no decorrer da elaboração de nosso trabalho. Mesmo assim, vale sua inclusão neste momento, para fecharmos os oito itens destacados acima. São eles a Dissertação de mestrado da Professora Andréia Cristina Lopes Frazão, defendida ainda em (7) 1990, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, intitulada *Eusébio e a formulação de uma ideologia de apoio ao Estado Romano*; e o trabalho de Robson Murilo Grando Della Torre, defendido em (8) 2011, junto à Universidade Estadual de

Campinas, intitulado *A atuação pública dos bispos no principado de Constantino: as transformações ocorridas no império e na igreja no início do século IV através dos textos de Eusébio de Cesareia*. Decidimos comentá-las juntas, neste momento, pois entendemos que existem convergências em suas visões da figura de Eusébio. Ambos tentam analisar as implicações políticas das ações e obras deste bispo em suas relações com o poder imperial.

Esse elemento político extraído de uma figura religiosa foi nossa principal motivação para a utilização de ambas as Dissertações no decorrer de nossa pesquisa. Notamos que trilhamos um caminho paralelo, por identificarmos em Eusébio a indissociável relação entre cultura e política.

Quanto aos trabalhos acadêmicos desenvolvidos em língua inglesa ou espanhola, além das obras de referência já extensamente analisadas no decorrer de nossa pesquisa, encontramos uma única Dissertação de Mestrado, defendida em 2012 junto à universidade americana Boise State University Graduate College, por Benjamin David Brandon. Nossas pesquisas aos bancos de dados encontraram variados livros publicados, mas sendo essa a única Dissertação julgamos conveniente comentá-la.

A nosso ver, ela é emblemática do caminho que a historiografia atual tem trilhado ao analisar os intelectuais da Antiguidade Tardia. Seu título, *Eusebius of Caesarea's Oration in Praise of Constantine as the Political Philosophy of the Christian Empire*, resume a ideia do autor: para ele, a *Oração em Louvor a Constantino* demonstra as influências filosóficas neoplatônicas de Eusébio de Cesareia, pois defende uma política imperial ligada ao papel espiritual do governante que deve imitar o *logos*, entendido como o próprio Cristo (BRANDON, 2012, p. 5). Neste trabalho, a influência intelectual de Orígenes sobre Eusébio é um elemento marcante.

Para além dos trabalhos acadêmicos citados, alguns artigos merecem destaque por sua inovação. O historiador britânico Richard Flower (2012), por exemplo, ao publicar seu artigo *Visions of Constantine*, apresentou suas impressões acerca de cinco obras³ recentemente publicadas que se relacionam com o

³ São elas: *Constantine: dynasty, religion and power in the later roman empire* (2011), de T. Barnes; *Der kaiser und sein got: das Christentum im denken und in der religionspolitik konstantins* (2010), de K. M. Girardet; *Imperial Rome AD 284 to 363: the New Empire* (2012), de J. Harries; *Remembering Constantine at the Milvian Bridge* (2011), de R. Van Dam; *When our world became Christian* (2010), de P. Veyne.

Imperador Constantino. Tivemos acesso a três dessas obras e devemos boa parte de nossa compreensão das mesmas às contribuições de Flower. Apesar de todas essas obras terem Constantino como objeto de estudo, percebemos que a sua abordagem em relação à Eusébio tem se alterado consideravelmente.

Esse foi exatamente o caso dos trabalhos mais recentes encontrados, produzidos em língua espanhola: um artigo de Esteban Moreno Resano, *El elogio del emperador Constantino en la literatura cristiana de su época*, publicado em 2013 no Anuario de Historia de la Iglesia; e um artigo de Florêncio Hubeňak, *La construcción del mito de Constantino a partir de Eusebio de Cesarea*, publicado em 2011 pela revista Polis. Ambos se aproximam das renovações historiográficas recentes ao investigarem Eusébio, e não somente utilizarem suas fontes como verdades construídas.

Ainda assim a produção de trabalhos como o de Santiago Castelanos, *Constantino: crear un emperador*, publicado em 2010, não chega a ser uma raridade, demonstrando a força que Constantino parece ainda exercer na mente dos pesquisadores deste período.

Mesmo que de forma parcialmente superficial, pudemos perceber pelas reflexões acima, que a historiografia tem avançado no sentido da compreensão das ações e intenções de Eusébio, mas que ainda há muito que caminhar. Podemos afirmar, ainda, que embora a produção bibliográfica relacionada ao bispo Eusébio de Cesareia seja vasta, não encontramos nenhum trabalho que relacionasse a condição minoritária do cristianismo e a heterogeneidade étnico-cultural da Província da Palestina com a busca do bispo Eusébio em se promover e buscar o fortalecimento do cristianismo a partir dos problemas enfrentados pelos cristãos de seu período. Por esse motivo, esperamos que nossa reflexão em relação à forma como Eusébio argumenta sobre o patrimônio imobiliário dos cristãos possa vir a somar com essa historiografia atual, que tem renovado a visão sobre a figura de Eusébio.

Desta forma, somos levados a concordar com Keith Jenkins (2009, p. 27) em relação às leituras do passado, pois para ele:

o passado e a história não estão unidos um ao outro de tal modo que se possa ter uma, e apenas uma leitura de qualquer fenômeno; que o mesmo objeto de investigação é passível de diferentes interpretações por diferentes discursos; e que, até no âmbito de cada

um desses discursos, há interpretações que variam e diferem no espaço e no tempo (JENKINS, 2009, p. 27).

A prática de confiscos e danos ao patrimônio imobiliário de cristãos condenados por motivos religiosos era comum por parte dos representantes do poder imperial. Esta afirmação está identificada, por exemplo, na *História Eclesiástica* (X, 5, 2-17) de Eusébio. Este trecho traz uma série de decretos do Imperador Constantino autorizando a devolução de bens imóveis à cristãos. A existência deste conjunto de leis ratifica a preexistência de uma lei contrária no mesmo sentido, ou seja, expropriando bens de um determinado grupo de pessoas. Eusébio ainda insere um decreto de Maximino Daia, considerado perseguidor, chamado de “tirano” pelo próprio Eusébio, nos mesmos termos (*História Eclesiástica* IX, 10, 7-11), ou seja, autorizando a devolução de casas, terras ou domínios dos cristãos, extorquidos ou confiscados por motivo religioso.

Dessa forma, temos como hipótese central que Eusébio, ao destacar em suas obras os danos materiais sofridos pelos cristãos de sua região, não está ingenuamente registrando aspectos de uma perseguição, e também não está sendo desonesto, exaltando os feitos do Imperador Constantino; entendemos que Eusébio busca sua afirmação como Bispo na cidade de Cesareia e uma valorização de todo cristianismo na região da Palestina diante de um Imperador que se mostra favorável aos cristãos, estando disposto a, não somente devolver os bens imobiliários que foram retirados anteriormente, mas também conceder benefícios aos cristãos de seu período. (EUSÉBIO DE CESAREIA, *História Eclesiástica*, X, 5, 15-16). Eusébio pode ter considerado que somente os favores do Imperador poderiam salvaguardar os imóveis de cristãos da região, afastando o risco de ataque de outras minorias locais.

Assim, entendemos que nosso tema de pesquisa é atual e esperamos contribuir para a compreensão e estudo da atuação pública do Bispo neste período de transição é que o início do século IV d.C., especialmente em relação as províncias orientais, bem como de sua relação com a corte imperial, já que não encontramos na historiografia contemporânea muita clareza sobre a atuação do bispo especificamente neste período.

3.2 O patrimônio imobiliário cristão e as obras de Eusébio

Quando iniciamos nossa jornada investigativa nas entranhas de nossa documentação textual, logo percebemos que Eusébio parecia repetir em vários pontos de seu discurso a questão patrimonial. Mas tão logo percebemos essa disposição de Eusébio, nos deparamos com a dificuldade de identificação de um tipo específico de patrimônio. Conforme argumentamos na introdução, a compreensão do que seria patrimônio vinha se alterando dentro do Império Romano, especialmente no início do século quarto, e as referências que Eusébio fazia em suas obras nos impediu de identificarmos um determinado tipo de patrimônio específico que ele pudesse querer proteger. Esses bens imóveis relatados por Eusébio, que haviam sido depredados ou confiscados, vendidos ou tomados, de cristãos de sua região, seriam de um grupo específico de pessoas? Ou mesmo de uma determinada região?

Se as investigações a respeito da formação de um patrimônio dentro das estruturas eclesiásticas ainda são escassas, como argumenta Carles Pérez (2004, 494), o que dizer de uma formação de patrimônio sob os cuidados de cristãos. Pérez faz uma investigação a respeito do desenvolvimento patrimonial eclesiástico em regiões africanas. Contudo, seu arco cronológico abarca o de nossa pesquisa, o que nos permite traçar alguns paralelos. Em sua argumentação, a crença no fim dos tempos, propagada entre os primeiros cristãos, fazia com que uma preocupação com os bens patrimoniais não fossem a ordem do dia (PÉREZ, 2004, p. 495), Contudo, essa realidade se altera com a percepção de que o fim não irá chegar e ainda mais com a chegada de Constantino ao poder. Concordamos com Pérez e entendemos que Eusébio é um representante dessa geração que passa a ver os ganhos patrimoniais como forma de subsistir e mesmo se sobrepor em sua cidade e região.

Avançando na busca pelas questões levantadas acima, nos deparamos com a importância da Biblioteca e da escola de Cesareia, estruturas físicas, à princípio, mas que extrapolavam essa condição ao se tornarem símbolo de um dos principais vetores de fortalecimento do discurso cristão, situado entre a *Paideia* clássica e a pesquisa bíblica, entendidos, portanto, como responsáveis pelo desenvolvimento de uma *Paideia* cristã.

Vimos esse desenvolvimento ser iniciado pelo próprio Orígenes. Quando se viu envolto em uma controvérsia envolvendo os bispos da Palestina e do Egito⁴, acerca de sua ordenação como bispo, Orígenes foi obrigado a se defender da acusação de ser helênico demais, argumentando que tomara o “manto dos filósofos”, aplicando seus ensinamentos às “Escrituras judaicas” (EUSÉBIO DE CESAREIA, *História Eclesiástica*, VI, 19, 8 e 14).

O desenvolvimento e fortalecimento do discurso cristão – processo que levou séculos para ser elaborado –, contou exatamente com a apropriação dos elementos culturais greco-romanos, com a *Paideia* do homem romano, somada aos elementos constitutivos da visão de mundo cristã. A força do trabalho da historiadora Margarida Maria de Carvalho (2010) vem justamente de sua percepção da importância da *Paideia* na Antiguidade Tardia. Ao analisar a proibição que o imperador Juliano impõe aos educadores cristãos de atuarem, afirma que sua intenção era impedir que “autores e mestres cristãos” pudessem “transmitir sua concepção de *Paideia*” (CARVALHO, 2010, p. 153).

Neste ponto percebemos um importante elemento de confluência, vertendo suas forças sobre a figura de Eusébio de Cesareia. Ele é tanto o bispo de sua cidade – e a função política do bispo junto ao poder imperial vem se tornando maior a cada dia, a partir do século IV d.C. – como o responsável pelo espaço físico onde se desenvolve a formação dos homens importantes de seu tempo. Helena Papa (2013, p. 44-45), ao analisar um conflito que se dá no âmbito discursivo, entre dois bispos do século IV d.C., percebe a importância tanto do bispo como de sua *Paideia* no período:

Sendo assim, ao investigarmos um conflito político-religioso no século IV d.C., através de uma dada documentação, notamos a influência dos discursos episcopais sobre os cidadãos. Essas personagens foram portadores de uma *paideia* e discurso político-cultural específicos, atuando como verdadeiros agentes de socialização (grifo do autor).

Compreendemos os aspectos políticos relacionados ao contexto vivido por Eusébio de forma ampla, ao percebermos, como viu Rosanvallon (2013, p. 71-72), que o político deve ser entendido como “o lugar em que se entrelaçam os múltiplos fios da vida dos homens e mulheres”, e que dá sentido à suas ações e seus

⁴ Ver o item 2.4 *Orígenes e Eusébio em Cesareia*, no capítulo anterior, para maior elucidação.

discursos. Pensando assim, pudemos enxergar a defesa do patrimônio imobiliário cristão presente na obra de Eusébio como mais uma tentativa de sobrepor o discurso cristão aos demais discursos presentes na Palestina do século IV d.C.

Nas páginas seguintes, traremos ao conhecimento do leitor todas as referências à defesa de um patrimônio cristão que pudemos identificar nas obras de Eusébio, articulando seu discurso às disposições do Imperador Constantino, sempre que possível, quer por meio de sua legislação, sua *Oração à assembleia dos santos* ou mesmo suas cartas, inseridas na *Vida de Constantino*, de Eusébio.

3.2.1 A História Eclesiástica

Em nossa análise desta obra de Eusébio, incluída no primeiro capítulo, esclarecemos que nossa utilização seguiria seu período de produção concomitante com a presença de Constantino no poder. Sendo assim, buscamos referências ao patrimônio imobiliário de cristãos, quer sejam eclesiásticos ou não, somente a partir do livro VIII.

No prólogo do livro VIII Eusébio já parece justificar o motivo de ter incluído esses últimos livros em sua obra, ao mesmo tempo em que reapresenta o tema dos livros anteriores. Eusébio (*História Eclesiástica*, VIII, prólogo) explica: “em sete livros inteiros, expusemos como se realizou a sucessão dos Apóstolos”. Conforme demonstramos anteriormente, as preocupações de Eusébio eram outras enquanto as ameaças frequentes de aprisionamento ou tortura o circundavam. Agora, o tema central de sua obra se altera. A primeira referência que faz aos bens patrimoniais de cristãos já consta em seu primeiro capítulo, conforme segue:

Era visível também de que favor todos os procuradores e governadores julgavam dignos os dirigentes de cada igreja! E quem poderia descrever aquelas concentrações de milhares de homens e aquelas multidões das reuniões em cada cidade, igual às célebres concorrências às casas de oração? Por esta causa, precisamente, já não contentes de modo algum com os antigos edifícios, levantaram desde as fundações, igrejas de grande amplitude por todas as cidades. Com o tempo isto avançava e cobrava cada dia maior vulto e grandeza, sem que inveja alguma o impedisse e sem que um mau demônio fosse capaz de fazê-lo malograr nem criar obstáculos com conjuros de homens, tanto a mão celestial de Deus protegia e custodiava seu próprio povo, porque em realidade o merecia (EUSÉBIO DE CESAREIA, *História Eclesiástica*, VIII, 1, 5-6).

Essa narrativa se passa em fins do século III d.C. (FRANGIOTTI, 2000, 398) e, apesar da falta de evidências em se comprovar o crescimento da riqueza das igrejas (JONES, 1986, p. 904) ou mesmo o volume de conversões.

Em seguida, Eusébio nos conta sobre um Édito de Diocleciano⁵ que além de mandar destruir os edifícios até os alicerces, ainda ordenava a destruição de todas as escrituras encontradas. Eusébio não deixa de incluir informações sobre cristãos da elite administrativa e do exército que perdem seu cargos, mas ter iniciado sua argumentação pelos bens imobiliários foi significativo para nosso trabalho.

No decorrer de todo o livro VIII, dedicado a comentar o período de perseguições chamado de “Grande Perseguição”, Eusébio não volta a comentar sobre bens imóveis, a não ser em seu último capítulo, quando faz sua primeira alusão ao posicionamento de Constantino, anexando uma lei de 311 d.C., assinada pelos quatro imperadores que dividiam o poder imperial, naquele momento: Galério, Maximino, Licínio e Constantino. Eis o trecho que nos interessa:

Mas como a maioria persistisse na mesma loucura e víssemos que nem rendiam aos deuses celestes o culto devido nem atendiam aos cristãos, firmes em nossa benignidade e em nosso constante costume de outorgar perdão a todos os homens, criamos que era necessário estender também de boa vontade ao presente caso nossa indulgência, para que novamente haja cristãos e *reparem os edifícios em que se reúnem*, de tal maneira que não pratiquem nada contrário à ordem pública (EUSÉBIO DE CESAREIA, *História Eclesiástica*, VIII, 17, 9).

Findo o Livro VIII com essa mudança, os primeiros Capítulos do Livro IX irão demonstrar o retorno da perseguição vivenciada por Eusébio no contexto do reinado de Maximino, no Oriente, no mesmo período em que Constantino derrota Maxêncio na famosa batalha da ponte Mílvia.

A próxima referência que Eusébio traz é uma lei de Maximino Daia, inscrita na cidade de Tiro. Apesar de não citar qualquer bem patrimonial, nela, a orientação do Imperador para seus concidadãos é que “sejam banidos e mantidos bem longe de vossa cidade e de vosso território” (EUSÉBIO DE CESAREIA, *História Eclesiástica*, IX, 7, 12) os que insistirem em permanecer cristãos. Conforme vimos anteriormente, os cidadãos banidos poderiam ter suas propriedades confiscadas pelo tesouro. Parte daí sua importância como referência para a questão dos bens patrimoniais.

⁵ Referência já incluída em nossa Introdução, a título de informação.

Maximino Daia, ainda governando sobre o Oriente, ao notar uma aproximação política entre Constantino e Licínio, resolve emitir uma carta que, segundo Eusébio, visava amenizar os atos contra os cristãos. Da análise que este bispo faz da carta de Maximino Daia, surge nova evidência de suas reais preocupações para o período:

Maximino assim agiu, coagido pela necessidade, embora a ordem diferisse de seu modo de pensar. Não era verídica, nem fidedigna, visto que, já antes, apesar de ter concedido semelhante permissão, sua maneira de agir havia sido versátil e enganadora. Em consequência, nenhum dos nossos ousou convocar assembleias, nem expor-se publicamente, porque a carta não o permitia. Ordenava apenas a abstenção de ultrajes contra nós; não obstante, não nos concedia o direito de convocar reuniões, nem, construir igrejas, nem realizar nenhuma das costumeiras celebrações (EUSÉBIO DE CESAREIA, *História Eclesiástica*, IX, 9A, 11).

Ao mesmo tempo em que Eusébio parece tentar manchar a imagem de Maximino, demonstra que somente a liberdade de ir e vir já não bastava. Sem a autorização para realizar quaisquer celebrações, como Eusébio poderia exercer suas funções junto à escola e à Biblioteca de Cesareia?

A última referência ao patrimônio imobiliário de cristãos de sua região que encontramos neste Livro IX é também a mais elucidativa. Como dissemos em nossa introdução, a preocupação de Eusébio não está, necessariamente, com os bens eclesiais, mas com o patrimônio de toda a cristandade. Para confirmar nossa afirmação, incluímos os principais pontos do decreto de Maximino, destinado a todas as províncias orientais:

O Imperador César Caio Valério, Maximino, Germânico, Sármeta, Pio Feliz, Invencível, Augusto. De todos os modos e continuamente, velamos pelo bem de nossos súditos [...]. Veio a nosso conhecimento que anteriormente, sob pretexto de terem os divinos Diocleciano e Maximiano, nossos pais, dado ordem de se proibirem as assembleias dos cristãos, os oficiais efetuaram muitas extorsões e confiscos e, depois, elas se multiplicaram cada vez mais contra os nossos súditos, pelo bem dos quais nos empenhamos com a devida solicitude e cujos bens particulares tinham sido dissipados. [...] A todos se evidencie que se torna lícito, em virtude da presente concessão, aos que quiserem, abraçar esta seita e religião. [...] Seja-lhes permitido construir as próprias igrejas. Além disso, a fim de que seja ainda maior a concessão, decidimos ordenar também o seguinte: se acaso algumas **casas ou terras, que de direito antes pertenciam aos cristãos e por ordem de nossos pais haviam se tornado possessão do fisco ou tinham sido tomadas por alguma cidade e esses bens foram vendidos ou doados, ordenamos que**

retornem ao primitivo domínio dos cristãos, visando a que também nisso todos fiquem cientes de nossa bondade e providência (EUSÉBIO DE CESAREIA, *História Eclesiástica*, IX, 10, 7-11, grifo nosso).

Se um Imperador que é tido por dissimulado, por Eusébio, pode elaborar tal rescrito, podemos imaginar o que o bispo cesareno não esperaria conseguir de Constantino. Suas expectativas não esclarecidas já no segundo capítulo do último Livro desta obra (X, 2, 2-3). Por este tempo, Constantino compartilhava o poder apenas com o Imperador Licínio e ambos parecem não ter frustrado as expectativas de Eusébio (*História Eclesiástica*, X, 2, 2), ao comentar que os imperadores vinham “aumentando e estendendo, por leis contínuas em favor dos cristãos, as dádivas provenientes da magnificência de Deus”.

O próximo documento presente em seus registros é o que ficou conhecido como o Édito de Milão, de 313 d.C. Na mesma linha do último decreto de Maximino, este documento não somente autorizava o culto cristão como exigia a restituição de todo o patrimônio confiscado anteriormente (*História Eclesiástica*, X, 5, 9-11). Relevante ainda é a informação de que entre os bens confiscados estaria não somente templos ou casas de culto, mas todo o tipo de bens imóveis:

Visto que, conseqüentemente, tua excelência compreende ser bem clara a formulação de nosso mandamento, que se apresse a restituir o mais depressa todas as coisas, jardins, casas, oi quaisquer bens pertencentes de direito às ditas Igrejas (EUSÉBIO DE CESAREIA, *História Eclesiástica*, X, 5, 17).

Por fim, esses foram os todos os excertos disponíveis na obra de Eusébio que nos auxiliaram a formular nossa hipótese de sua defesa ao patrimônio imobiliário dos cristãos. Hipótese que pode ser confirmada com a ajuda de outras duas obras de Eusébio, como veremos a seguir.

3.2.2 O Louvor a Constantino

Em relação à obra Louvor à Constantino, notamos que seus conteúdos estão mais relacionados à noção de realeza para Eusébio do que propriamente revelariam um posicionamento deste bispo em relação ao patrimônio imobiliário de cristãos de sua região.

Considerando que nossas reflexões a respeito da obra já foram realizadas em nosso primeiro Capítulo, gostaríamos apenas de destacar as considerações de Miguel Marvillá e Gilvan Ventura da Silva (2006, p. 385), que a consideram a síntese mais bem acabada da teologia política de Eusébio.

Mas em que medida essa obra pode auxiliar na confirmação de nossa hipótese? Partindo do pressuposto defendido por Drake (1976), de que esta obra na verdade se refere a dois discursos de Eusébio – um primeiro pronunciado por ocasião das Tricenárias de Constantino, em 25 de julho de 336 d.C.; e um segundo pronunciado em Jerusalém em setembro de 335, por ocasião da dedicação da igreja do Santo Sepulcro (DRAKE, 1976, p. 30-31) – buscamos identificar possíveis referências ligadas à questão patrimonial.

Uma delas nos parece óbvia, afinal de contas, pronunciar um discurso durante a dedicação de uma igreja construída sob as ordens e com o patrocínio do Imperador, já pode ser um elemento que liga seu discurso à defesa do patrimônio imobiliário cristão.

No entanto, a principal evidência desta defesa feita por Eusébio advém de seu primeiro discurso, pronunciado em Constantinopla. Ao realizar um sumário de cada capítulo do *Louvor à Constantino*, Harold Drake (1976, p. 33) faz a seguinte descrição do Capítulo IX:

Quando o politeísmo floresceu, os perseguidores atacaram pessoas inocentes e destruíram seus imóveis. Mas o soberano se opôs a eles com o Sinal e como resultado de sua vitória proclama a todos este Sinal e o Deus acima de todos. Ele dedicou magníficas construções à ele, maiores do que aquelas destruídas e, em retorno, foi honrado com um longo reino e descendentes dignos.

Nos demais capítulos do *Louvor à Constantino* não encontramos qualquer referência direta ao patrimônio. Tendo apresentado a descrição de Drake para o único capítulo que apresentou informações relevantes para nossa Dissertação, incluímos ainda um excerto dos pontos mais relevantes que identificamos no próprio discurso de Eusébio. Após iniciar o Capítulo IX comentando sobre as perversidades e atrocidades cometidas pelos inimigos de Deus, Eusébio passa a elogiar Constantino por sua disposição em promover o embelezamento das cidades, a construção de novas estruturas e, porque não, de novos templos. Assim segue seu relato:

Sim, aqueles loucos o suficiente para se colocar em oposição à Deus tiveram o seu fim. Mas aquele que triunfou sob o Signo da Salvação [...] fez novas estruturas ainda mais fortes do que as que haviam sido derrubadas [...]. Ele não só embelezou a cidade que leva o seu nome, com distintas salas de reuniões, como honrou a capital de Bitínia com uma das maiores e mais belas congregações, e ele também adornou as capitais das províncias restantes a cargo de seus iguais. Dois locais no Oriente se destacaram dos demais – um na Palestina [...] e outro na metrópole oriental que glorifica o nome de Antíoco. Neste último lugar, por ser a capital de toda a região dedicou uma estrutura maravilhosa e única por seu tamanho e beleza [...]. Na nação Palestina, no coração do reino hebreu, no lugar de evidência para a salvação, ele edificou uma enorme casa de oração [...]. E certamente esta é a maior prova do poder dAquele que ele honra, que tem exercido a justiça de modo tão imparcial e dado a cada um o que lhe é devido (EUSÉBIO DE CESAREIA, *Louvor a Constantino*, IX, 14-19).

Em todas as linhas que se seguem à este trecho do Capítulo IX do Louvor à Constantino, Eusébio faz descrições detalhadas sobre as estruturas e ornamentos realizados sob os auspícios de Constantino, em especial nas principais cidades do Oriente, região que interessa a nosso bispo.

3.2.3 A Vida de Constantino

Eusébio insiste em nomear esta obra como uma vida, no entanto, nenhum dos tradutores e comentaristas que consultamos a considera assim. Mesmo que esta seja uma obra repleta de elementos panegirísticos, seus tradutores (GURRUCHAGA, 1994; CAMERON; HALL 1999) a enquadram mais comumente como um gênero híbrido, composto pela soma de elementos de uma biografia, um panegírico e uma obra histórica (este último, elemento marcante na produção literária de Eusébio).

Esta obra está repleta de documentos, transcrições de cartas completas, decretos e leis de Constantino, e um volume sem conta de referências ao patrimônio imobiliário de cristãos. Mas encontramos, entremeados a esses documentos, um Eusébio que parece ter acompanhado as ações de Constantino ao longe, mesmo antes de sua vitória sobre Licínio, em 324 d.C. Sobre esse momento, Eusébio (*Vida de Constantino*, II, 20, 1) comenta: “entre nós se efetuou, como já antes, entre os ocidentais, um catálogo de disposições impregnadas de imperial humanidade”. Em seguida, adiciona: “estas disposições ordenavam devolver suas fazendas aos que

se havia confiscado”. Segundo Eusébio, as disposições de Constantino não somente restituíam aos vivos, mas também aos mortos, já que os bens confiscados aos falecidos também teriam devolução garantida.

Tal medida garantia a manutenção do patrimônio familiar, conforme atesta Eusébio (*Vida de Constantino*, II 21): “sobre as propriedades, efetivamente, ordenava reintegrar aos parentes os bens dos mártires de Deus que haviam ofertado sua própria vida na confissão da fé. No caso de não se localizarem, que as igrejas ficassem a cargo das heranças”.

Neste ponto convém incluir a legislação do próprio Constantino, presente no Código Teodosiano. Essa lei que permite aos cidadãos indicar a igreja como sua herdeira é particularmente interessante, já que nossa argumentação vai no sentido de perceber que a defesa do patrimônio imobiliário dos cristãos resultaria no futuro enriquecimento da própria estrutura eclesiástica. Assim encontra-se a lei:

O mesmo Augusto [Constantino] às pessoas:

Toda pessoa deve ter a liberdade de deixar em sua morte, qualquer propriedade que ela deseje ao mais santo e venerável concílio de Igreja Católica. Os Testamentos não devem se tornar ilegítimos. Não há nada mais justo ao homem do que a expressão de sua última vontade, já que eles não poderão desejar mais nada, devem ter liberdade de escolha, que não volta mais, não deve haver entraves⁶. (Código Teodosiano, XV, 2, 4).

Para concluirmos a demonstração de nossa hipótese passamos à transcrição dos trechos mais elucidativos acerca de existência de uma defesa ao patrimônio imobiliário de cristãos, presente na *Vida de Constantino*, começando pelo trecho de uma longa carta de Constantino à Palestina, datada de 324 d.C.:

Não se deve preterir a devolução dos patrimônios que, sob variados pretextos foram confiscados aos particulares. Pelo contrário, os que foram despojados de suas posses para encarar o perfeitíssimo e divinal combate do martírio com intrépida e arrojada decisão, ou mesmo os que exercendo confissões granjearam a esperança de tesouros eternos; e quantos foram forçados à deportação para não se entregar aos perseguidores e foram também espoliados de seus patrimônios; ou mesmo dos que não foram condenados à morte, mas

⁶ Código Teodosiano 16, 2, 4: *Idem a. ad populum. Habeat unusquisque licentiam sanctissimo catholicae venerabilique concilio decedens bonorum quod optavit relinquere. Non sint cassa iudicia. Nihil est, quod magis hominibus debetur, quam ut supremae voluntatis, post quam aliud iam velle non possunt, liber sit stilus et licens, quod iterum non redit, arbitrium. Proposita V non. iul. Romae Crispo II et Constantino II caess. cons.*

que tiveram o infortúnio de serem expropriados de seus bens, ordenamos que essas propriedades sejam designadas à seus parentes (EUSÉBIO DE CESAREIA, *Vida de Constantino*, II, 35, 1).

Constantino não somente legislou em favor do cristianismo, mas atuou junto aos bispos, em especial Eusébio, possivelmente para facilitar a criação de um consenso político entre os bispos. Em uma carta à Eusébio encontramos o que segue:

Com respeito às igrejas em que presides, ou aos demais bispos, presbíteros e diáconos que tu sabes que estão à frente das igrejas locais, peço que lembre-os de colocar todo zelo nos edifícios das igrejas, em reparar as existentes, realizar obras de ampliação e em construir novas, a partir da planta onde o local exigir. Você mesmo, e todos os demais por seu intermédio, solicitará o necessário dos governadores e do prefeito do pretório. A eles, com efeito, já foi enviada ordem de ser diligentes ao que for demandado por tua santidade (EUSÉBIO DE CESAREIA, *Vida de Constantino*, II, 46, 3).

Somente esta disposição poderia supor que a defesa de Eusébio seria para o próprio enriquecimento e somente da igreja que ele representa. Contudo, como foi referido acima o patrimônio imobiliário presente na obra de Eusébio não se restringe a uma categoria específica, ou a um grupo em particular. A defesa de Eusébio aparece nos mais variados campos, como nas disposições de sobrepor os templos e altares com igrejas cristãs, como vemos abaixo:

[...] Agora bem, dado que essas práticas nos parecem em aberta contradição com nossa época, e impróprias à santidade do lugar, quero vossa reverência vá até Acácio, nosso mais distinto amigo e *comes*, que recebeu uma carta minha com instruções para, sem demora pegar todos os ídolos que se encontrarem no mencionado local e que eles devem ser colocados no fogo e reduzido a cinzas, desde suas estruturas à seus alicerces [...], todas as edificações de mesma utilização procure, da maneira que achar melhor, e com todo o esmero, que toda a área ao redor seja purificada; e que, depois disso, segundo vosso próprio projeto, faça com que seja erguida no local uma basílica digna da Igreja Católica e Apostólica (EUSÉBIO DE CESAREIA, *Vida de Constantino*, III, 53, 2).

Neste ponto, julgamos prudente lembrar que não se deve compreender a Igreja Católica, citada por Eusébio e Constantino, como uma Igreja teologicamente sólida, com uma ortodoxia definida. Como vimos anteriormente, as próprias decisões dos concílios realizados podem apresentar decisões que um olhar desatento chamaria de incoerentes, mas que preferimos entender como um jogo de poderes

realizado no campo religioso, onde os aspectos políticos não podem ser desconectados.

Portanto, entendemos que mesmo os relatos de deposição de bens de grupos cristãos considerados cismáticos ou heréticos, ainda podem demonstrar que o tema do patrimônio se transformou em sua preocupação central. No entanto, talvez as passagens mais significativas, mais recorrentes e volumosas, sejam as relacionadas às restituições relativas ao período anterior, de perseguição um pouco mais intensa, em especial para Eusébio. Com isso, concluimos com um excerto neste sentido, onde lê-se:

[...] Aqueles [os perseguidores] publicaram decretos de seu próprio punho e letra contra os bispos; ele [Constantino], ao invés, enaltecendo com a honra de figurar do lado deles, promovendo as mais relevantes proclamações e leis. Aqueles demoliam desde o cimento das casas de oração, derrubando-as de alto à baixo; ele estabeleceu por força de lei, aumentar a altura das que havia e erigir outras de planta nova e magnífica escala, às expensas do mesmo erário imperial. (EUSÉBIO DE CESAREIA, *Vida de Constantino*, III, 1, 4).

* * *

Pelo que pudemos perceber, neste momento da história da Antiguidade Tardia, a multiplicidade de cristianismos em disputa e as feridas das perseguições ainda em processo de cicatrização exerceram grande influência na forma de pensar e de viver dos bispos e em suas relações com o poder imperial. Nossa análise se manteve centralizada na figura de Eusébio, mas não descartamos que interpretações análogas possam vir a ser feitas, futuramente, ao se pensar o início do século quarto a partir desta perspectiva. E a marcação destes elementos de forma constante em nosso trabalho se justifica, na medida em que encontramos pesquisas centradas nas relações entre os bispos e o poder imperial, mas que

destacam exatamente o contrário. Somente para citar um exemplo, trazemos as afirmações de Daniel de Figueiredo (2012, p. 148), que afirma:

As cartas cirilianas nos mostram que o envolvimento de Teodósio II na administração dos negócios eclesiásticos é inegável. Mas vamos mais além. Nossa constatação de que a existência de uma Corte heterogênea era requerida pelo soberano, de modo que ele poderia exercer o papel de árbitro de conflitos, assegurando para que nenhuma facção viesse a deter um poder extraordinário, favorecendo, assim, sua posição.

O arco cronológico de sua pesquisa situa-se um século à frente da nossa, mas nem por isso deixa de surpreender, já que a atitude do imperador é diametralmente oposta a de Constantino.

Por fim, acreditamos ter demonstrado que as obras de Eusébio podem e devem ser lidas de maneira distinta da leitura que tem sido feita pela historiografia até aqui. O pesquisador que se voltar para suas obras deve perceber: o que é ser bispo no início do século IV d.C., é muito diferente do que é ser bispo no final do século IV d.C. À bem da verdade, destacamos que a generalização da atuação do bispo, neste momento, é uma tarefa simplesmente impossível de se realizar, já que sua atuação junto à comunidade local, às camadas superiores e inferiores da população, está em plena fase de construção. Outrossim, pensamos ter trazido à tona um novo tema ainda não debatido pela historiografia, qual seja a de que a defesa do patrimônio imobiliário de cristãos seria um dos elementos responsáveis pelo aumento da importância de do cristianismo.

Conforme foi demonstrado⁷ (VEYNE, 2009b), desde a antiguidade romana o patrimônio tem sido utilizado para demonstrar poder. Não seria diferente neste momento da Antiguidade Tardia. Portanto, no momento em que cidadãos notáveis de seu tempo percebessem suas intenções rapidamente ele seria apoiado, já que estaria garantindo a manutenção de sua condição.

Ainda que a noção de patrimônio esteja em fase de transição, neste período (FUNARI; PELEGRINI, 2009), é preciso perceber que tais transformações são fruto exatamente da influência do cristianismo. Esse fato em si, já seria suficiente para termos atingido nosso objetivo de demonstrar a defesa do patrimônio imobiliário cristão nas obras de Eusébio. Contudo, pudemos ver, ainda, que Eusébio teria se

⁷ Ver. Introdução desta Dissertação.

apercebido da importância de suas atividades como mestre da escola e Biblioteca de Cesareia e, com isso, buscado formas de mantê-las protegidas, conservadas ou mesmo de ampliá-las.

Se a defesa do patrimônio era importante para consolidar a posição do bispo frente aos cidadãos de posses sob seus cuidados, a consolidação de uma *Paideia* cristã (BROWN, 1992; CAMERON, 1991) será o elemento que se provará responsável pela força que o cristianismo vai adquirir no futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Os estudos baseados na obra de Eusébio de Cesareia se revelam grandemente desafiadores para os historiadores da Antiguidade Tardia. Os desafios vão desde a identificação dos padrões e modelos de produção escrita utilizados em cada uma de suas obras, passando pela verificação e correspondência histórica de seu conteúdo ou à tentativa de identificação de suas motivações e interesses. Como bispo da cidade de Cesareia Marítima, capital da Palestina, no início do século IV, Eusébio se viu envolvido por questões religiosas que se mostraram imbricadas por aspectos políticos. Afinal de contas, o próprio Imperador lutava pela construção de um consenso político por meio do equilíbrio religioso entre os representantes dos cristãos.

O desenvolvimento de nossas reflexões mantendo sempre em mente a figura de Eusébio foi o ponto central que nos permitiu enxergar que ele, como bispo de uma cidade estrategicamente situada na região oriental do Império Romano, pode ser considerado um elemento propagador desta visão de mundo romano onde o cristianismo passa a figurar com centralidade, junto ao poder imperial.

A análise da documentação textual, como pudemos notar, demonstrou que Eusébio viveu em uma região intermitentemente abalada por ondas de perseguição. Sua produção textual está repleta de referências aos períodos de perseguições (especialmente na *História Eclesiástica*). Fica fácil perceber que neste contexto a vida acaba ocupando o lugar prioritário em sua argumentação. Ainda assim, percebemos que Eusébio ainda encontrou espaço para articular um discurso apologético, em suas obras, como um homem de Paideia que é. Contudo, demonstramos que as perspectivas de mudanças para a situação do cristianismo, diante do favorecimento da legislação imperial fizeram com que o tema das reflexões de Eusébio se alterasse significativamente, passando a defender o patrimônio imobiliário de cristãos de sua região.

Desta forma que as relações entre política e cultura se impuseram de forma mais contundente. É, portanto, desta forma que procuramos compreender o contexto da Antiguidade Tardia, especialmente no início do século IV d.C., como um momento onde não se pode diferenciar claramente os espaços da cultura e da política, em separados. Entendemos, e procuramos demonstrar, que esse período

onde o discurso cristão busca sua afirmação, onde os bispos buscam consolidar sua posição e proeminência sobre outras sés e onde as discussões teológicas agitam cada espaço de culto cristão, deve ser pensado como político-cultural.

A presente Dissertação procurou escapar do aprofundamento das ações do Imperador Constantino, pois nossa preocupação era compreender os motivos que levaram Eusébio a promover a defesa do patrimônio imobiliário cristão. Sendo assim, uma das possíveis lacunas deste trabalho refere-se à compreensão da política desenvolvida pelo Imperador diante das reivindicações, proposições e manobras políticas dos bispos. Mesmo assim, pudemos perceber – como argumentou Drake (1995) – que o Imperador Constantino estaria interessado em promover uma espécie de consenso político onde a religião tinha papel importante. Este é exatamente o ponto em que, pudemos nos aproximar da compreensão das ações de Eusébio frente a questões teológicas de seu período, como a controvérsia ariana.

Apesar de termos localizado e utilizado importantes trabalhos que avaliam e interpretam a atuação do bispo na Antiguidade Tardia, percebemos que poucos se preocupam em se debruçar sobre a figura do bispo Eusébio, muito embora haja uma documentação abundante disponível. Sendo assim, entendemos que nosso enfoque nesta pesquisa pode ser considerado atual e esperamos contribuir para a compreensão e estudo da atuação pública do Bispo no início do século IV d.C., especialmente em relação as províncias orientais, bem como de sua relação com o poder imperial.

Ainda quanto ao papel do bispo no início do século IV d.C., procuramos deixar claro no decorrer do trabalho, que essa análise chega a ser impossível, em certo ponto de vista. Defendemos que as ações dos bispos, neste momento, são tão singulares e a ausência de modelos comportamentais tão escassos, ou ainda em formação, que não se pode partir de um bispo para tentar entender os demais, por maior que seja sua proximidade cultural, política, social, religiosa ou mesmo ideológica.

Ao fim deste trabalho, pudemos perceber quão enriquecedora foi a utilização do Código Teodosiano na articulação de nossas reflexões. Afinal de contas, defender o patrimônio imobiliário de cristãos pressupõe, obrigatoriamente, a valorização da legislação imperial a este respeito. E Eusébio fez isso de forma ampla em sua *Vida de Constantino* (e de forma mais discreta em sua *História*

Eclesiástica). Este imperador não legislou somente para a elite eclesiástica, mas também para os cristãos como um todo.

Para além da já citada busca por consenso político, articulada pelo Imperador Constantino junto aos concílios e sínodos, por exemplo, percebemos e buscamos demonstrar que a própria condição de Eusébio, como bispo de Cesareia, já não era uma condição tão marginal, quanto se pode supor. Apesar das eventuais disputas envolvendo cristãos e não cristãos, a passagem de Orígenes pela cidade de Cesareia em meados do terceiro século d.C. pode estabelecer um marco na elevação do *status* dos cristãos naquela cidade. Importantes líderes políticos do período passaram pela escola fundada por Orígenes naquela cidade. A Biblioteca de Cesareia, também fundada por ele, é outra testemunha da importância de Cesareia e, alguns anos mais tarde, de Eusébio para a região.

Constantino acompanha os passos e percebe a influência de Eusébio junto as províncias orientais. Em nossa interpretação, o Concílio de Niceia, de 325 d.C., representou um marco na aproximação entre essas duas figuras que perceberam a confluência de seus interesses. Meses antes, Eusébio tinha sido destituído de suas funções no Concílio de Antioquia, por Ósio de Córdoba, um bispo assumidamente ortodoxo. Já em Niceia, mesmo não concordando plenamente com o credo acordado, Eusébio assina o documento. Estava articulada a aliança. Eusébio buscava apoio e proteção do Imperador, que poderia contar com Eusébio na busca por um equilíbrio, pelo consenso na vida política do Império Romano do século IV d.C.

Por fim, gostaríamos de destacar que nossa análise da documentação textual utilizada, longe de propor uma compreensão exaustiva das mesmas, pretendeu contribuir para a compreensão do papel do bispo Eusébio em suas relações com o poder imperial, relacionando suas obras que se relacionam com o Imperador Constantino. Contudo, sabemos das limitações inerentes à esta fase da pesquisa histórica, portanto, destacamos que uma análise da legislação de Constantino que se refere aos bens materiais de cristãos de seu período, relacionando à documentação de Eusébio, pode ser um caminho a ser trilhado num futuro próximo. Esperamos, ainda, que a figura historiográfica de Eusébio possa sair um pouco mais reabilitada desta pesquisa, e não mais seja vista como um mero panegirista, bajulador ou lobista do Imperador Constantino.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

Documentação primária impressa:

EDWARDS, Mark. **Constantine and Christendom**: The Oration to the Saints; The Greek and Latin Accounts of the Discovery of the Cross; The Edict of Constantine to Pope Silvester. Translated with notes and Introduction by Mark Edwards. Liverpool: Liverpool University Press, 2003.

EUSEBIO DE CESAREIA. **Vida de Constantino**. Introducción, Traducción y Notas de Martín Gurruchaga. Madrid: Editorial Gredos, 1994.

EUSÉBIO DE CESARÉIA. **História eclesiástica**. Tradução de Monjas Beneditinas do Mosteiro de Maria Mãe de Cristo. São Paulo: Paulus, 2000.

EUSEBIUS. **History of the martyrs in Palestine**. Edited and translated into English by William Cureton. London and Paris: Williams and Norgate, 1861.

EUSEBIUS. **Life of Constantine**. Introduction, Translation and Commentary by Averil Cameron and Stuart G. Hall. New York: Oxford University Press, 1999.

EUSEBIUS. **The Ecclesiastical History**. With an English translation by Kirsopp Lake. Vol. I. Loeb Classical Library. London: Harvard University Press, 1926.

EUSEBIUS. **The Ecclesiastical History**. With an English translation by J. E. L. Oulton. Vol. II. Loeb Classical Library. London: Harvard University Press, 1932.

EUSEBIUS. **In praise of Constantine**. With a historical study and new translation by H. A. Drake. Berkeley: University of California Press, 1976.

PHARR, Clyde (ed.). **The Theodosian Code and Novels and the Sirmondian Constitutions**. A Translation with Commentary, Glossary, and Bibliography. New Jersey: The Lawbook Exchange, 2001 (1ª edição: 1952).

Obras de Referência:

ALENCAR, Rosane Dias de. **As imagens de Constantino I nos documentos textuais dos séculos IV e VI**: múltiplas faces do poder em Roma. 2012. 228f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2012.

_____. **A construção da imagem do governante**: uma análise das representações do Imperador Constantino (306-337 d.C.). 2007. 171f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2007.

ALTANER, Berthold; STUIBER, Alfred. **Patrologia**: Vida, Obras e doutrina dos Padres da Igreja. São Paulo: Paulinas, 1972.

ARAÚJO, Sônia Regina Rebel de; ROSA, Cláudia Beltrão da; JOLY, Fábio Duarte (Orgs.). Apresentação. In: ARAÚJO, Sônia Regina Rebel de; ROSA, Cláudia Beltrão da; JOLY, Fábio Duarte (Orgs.). **Intelectuais, poder e política na Roma antiga**. Rio de Janeiro: NAU Editora - FAPERJ, 2010, p. 13-20.

BARNES, Timothy David. **Constantine: dynasty, religion and power in the later Roman Empire**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2014.

_____. Eusebius of Caesarea. In: **The Expository Times**. Vol. 121, n. 1, 2009, p. 1-14. Disponível em: <<http://ext.sagepub.com/content/121/1/1>>. Acesso em: 02 jun. 2012.

_____. Statistics and conversion of the Roman Aristocracy. In: **The Journal of Roman Studies**, Vol. 85, 1995, p. 135-147. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/301060>>. Acesso em: 26 jun. 2010.

_____. Panegyric, history and hagiography in Eusebius' Life of Constantine. In: WILLIAMS, Rowan. **The Making of Orthodoxy: essays in honour of Henry Chadwick**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989, p. 94-123.

_____. **Constantine and Eusebius**. Cambridge; Massachussets: Harvard University Press, 1981.

_____. Two speeches by Eusebius. In: **Greek, Roman and Byzantine Studies** 18. 1977, p. 341-345.

BLECKMANN, Bruno. Sources for the History of Constantine. In: LENSKY, Noel (ed.) **The Cambridge Companion to the Age of Constantine**. New York: Cambridge University Press, 2007, p. 14-34.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6ª ed. 1ª reimp. Vários trad. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRANDON, Benjamin David. **Eusebius of Caesarea's Oration in Praise of Constantine as the Political Philosophy of the Christian Empire**. Thesis (Masters of Art in History) – Graduate College, Boise State University, 2012.

BROWN, Peter. The Later Roman Empire. In: **The Economic History Review**, New Series, Vol. 20, nº 2, aug. 1967, p. 327-343. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2592161>>. Acesso em: 24 jun. 2010.

_____. Antiguidade Tardia. In: VEYNE, Paul (Org.). **História da Vida Privada: do Império Romano ao ano mil**. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Cia. Das Letras, 2009, p. 213-284. (1ª edição: 1985).

_____. **Through the eye of a needle: wealth, the fall of Rome, and the making of Christianity in the West, 350-550 AD.** Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2012.

_____. **Poverty and leadership in the Later Roman Empire.** Hannover; London: University Press of New England, 2002.

_____. **Power and Persuasion in Late Antiquity: towards a Christian empire.** Madison, University of Wisconsin Press, 1992.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** 2ªed. revista e ampliada. Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural.** Tradução de Leila Souza Mendes. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

CAMERON, Averil; HALL, Stuart G. Introduction, translation and commentary. In: EUSEBIUS. **Life of Constantine.** New York: Oxford University Press, 1999.

_____. **The Later Roman Empire.** Cambridge: Harvard University Press, 1993.

_____. **Christianity and the Rhetoric of Empire: the development of Christian discourse.** Berkeley: University of California Press, 1991.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Apresentação. In: ARAÚJO, Sônia Regina Rebel de; ROSA, Cláudia Beltrão da; JOLY, Fábio Duarte (Orgs.). **Intelectuais, poder e política na Roma Antiga.** Rio de Janeiro: NAU Editora - FAPERJ, 2010, p. 13-20.

CARRIÉ, J.-M. Introduction Bas Empire ou Antiquité Tardive? In: CARRIÉ, J.-M.; ROUSSELLE, A. **L'Empire Romain en mutation: des Sévères à Constantin.** Paris: Editions du Seuil, 1999, p. 9-25.

CARRIKER, Andrew James. **The Library of Eusebius of Caesarea.** Leiden: Brill, 2003.

CARVALHO, Margarida Maria de. **Paidéia e retórica no século IV d.C.: a construção da imagem do imperador Juliano segundo Gregório Nazianzeno.** São Paulo: Annablume, 2010.

_____. Prefácio: As marcas da política na construção de uma identidade plural. In: FUNARI, Pedro Paulo; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira (Org.). **Política e Identidades no Mundo Antigo.** São Paulo: Annablume, 2009.

CASTELLANOS, Santiago. **Constantino: crear un emperador.** Madrid, Sílex Ediciones, 2010.

CHADWICK, Henry. **The Role of the Christian Bishop in Ancient Society.** Protocol of the 35th Colloquy, The Center of Hermeneutical Studies in Hellenistic and Modern Culture, ed. by E. C. Hobbs and W. Wuellner, Berkeley/CA: 1980, p. 1-14.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Alges/Oeiras: Difel, 2002.

COUTROT, Aline. Religião e Política. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 331-363.

DANIÉLOU, Jean; MARROU, Henri-Irinée. **Nova História da Igreja**. Dos Primórdios a São Gregório Magno. Vol. I. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

DELLA TORRE, Robson Murilo Grando. **A atuação pública dos bispos no principado de Constantino: as transformações ocorridas no Império e na Igreja no início do século IV através dos textos de Eusébio de Cesareia**. 2011. 484f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011.

DILLON, John Noel. **The Justice of Constantine: law, communication, and control**. Michigan: The University of Michigan Press, 2012.

DOWNEY, Glanville. Caesarea and the Christian Church. In: FRITSCH, Charles T (ed.). **Joint expedition to Caesarea Maritima: studies in the history of Caesarea Maritima**. Missoula: Scholars Press, 1975, p. 23-42.

_____. Education in the Christian Roman Empire: Christian and Pagan theories under Constantine and his successors. In: **Speculum: journal of medieval studies**. Vol. 32, [n. 1]. Cambridge, Mass, Medieval Academy of America, 1957, p. 48-61.

DRAKE, Harold Allen. Intolerance, religious violence and political legitimacy in Late Antiquity. In: **Journal of the American Academy of Religion**. Vol. 79, n. 1, march 2011, p. 193-235. Disponível em: <<http://jaar.oxfordjournals.org>>. Acesso em: 25 jul. 2014.

_____. What Eusebius knew: the genesis of the *Vita Constantini*. In: **Classical Philology**, Vol. 83, n. 1, 1988, p. 20-38. Chicago: The University of Chicago Press. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/269634>>. Acesso em: 24 jun. 2010.

_____. **Constantine and the bishops: the politics of intolerance**. Baltimore; London: Johns Hopkins University Press, 2002.

_____. Constantine and Consensus. In: **Church History**. V. 64, n. 1, 1995, p. 1-15. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3168653>>. Acesso em: 11 fev. 2014.

_____. **In Praise of Constantine: a Historical Study and New Translation of Eusebius' Tricennial Orations**. University of California Press: Berkeley, 1976.

DRINKWATER, John. Maximinus to Diocletian and the 'crisis'. In: **The Cambridge Ancient History**. Second edition Vol. II. New York: Cambridge University Press, 2008, p. 28-66.

FIGUEIREDO, Daniel de. **A Controvérsia Nestoriana e suas implicações político-administrativas nas cartas de Cirilo de Alexandria (séc. V d.C.)**. 2012. 218 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Universidade Estadual Paulista – UNESP, Franca, São Paulo, 2012.

FINLEY, Moses I. **Uso e abuso da história**. Tradução de Marylene Pinto Michael. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FLOWER, Richard. Visions of Constantine. In: **Journal of Roman Studies**. Vol. 102, 2012, p. 287-305. Disponível em: <<http://journals.cambridge.org/JRS>>. Acesso em: 11 fev. 2014.

FOERSTER, Gideon. The early history of Caesarea. In: FRITSCH, Charles T (ed.). **Joint expedition to Caesarea Maritima: studies in the history of Caesarea Maritima**. Missoula: Scholars Press, 1975, p. 9-22.

FRANCHI, Ana Paula. **Poder imperial e legitimação no século IV d.C.:** o caso do “Panegírico de Constantino”. 2009. 99f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

FRANGIOTTI, Roque. Introdução e notas complementares. In: EUSÉBIO. **História Eclesiástica**. Tradução de Monjas Beneditinas do Mosteiro de Maria Mãe de Cristo. São Paulo: Paulus, 2000.

FRAZÃO, Andreia Cristina Lopes. **Eusébio e a formação de uma ideologia de apoio ao Estado Romano**. 1990. 308f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1990.

FRIGHETTO, Renan. Estruturas Sociais na Antiguidade Tardia Ocidental (séculos IV/VIII). In: SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Norma Musco (Org.). **Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural**. Vitória: Eufes, 2006, p. 223-240.

FUNARI, Pedro Paulo A. **Antiguidade clássica: a história e a cultura a partir dos documentos**. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

_____. PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. (2ª Ed.). Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

GIBBON, Edward. **Declínio e queda do Império Romano**. 1ª reimp. Tradução e notas suplementares de José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

GRAFTON, Anthony; WILLIAMS, Megan. **Christianity and the transformation of the book: Origen, Eusebius, and the Library of Caesarea**. Cambridge: Harvard University Press, 2006.

GURRUCHAGA, Martín. Introducción, traducción y notas. In: EUSEBIO. **Vida de Constantino**. Madrid: Editorial Gredos, 1994.

HABAS, Ephrat. The Halach status of Caesarea as reflected in the Talmudic Literature. In: RABAN, Avner; HOLUM, Kenneth G. (eds.) **Caesarea Maritima: a retrospective after two millennia**. Leiden: Brill, 1996, p. 454-468.

HALL, Stuart. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006.

HARRIES, Jill; WOOD, Ian (eds.). **The Theodosian Code: studies in the imperial law of late antiquity**. London, Bristol Classical Press, 2010. (1ª edição: 1993)

_____. **Law and Empire in Late Antiquity**. New Edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

HOLLERICH, Michael J. Religion and politics in the writings of Eusebius: reassessing the first “Court Theologian”. In: **Church History**. v. 59, n. 3, set. 1990, p. 309-325. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3167741>>. Acesso em: 24 jun. 2010.

HUBENÁK, Florencio. La construcción del mito de Constantino a partir de Eusebio de Cesarea. In: **POLIS: Revista de ideias y formas políticas de la Antigüedad Clásica**. N. 23, 2011, p. 61-88. Disponível em: <<http://dspace.uah.es/dspace/handle/10017/19640>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

HUMFRESS, Caroline. **Orthodoxy and the Courts in Late Antiquity**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2007.

_____. Bishops and law courts in late antiquity: how (not) to make sense of the legal evidence. In: **Journal of Early Christian Studies**, Vol. 19, n. 3, fall 2011, p. 375-400. Disponível em: <<http://muse.jhu.edu/journals/earl/summary/v019/19.3.humfress.html>>. Acesso em: 3 jan. 2013.

INOWLOCKI, Sabrina; ZAMAGNI, Cláudio (eds). **Reconsidering Eusebius: collected papers on literary, historical, and theological issues**. Leiden; Boston: Brill, 2011. (Supplements to Vigiliae Christianae).

_____. **Eusebius and the Jewish authors: his citation technique in an apologetic context**. Leiden; Boston: Brill, 2006.

INSUELAS, João Baptista Lourenço. **Curso de Patrologia: história da literatura antiga da igreja**. Braga: Escola tipográfica das Oficinas de São José, 1943.

IRSHAI, Oded. Fourth Century Christian Palestinian Politics: a glimpse at Eusebius of Caesarea’s local political career and Its Nachleben in Christian memory. In: INOWLOCKI, Sabrina; ZAMAGNI, Claudio (ed.). **Reconsidering Eusebius: collected papers on literary, historical, and theological issues**. Leiden; Boston: Brill, 2011, p. 25-38.

ISAAC, Benjamin. Jews, Christian and others in Palestine: The evidence from Eusebius. In: GOODMAN, Martin (ed.). **Jews in a Graeco-Roman world**. New Edition. New York: Oxford University Press, 2004, p. 65-74.

JENKINS, Keith. **A História Repensada**. Tradução de Mario Vilela. Editora Contexto: São Paulo, 2009.

JENKINS, Richard. **Social Identity**. 3rd edition. London and New York: Routledge, 2008.

JONES, Arnold Hugh Martin. **The later roman empire, 284 – 602: a social, economic, and administrative survey**. 2 vol. Baltimore: Johns Hopkins University, 1986.

_____. **The cities of the eastern roman provinces**. Oxford: Oxford University Press, 1937.

KOFSKY, Aryeh. **Eusebius of Caesarea against paganism**. Leiden; Boston: Brill, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7^a ed. revista. Tradução de Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Ferreira Borges. Campinas: Editora UNICAMP, 2013.

LEHMANN, Clayton Miles; HOLM, Kenneth G. **The Greek and Latin inscriptions of Caesarea Maritima**. Boston: American School of Oriental Research, 2000.

LEVINE, Lee I. **Caesarea under Roman rule**. Leiden: E. J. Brill, 1975.

LIEU, Judith M. **Christian identity in the Jewish and Graeco-Roman World**. New York: Oxford University Press, 2006.

LIEU, Samuel N.C. Introduction: Pagan and Byzantine historical writing on the reign of Constantine. In: LIEU, Samuel N.C.; MONTSERRAT, Dominic. **From Constantine to Julian: Pagan and Byzantine views**. London and New York: Routledge, 2003, p. 1-38.

MACHADO, Carlos Augusto Ribeiro. Entre a frivolidade literária e a sátira política: a História Augusta. In: ARAÚJO, Sônia Regina Rebel de; ROSA, Cláudia Beltrão da; JOLY, Fábio Duarte (Orgs.). **Intelectuais, poder e política na Roma antiga**. Rio de Janeiro: NAU Editora - FAPERJ, 2010, p. 207-234.

_____. Edifícios e política na Roma tetrárquica (285-303 d.C.). In: CARVALHO, Margarida Maria de; LOPES, Maria Aparecida de S.; FRANÇA, Susani Silveira Lemos (Orgs.). **As cidades no tempo**. Franca: PPGH-UNESP, 2005, p. 87-111.

MACMULLEN, Ramsay. **The second church: popular Christianity A.D. 200-400**. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2009.

MARKUS, Robert A. **The end of ancient Christianity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

MARROU, Henri-Irenée. **Decadence Romaine ou Antiquité Tardive?** Paris: Éditions du Seuil, 1977.

_____. **História da educação na Antiguidade**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1975.

MARVILLA, Miguel. **O Império Romano e o Reino dos Céus**: a construção da imagem sagrada do imperador em *De laudibus Constantini*, de Eusébio de Cesareia (séc. IV d.C.). Vitória: Flor & Cultura, 2007.

MEDEIROS, Edalaura Berny. **Ser cristão no século IV**: identidade na *História Eclesiástica* de Eusébio de Cesareia. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas – Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2012.

MILES, Richard. Introduction: construction identities in late antiquity. In: MILES, Richard. **Constructing Identities In Late Antiquity**. New York: Routledge, 1999, p. 1-15.

MONDONI, Danilo. **História da Igreja na Antiguidade**. 2ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

MORENO RESANO, Esteban. El elogio del emperador Constantino en la literatura cristiana de su época. In: **Anuário de Historia de la Iglesia**, vol. 22, 2013, p. 83-109. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=35527021005>>. Acesso em: 26 jun, 2014.

ODAHL, Charles Matson. **Constantine and the Christian empire**. 2nd edition. Oxford; New York: Routledge, 2010.

OÑATIBIA, Ignacio. **Patrologia**. Hasta el concílio de Nicea. Vol. I. Madrid: La editorial Católica, S.A., 1985.

PAPA, Helena Amália. **A contenda entre Basílio de Cesareia e Eunômio de Cízico (séc. IV d.C.)**: uma análise político-religiosa. São Paulo: Annablume, 2013.

_____. A autoafirmação de um bispo: Gregório de Nissa e sua visão condenatória aos Eunomianos (360-394 d.C.). 2014. 220f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista – UNESP. Franca, 2014.

PATRICH, Joseph. **Studies in the archeology and history of Caesarea Marítima**: caput judaeae, metropolis palaestinae. Leiden: Brill, 2011a.

_____. Caesarea in the Time of Eusebius. In: INOWLOCKI, Sabrina; ZAMAGNI, Claudio (ed.). **Reconsidering Eusebius**: collected papers on literary, historical, and theological issues. Leiden; Boston: Brill, 2011b, p. 1-24.

PÉREZ, Carles Buenacasa. La creación del patrimonio eclesiástico de las iglesias norteafricanas em época romana (siglos II-V): renovación de la visión tradicional. In: **Sacralidad y Arqueología**. Ant. Crist. (Murcia) XXI, 2004, p. 493-509.

PIERRARD, Pierre. **História da Igreja**. Tradução de Álvaro Cunha. São Paulo: Edições Paulinas, 1982.

QUASTEN, Johannes. **Patrology**: Vol. III. 3rd print. Westminster, Maryland: Christian Classics, 1986.

RABAN, Avner; HOLUM, Kenneth G. (eds.) **Caesarea Maritima: a retrospective after two millennia**. Leiden: Brill, 1996.

RAMALHO, Jefferson. O Eusébio de Constantino e o Constantino de Eusébio: o início das relações de poder entre a Igreja e o Estado. 2012. 157f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2012.

RAPP, Claudia. **Holy Bishops in Late Antiquity: the nature of christian leadership in an age of transition**. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 2005.

RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2^a ed. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003a, p. 442-450.

_____. Uma história presente. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2^a ed. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003b, p. 13-36.

RODRIGUEZ GERVÁS, Manuel José. **Propaganda política y opinión pública en los panegíricos latinos del Bajo Imperio**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1991.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. 1^a Reimpressão. São Paulo: Alameda, 2013

RUNIA, David T. Caesarea Maritima and the survival of Hellenistic-Jewish literature. In: RABAN, Avner; HOLUM, Kenneth G. (eds.) **Caesarea Maritima: a retrospective after two millennia**. Leiden: Brill, 1996, p. 476-495.

SÁNCHEZ, Begoña Enjuto. Las disposiciones judiciales de Constantino y Juliano a propósito de las tierras de los templos paganos. In: **Gerión**. N.º 18, 2000, p. 407-423.

SANDWELL, Isabella. **Religious identity in Late Antiquity: Greeks, Jews and Christians in Antioch**. New York: Cambridge University Press, 2007.

SCHOTT, Jeremy M. Living like a Christian, but playing the Greek: accounts of apostasy and conversion conversion in Porphyry and Eusebius. In: **Journal of Late Antiquity**. Vol. 1, n. 2, 2008, p. 258-277. Disponível em: <<http://muse.jhu.edu/journals/jla/summary/v001/1.2.schott.html>>. Acesso em: 8 fev. 2014.

_____. Eusebius' Panegyric on the building of Churches (HE 10.4.2-72): aesthetics and the politics of Christian architecture. In: INOWLOCKI, Sabrina; ZAMAGNI, Claudio (ed.). **Reconsidering Eusebius: collected papers on literary, historical, and theological issues**. Leiden; Boston: Brill, 2011, p. 177-198.

_____. **Christianity, Empire, and the Making of Religion in Late Antiquity.** Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2008.

SCHREMER, Adiel. **Brothers estranged:** heresy, Christianity, and Jewish identity in late antiquity. New York: Oxford University Press, 2010.

SILVA, Diogo Pereira da. **Os mecanismos de legitimação de Constantino I (306-326).** 2010. 152f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História Comparada – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Érica Cristhyane Morais da. **Igreja, conflito e poder no século IV d. C.:** João Crisóstomo e o Levante das Estátuas em Antioquia. 2006. 187f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Naturais – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2006.

SILVA, Gilvan Ventura da; MARVILLA, Miguel. De Laudibus Constantini: o discurso de Eusébio de Cesareia sobre a realeza. In: **Dimensões.** Vol. 18, 2006, p. 384-392. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2452/1948>>. Acesso em: 25 out. 2012.

_____; MENDES, Norma Musco. Diocleciano e Constantino: a construção do Dominato. In: SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Norma Musco. (Orgs.). **Repensando o Império Romano:** perspectiva socioeconômica, política e cultural. Vitória: Edufes, 2006, p. 193-222.

_____. A relação Estado/Igreja no Império Romano (séculos III e IV). In: SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Norma Musco. (Orgs.). **Repensando o Império Romano:** perspectiva socioeconômica, política e cultural. Vitória: Edufes, 2006, p. 241-266.

SPERBER, Daniel. **The city in Roman Palestine.** New York and Oxford: Oxford University Press, 1998.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política.** 2ª ed. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-270.

SIVAN, Hagith. **Palestine in Late Antiquite.** Oxford: Oxford University Press, 2008.

SPERBER, Daniel. **The city in Rome Palestine.** New York: Oxford University Press, 1998.

TRIGG, Joseph W. **Origen.** London and New York: Routledge, 1998.

VAN DAM, Raymond. **The Roman Revolution of Constantine.** New York: Cambridge University Press, 2008.

_____. **Remembering Constantine at the Milvian Bridge**. New York: Cambridge University Press, 2011.

VEYNE, Paul Marie. **Quando nosso mundo se tornou cristão**. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições texto & grafia, 2009a.

_____. O Império Romano. In: VEYNE, Paul (Org.). **História da Vida Privada 1: Do império Romano ao ano mil**. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Cia. Das Letras, 2009b, p. 17-212. (1ª edição: 1985).

_____. **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a história. 4ª ed. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora UNB, 1998.

ANEXOS

ANEXO 1

CRONOLOGIA

Tempos de Constantino

- 273 Nascimento de Constantino em Naissus (27 de fevereiro)
- 285 – 93 Diocleciano e Maximiano co-augustos e planos para a primeira Tetrarquia.
- 293 – 305 Primeira Tetrarquia com Diocleciano e Galério como Augusto e Cesar no leste e Maximiano e Constâncio como Augusto e Cesar no oeste; e Constantino serve como tribuno.
- 303 – 5 Início dos dez anos da “Grande Perseguição” aos cristãos.
- 305 – 6 Segunda Tetrarquia com Constâncio e Galério co-augustos.
- 306 Constantino é aclamado Imperador em York, na Britânia (25 de julho).
- 306 – 11 Constantino é imperador dos gauleses durante o rompimento da segunda Tetrarquia.
- 312 Campanha italiana e conversão de Constantino ao cristianismo – derrota de Maxêncio na Batalha da Ponte Mílvia (28 de outubro).
- 313 – 314 O Édito de Milão encerra a “Grande Perseguição” aos cristãos e o Concílio de Arles lida com o cisma donatista.
- 315 *Decennalia* em Roma, com o Arco de Constantino e a construção de basílicas cristãs (São João, São Pedro e São Paulo).
- 316 – 23 Constantino é Augusto sênior junto ao Danúbio e “guerra fria” religiosa com Licínio.
- 321 – 24 Constantino proferi sua *Oração à Assembleia dos Santos*.
- 324 Cruzada Oriental e triunfo do cristianismo – derrota de Licínio na Batalha de Crisópolis (18 de setembro).
- 325 “Edito de Religião” favorece o cristianismo sobre o paganismo e o Concílio de Niceia trata da Controvérsia Ariana.
- 326 Fim da *Vicennalia* na Itália e tragédia dinástica com as mortes de Crispus e Fausta.
- 326 – 27 Peregrinação de Helena à Palestina e construção de basílicas na Terra Santa (Santo Sepulcro, Natividade e Eleona).

- 327 – 30 Última viagem ao ocidente e campanhas ao longo dos rios Reno e Danúbio.
- 330 Dedicção de Constantinopla (11 de maio) e construção de basílicas cristãs na nova capital (*Hagia Sophia, Hagia Eirene e Hagioi Apostoloi*).
- 330 – 36 Campanha final junto ao Danúbio e intervenções nas controvérsias eclesiásticas, com *Tricennalia* na nova capital.
- 337 Morte de Constantino perto de Nicomédia (22 de maio) e sepultamento na Igreja dos Santos Apóstolos, em Constantinopla.
- 337 – 63 Governos de filhos e sobrinhos de Constantino.

ANEXO 2

CRONOLOGIA

Vida e Obras de Eusébio

- 260 – 264** Nascimento de Eusébio (e de Ario).
- 285 – 286** Chegada de Pânfilo à Cesareia.
- Antes de 300¹** Eusébio compõe a primeira edição das *Crônicas* e da *História Eclesiástica* (os sete primeiros livros).
- 299** Cristãos são expulsos do exército no Leste.
- 303 – Páscoa** Começo da perseguição na Palestina.
- 306 – Jul.** Morte de Constâncio em York. Constantino é proclamado imperador e finda a perseguição na Gália, Britânia e Hispânia.
- 306 – 307** Fim da perseguição na Itália e África.
- 307 – Nov.** Pânfilo é aprisionado.
- 308 – 310** A *Apologia em favor de Orígenes* é iniciada por Pânfilo. Eusébio completa o sexto livro desta obra.
- 308 – 311** Eusébio finaliza a *Crônica* após maio de 311.
- 310 – Fev.** Morte de Pânfilo.
- 310 – 311** Eusébio elabora a *Vida de Pânfilo*.
- 311 – Abr.** Edito de Tolerância de Galério. Perseguição temporariamente abrandada. Eusébio escreve a maior parte de *Sobre os Mártires da Palestina*.
- 311 – final** Maximino Daia renova a perseguição no Oriente. Eusébio viaja para Fenícia e Egito. Eusébio provavelmente² compõe o *Contra Hiérocles*.
- 313 – Verão** Morte de Maximino Daia. Fim da perseguição. Possível segunda edição da *Crônica*.

¹ Gurruchaga segue a datação de Barnes para a primeira edição da *História Eclesiástica* e das *Crônicas*, informada acima. Já para Carriker (2003, p. 38), uma primeira edição das *Crônicas* só teria começado a circular por volta do ano 310 d.C., enquanto a primeira edição da *História Eclesiástica* teria ocorrido entre os anos de 313-314 d.C.

² Mesmo atribuindo a obra *Contra Hiérocles* à Eusébio de Cesareia, Carriker (2003) identifica as contradições sobre sua autoria. O uso do termo “provavelmente”, acima, indica esta possibilidade. Por sua vez, Barnes (2009, p. 1) não deixa margem para dúvidas de que se trata da obra de um autor homônimo ao bispo de Cesareia.

- 310 – 313** Escrita da *Introdução elementar geral*. Restam os livros VI-IX, conhecidos pelo título de *Eclogae prophetae* (Extratos Proféticos).
- 315** Por volta deste período Eusébio foi elevado ao episcopado de Cesareia, e pronuncia seu panegírico da nova igreja em Tiro
- 314 – 18** Eusébio escreve a *Preparatio Evangelica*.
- 315 – 16** Segunda edição da *História Eclesiástica*.
- 318 – 23** Eusébio elabora a *Demonstratio Evangelica*.
- c. 320** Eusébio escreve as *Questões sobre o Evangelho e suas soluções* (direcionadas à Estéfano e Marino).
- c. 321** Sínodo de Cesareia (Ário é absolvido, mas pede para submeter-se à seu bispo).
- Antes de 324** Elaboração do *Contra Porfírio*.
- 324** Constantino vence Licínio e toma posse da parte Oriental do Império.
- Após 324** Elaboração das obras *Onomasticon*, *Tratado Sobre a Páscoa*, *Theophania*, *Comentário sobre Isaías* e *Comentários dos Salmos*.
- 325 - Primav.** Concílio de Antioquia, presidido por Ósio de Córdoba (Eusébio é excomungado).
- 325 – Verão** Concílio de Niceia (Eusébio é reabilitado). Eusébio escreve uma carta à seu rebanho, explicando sua posição.
- 325 – 26** Edição final da *História Eclesiástica* (com exceção de X, 5-7). Edição final das *Crônica*.
- 327 – 28** Sínodo em Nicomédia (reabilitação de Ario e Eusébio de Nicomédia).
- 328** Concílio de Antioquia (deposição de Eustáquio).
- 334** Concílio de Cesareia.
- 335** Concílio de Tiro (deposição do bispo Atanásio). Eusébio pronuncia um discurso sobre a Igreja do Santo Sepulcro em Jerusalém (17 de setembro). Atanásio é exilado em Treveris (novembro). Eusébio vai à Constantinopla e pronuncia o discurso sobre a Igreja do Santo Sepulcro.
- Após 335** Eusébio compõe *Contra Marcellum* (Contra Marcelo) e *De ecclesiastica theologia* (Sobre a teologia eclesiástica).

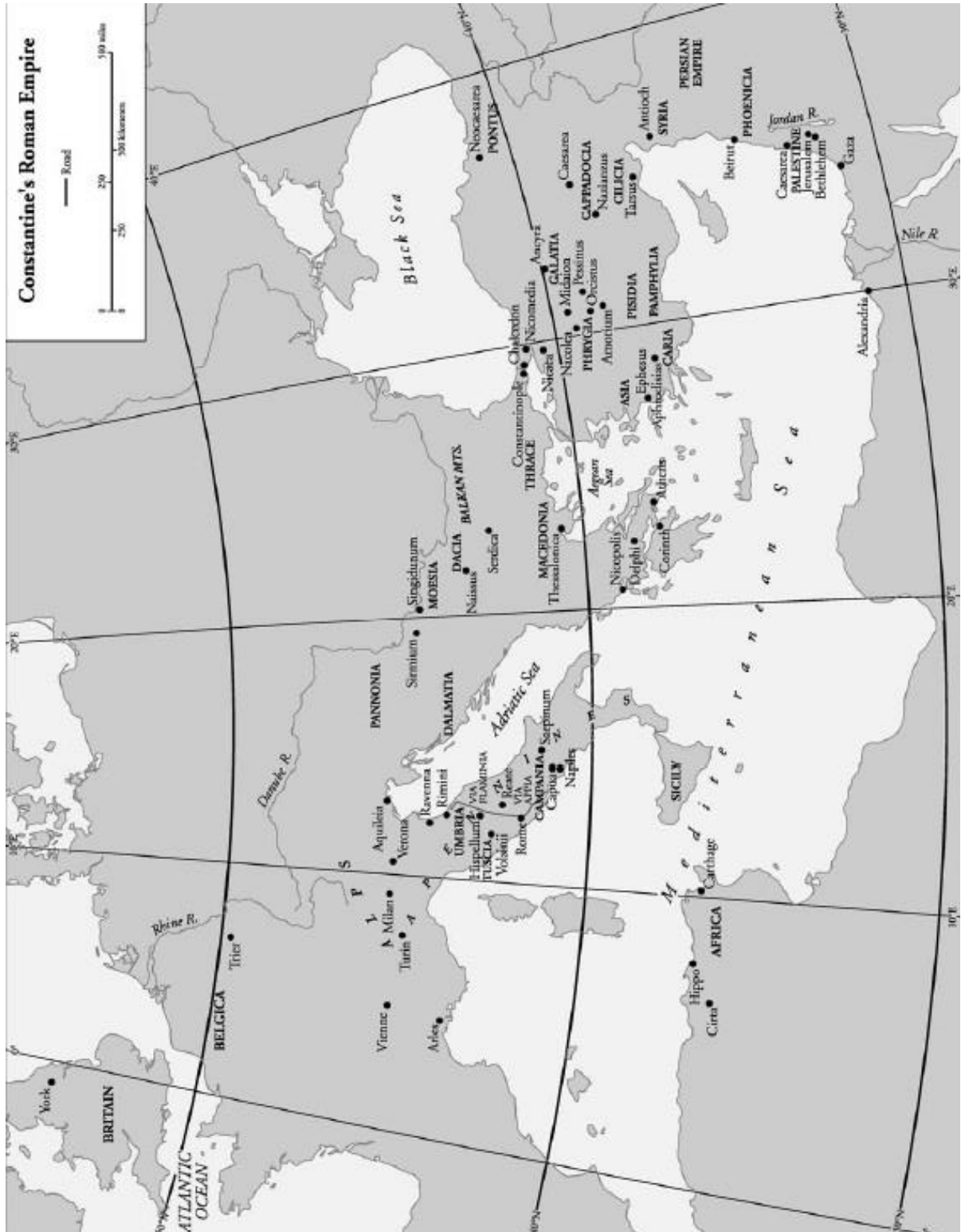
- 336** Tricenália de Constantino. Eusébio pronuncia o *Laus Constantini* em Constantinopla (julho). Deposição de Marcelo de Ancira e morte de Ário.
- 337** Morte de Constantino, em 22 de maio. Eusébio começa a escrever sua *Vita Constantini*.
- 339** Eusébio conclui a composição da *Vita Constantini*, mas morre em 30 de maio. Acácio sucede a Eusébio como bispo de Cesareia e publica a *Vita Constantini*.

A Cronologia acima foi extraída das fontes descritas abaixo. Toda a tradução do espanhol e do português foi feita por nós. Para os casos onde a discrepância entre as datas informadas pelos autores consultados foi considerável, incluímos uma nota explicativa argumentando sobre essas diferenças.

Fontes: BARNES, 1981, p. 277-279; GURRUCHAGA, 1994, p. 10-14; CARRIKER, 2003, p. 37-41.

ANEXO 4

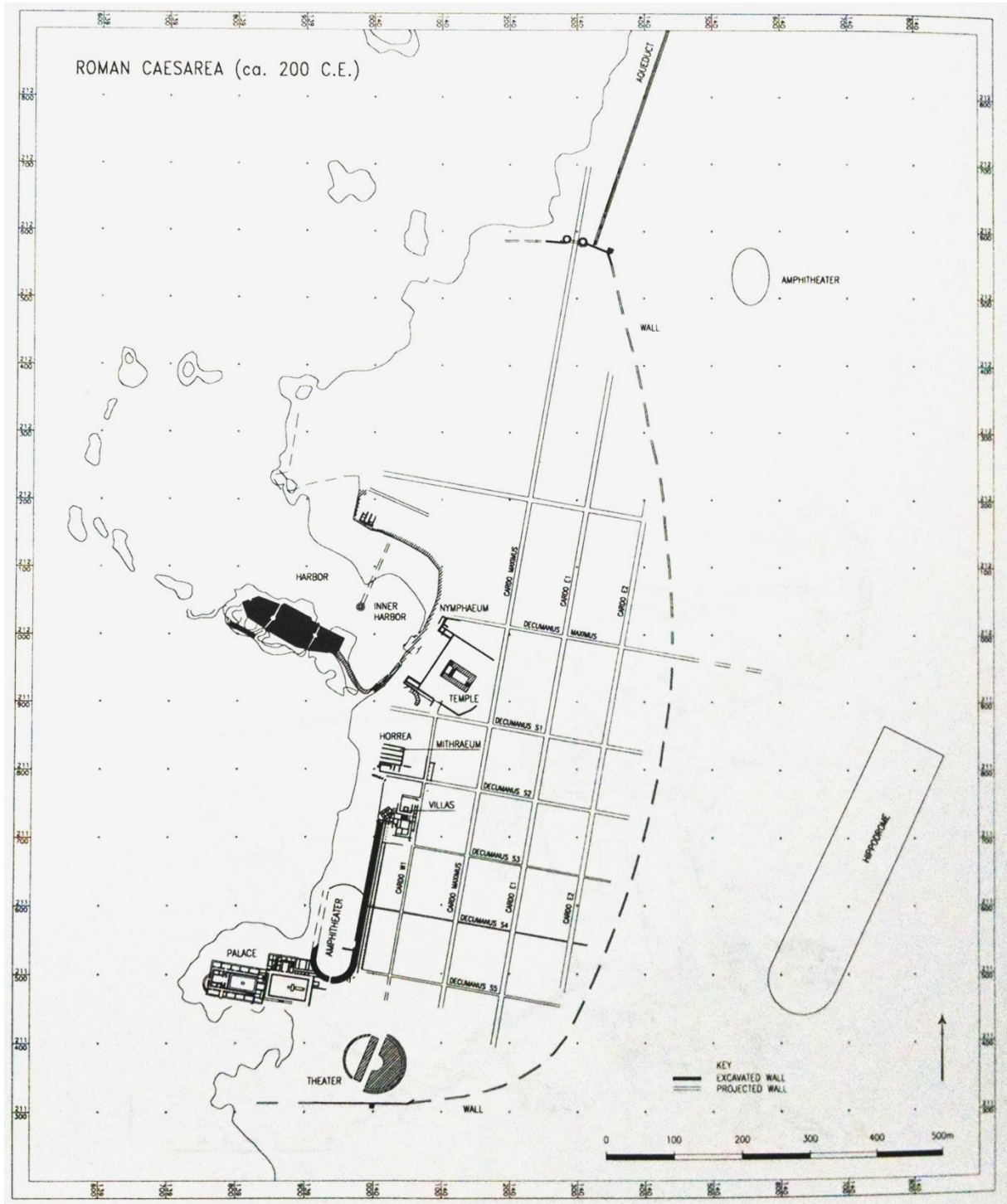
O IMPÉRIO ROMANO DE CONSTANTINO



Fonte: VAN DAM, Raymond. **The Roman Revolution of Constantine**. New York: Cambridge University Press, 2008. p. xiv-xv.

ANEXO 5

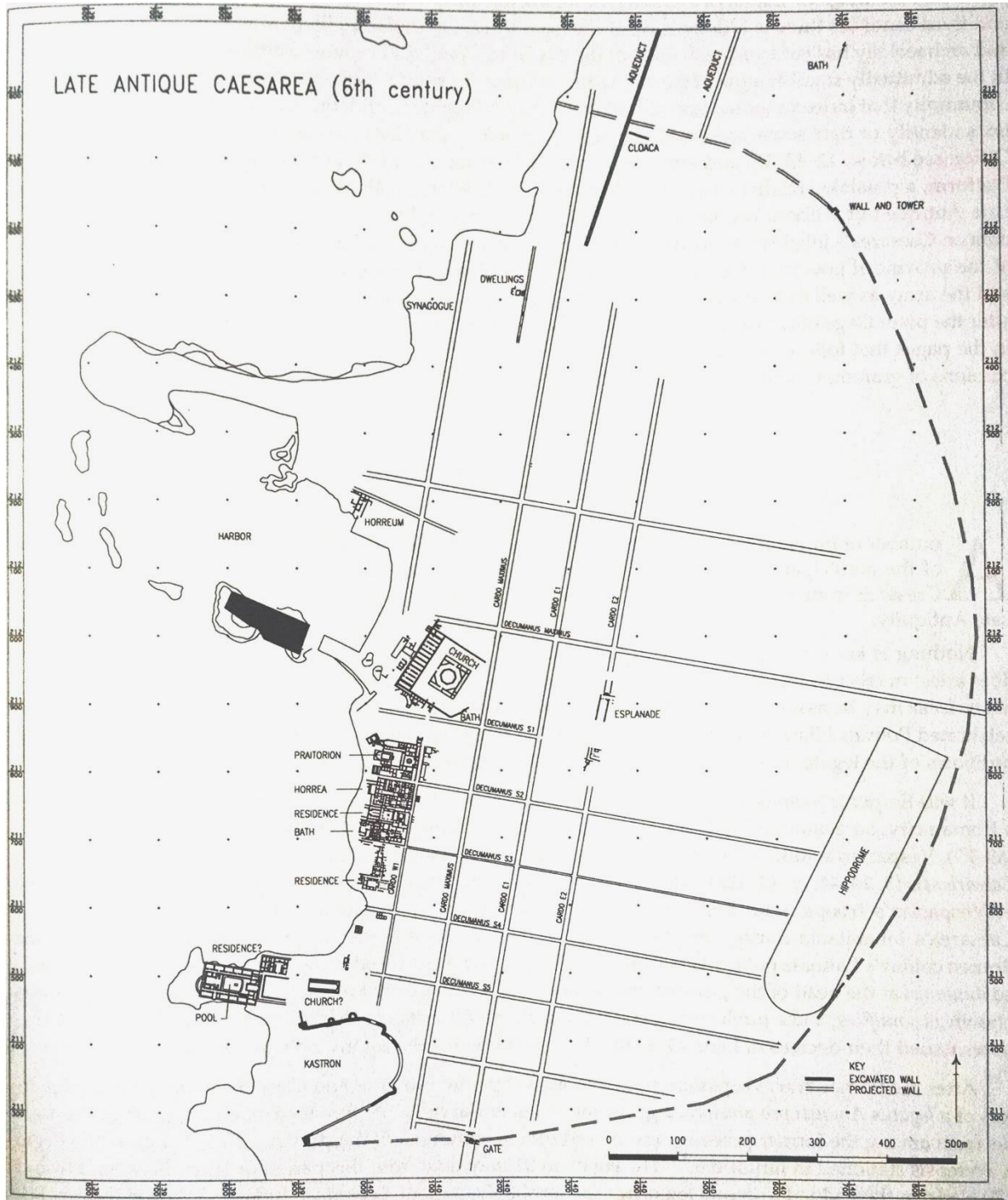
CESAREIA MARÍTIMA NO SÉCULO III d.C.



Fonte: LEHMANN, Clayton Miles; HOLUM, Kenneth G. **The Greek and Latin inscriptions of Caesarea Maritima**. Boston: American School of Oriental Research, 2000, p. 4.

ANEXO 6

CESAREIA MARÍTIMA NO SÉCULO VI d.C.



Fonte: LEHMANN, Clayton Miles; HOLUM, Kenneth G. **The Greek and Latin inscriptions of Caesarea Maritima**. Boston: American School of Oriental Research, 2000, p. 5.